



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA REGIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO
AMBIENTE - PRODEMA

LEILANE OLIVEIRA CHAVES

**TERRA QUILOMBOLA DE NAZARÉ: ORGANIZAÇÃO SOCIAL E ESPACIAL,
MUNICÍPIO DE ITAPIPOCA – CEARÁ.**



FORTALEZA

2013

LEILANE OLIVEIRA CHAVES

TERRA QUILOMBOLA DE NAZARÉ: ORGANIZAÇÃO SOCIAL E ESPACIAL,
MUNICÍPIO DE ITAPIPOCA, CEARÁ.

Dissertação de Mestrado apresentada à
Coordenação do Programa de Pós-Graduação
em Desenvolvimento e Meio Ambiente da
Universidade Federal do Ceará, como requisito
parcial para obtenção do Título de Mestre.
Área de concentração: Proteção Ambiental e
Gestão dos Recursos Naturais.

Orientador: Prof. Dr. Edson Vicente da Silva

FORTALEZA

2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências e Tecnologia

-
- C4539t Chaves, Leilane Oliveira.
Terra quilombola de Nazaré : organização social espacial, município de Itapipoca - Ceará /
Leilane Oliveira Chaves. – 2013.
197f. : il. , color. , enc. ; 30 cm.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Pró-Reitoria de
Pesquisa e Pós-Graduação, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente,
Fortaleza, 2013.
Área de Concentração: Proteção Ambiental e Gestão de Recursos Naturais.
Orientação: Prof. Dr. Edson Vicente da Silva.
1. Quilombos. 2. Organização social e espacial. 3. Itapajé (CE) I.Título.

LEILANE OLIVEIRA CHAVES

TERRA QUILOMBOLA DE NAZARÉ: ORGANIZAÇÃO SOCIAL E ESPACIAL,
MUNICÍPIO DE ITAPIPOCA, CEARÁ.

Dissertação de Mestrado apresentada à
Coordenação do Programa de Pós-Graduação
em Desenvolvimento e Meio Ambiente da
Universidade Federal do Ceará, como requisito
parcial para obtenção do Título de Mestre.
Área de concentração: Proteção Ambiental e
Gestão dos Recursos Naturais.

Aprovada em: 12/12/ 2013.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Edson Vicente da Silva (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)
Departamento de Geografia

Prof. Dr. Antonio Jeovah de Andrade Meireles
Universidade Federal do Ceará (UFC)
Departamento de Geografia

Prof^a. Dr^a. Elizabeth da Conceição Santos
Universidade do Estado do Amazonas (UEA)
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

Prof. Dr. Carlossandro Carvalho de Albuquerque
Universidade do Estado do Amazonas (UEA)

DEDICATÓRIA

Aos meus pais,

*A vocês, Francisca Liduina Oliveira Chaves e
Tulio Ferreira Chaves, que me deram a vida e
me ensinaram a vivê-la com dignidade, que
iluminaram os meus caminhos e que se
doaram por inteiro.*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, por estar sempre em minha vida.

Aos meus pais, Francisca Liduina Oliveira Chaves e Tulio Ferreira Chaves, que apesar das dificuldades, proporcionaram-me importantes conquistas na minha vida pessoal e profissional. Sem eles nada disso, poderia ter sido realizado.

As minhas irmãs, Lidiane Oliveira Chaves e Liliane Oliveira Chaves, que me consolaram nos momentos de aflição, e que sempre acreditaram na importância desse trabalho e ao meu irmão Julio Oliveira Chaves, pelos momentos de descontração.

Ao meu orientador e amigo, Edson Vicente da Silva, que me proporcionou ao longo de todos esses anos de convivência, ensinamentos que ultrapassam os limites acadêmicos.

As amigas, Jocilea, Paula, Shellyda, Simone Viana, Camila e Naiana, pela parceria não só nos estudos, mas também na vida, me proporcionando grandes momentos de felicidade. Todas, sem nenhuma distinção, tornaram-se, muito mais, do que colegas de faculdade, mas verdadeiras amigas/irmãs.

Aos amigos do Laboratório de Geoecologia das Paisagens e Planejamento Ambiental, Paula, Otávio, Wallason, Nicolly, Dayane, Thania, Lucio, Jocilea, Wellington, Davy, Carolina, Nezolanda, Fernanda, Pedro, Larissa, por muitos momentos de trabalho duro e dedicação, para que as atividades pudessem acontecer.

Ao Laboratório de Geoprocessamento, do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará, especialmente ao Wallason, Fabiano, Amanda, Otávio, Brenda e Ana Neri, pela colaboração direta nessa pesquisa, e todos os demais integrantes, que de alguma forma contribuíram com palavras de incentivo.

A todos os docentes, do Departamento de Geografia, da Universidade Federal do Ceará, em especial aos professores Antônio Jeovah de Andrade Meireles, Adryane Gorayeb e Francisco Amaro Gomes de Alencar, pelas contribuições diretas na pesquisa.

À professora Elizabeth da Conceição Santos, pelas importantes orientações e incentivo no desenvolvimento da pesquisa.

A todos os moradores da Comunidade Quilombola de Nazaré, em especial a Maria, André, Aurila, Ana Carla, Antonio, Airton e José, muito obrigado pelo acolhimento, durante todas as visitas à comunidade. Obrigado, por terem me escolhido, para realizar essa pesquisa, e pelos momentos incríveis vivenciados na comunidade.

A Coordenação do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, em especial ao professor George Santander Freire e a Sonia (secretária), que sempre estiveram à disposição para a resolução de qualquer contratempo.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), pelo apoio financeiro no período da pesquisa.

A todos, que de alguma forma, colaboraram com a pesquisa.

Não se trata de educar todos como iguais, mas sim educar na diferença, ressaltando as especificidades.

Não se trata apenas de respeitar a consciência negra, mas de resgatar as demais etnias de uma educação envenenada pelos preconceitos. Pois as memórias que vieram da África, e que hoje se encontram intimamente entrelaçadas em várias dimensões do simbolismo brasileiro, pertencem a todos, sejam brancos ou negros. (SANTOS, Anderson O., COSTA, Olga Helena).

RESUMO

As comunidades quilombolas contemporâneas, a partir da mobilização de diferentes setores da sociedade, tem inaugurado um novo contexto nacional, saindo da invisibilidade em busca do reconhecimento, onde a luta pela regularização das terras tradicionalmente ocupadas, é fator fortalecedor da manutenção de suas formas de vida. No Brasil, já foram identificadas cerca de 2 mil comunidades quilombolas rurais, urbanas e periurbanas em diversas regiões brasileiras. No estado do Ceará, em decorrência da afirmação da inexistência do negro ainda no período colonial e imperial do Brasil, esses grupos, também denominados de comunidades negras rurais, até recentemente encontravam-se no anonimato. Com o passar dos anos e em virtude do posicionamento do movimento negro cearense, das comunidades negras e da sociedade civil, possibilitou-se a inserção de novos elementos na historiografia cearense, destacando a importância desses grupos na formação identitária local. Nesse sentido, no presente trabalho buscou-se compreender, as formas de organização social e espacial vivenciadas pela comunidade Quilombola de Nazaré, localizada no Distrito de Arapari, município de Itapipoca. Para isso tomou-se como ponto de partida, a análise do significado do quilombo na atualidade, contextualizando-o com as reformas políticas, modificando as leis e gerando novas políticas sociais, reconhecendo a importância desses grupos para a formação identitária nacional. De forma complementar, o levantamento de dados se embasou na utilização de entrevistas abertas e semiestruturadas, Observação Participante e na metodologia da Cartografia Social, onde as observações demonstraram que as relações de parentesco, religiosidade, e a criação das associações (moradores e quilombola) são importantes elementos na vida social dos moradores de Nazaré, concretizando em um movimento de valorização de sua identidade quilombola. De maneira geral, acredita-se que o trabalho apresenta-se como uma importante contribuição para a visibilidade do movimento quilombola cearense, além de um relevante documento com informações históricas, socioeconômicas e ambientais do quilombo de Nazaré.

Palavras-chave: Quilombos, Ceará, Nazaré, Organização social e espacial.

ABSTRACT

As a result of the initiatives of a number of different sectors of Brazilian society, the present-day quilombola (escaped slave) communities have assumed a new role on the national stage, discarding their secrecy to seek recognition and to struggle for the rights to their traditional lands, and the maintenance of their traditional way of life. Approximately two thousand quilombola communities have been identified in Brazil, where they can be found in rural, urban, and peri-urban settings in a number of different regions. In the Brazilian state of Ceará, where the negro presence was denied in the colonial and imperial periods, these groups, also known as rural negro communities, were, until recently, all but anonymous. Over the years, as a result of the local movement for negro awareness, the negro communities themselves, and the wider society, new elements were inserted into the historiography of the state, reinforcing the importance of these groups for the formation of the local identity. In this context, the present study aimed to understand the forms of social and spatial organization experienced by the quilombola community of Nazaré, located in the district of Arapari, in the municipality of Itapipoca, Ceará, Brazil. The starting point for this analysis was the understanding of the significance of the quilombo in the present-day, in the context of political reforms, changes in legislation, and the generation of new social policies, which have recognized the importance of these group for the formation of the national identity. Complementary data were collected using open and semi-structured interviews, participant observation, and a social cartographic approach, in which the observations demonstrated how familial and religious relationships, and the creation of associations (residents and quilombolas) are important elements in the social life of the residents of Nazaré, combining to solidify the movement that valorizes the quilombola identity. In general, the results of this study provide an important contribution to the visibility of the quilombola movement of Ceará, as well as providing a historical, socio-economic, and environmental record of the Nazaré quilombo.

Key words: Quilombos, Ceará, Nazaré, social and spatial organization.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Fluxograma dos procedimentos administrativos para abertura do processo de titulação de um território quilombola no Brasil	62
Figura 2	Monumentos expostos na praça dos três climas, no Município de Itapipoca	81
Figura 3	Mercado público e feira livre no Município de Itapipoca	89
Figura 4	Fluxograma das atividades de mapeamento participativo em Nazaré	125
Figura 5	Imagens do engenho na comunidade de Nazaré	131
Figura 6	Disposição das construções dentro das propriedades	140
Figura 7	Imagens das estruturas presentes dentro da propriedade em Nazaré	141
Figura 8	Imagem da estrutura das residências na comunidade quilombola de Nazaré	142
Figura 9	Imagens da estrutura física dos banheiros construídos pelos moradores da comunidade de Nazaré	144
Figura 10	Imagem de lançamento de resíduos a céu aberto em Nazaré	146
Figura 11	Alguns destinos dos resíduos gerados na comunidade de Nazaré	146
Figura 12	Formas de canalização da água na comunidade de Nazaré	147
Figura 13	Cenários das estradas que dão acesso à comunidade de Nazaré	149
Figura 14	Meios de transporte de pessoas e de cargas utilizados pela comunidade de Nazaré	150
Figura 15	Salão Comunitário utilizado como anexo da E.E.F.B. José Gonçalves da Silva	152
Figura 16	Roçado na comunidade de Nazaré	154
Figura 17	Árvores frutíferas presentes no território de Nazaré	155
Figura 18	Roçados suspensos em uma das propriedades da comunidade de Nazaré	156
Figura 19	Criação de animais nas propriedades da comunidade de Nazaré	157
Figura 20	Retirada da madeira para a construção de residências na comunidade de Nazaré	158
Figura 21	Representação geográfica das disposições das residências na comunidade de Nazaré	163
Figura 22	Campo de futebol na comunidade de Nazaré	165
Figura 23	Mapa 2 das residências de Nazaré, com base apenas na memória	166

Figura 24	Mapa 3 das residências de Nazaré, com base apenas na memória	167
Figura 25	Salão Comunitário Nossa Senhora de Nazaré	169
Figura 26	Convite para a X Festa de Nossa Senhora de Nazaré	171
Figura 27	Preparação para o último dia do novenário em Nazaré	172
Figura 28	Encerramento da X Festa de Nossa Senhora de Nazaré	173
Figura 29	Mapa de localização das nascentes de água na comunidade de Nazaré	176
Figura 30	Representação das áreas de cultivo na comunidade de Nazaré	178
Figura 31	Construção da Cooperativa de Costura Malharia Quilombola de Nazaré	182

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Principais quilombos no Brasil – século XVIII e XIX	46
Quadro 2	Panorama dos principais eventos que marcaram o histórico de produção normativa federal no Brasil	61
Quadro 3	Comunidades quilombolas certificadas até 2013 no Ceará pela FCP	75
Quadro 4	Processos abertos para emissão de certidão, até 2013, no Ceará pela FCP	76
Quadro 5	Processos de identificação até 2012 no Ceará pela CEQUIRCE	76
Quadro 6	Calendário cultural do Município de Itapipoca	94
Quadro 7	Forma de identificação dos entrevistados	111

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	População escrava brasileira, conforme a região, no ano de 1819	31
Tabela 2	Classificação de proprietários de escravos em Minas Gerais em 1717	40
Tabela 3	População de Minas Gerais nos anos de 1776 e 1821	40
Tabela 4	Percentual da população de escravos empregados nas principais atividades econômicas no Brasil entre os séculos XVII e XIX	42
Tabela 5	População das principais vilas cearenses em 1804	66
Tabela 6	Titulação expedida às comunidades quilombolas no Brasil de 1995 a 2012	74
Tabela 7	Distribuição da população residente no Município de Itapipoca	83
Tabela 8	População residente 1991/2000/2010 no município de Itapipoca	83
Tabela 9	Produção de gêneros primários, conforme a região natural, no Município de Itapipoca	85
Tabela 10	Lavoura permanente no Município de Itapipoca	85
Tabela 11	Lavoura temporária no Município de Itapipoca	86
Tabela 12	Pecuária no Município de Itapipoca	87
Tabela 13	Extrativismo vegetal e silvicultura no Município de Itapipoca	87
Tabela 14	Número de empregos formais no Município de Itapipoca	88
Tabela 15	Renda domiciliar <i>per capita</i> (Salário mínimo R\$ 510,00) – 2010 do Município de Itapipoca	90
Tabela 16	Número de instituições de ensino no Município de Itapipoca	91
Tabela 17	Discentes matriculados, por série, no Município de Itapipoca	92
Tabela 18	Docentes, por série, no Município de Itapipoca	93
Tabela 19	Taxa de analfabetismo funcional para pessoas com 15 anos ou mais no Município de Itapipoca	93
Tabela 20	Principais indicadores de saúde do Município de Itapipoca	95
Tabela 21	Unidades de saúde ligadas ao Sistema Único de Saúde (SUS), por tipo de unidade do Município de Itapipoca	96
Tabela 22	Casos confirmados das doenças de notificação compulsória do Município de Itapipoca	97
Tabela 23	Proporção de moradores, por tipo de abastecimento de água, no Município de Itapipoca	98

Tabela 24	Proporção de moradores, por tipo de instalação sanitária, no Município de Itapipoca	98
Tabela 25	Proporção de Moradores, por destino de lixo, no Município de Itapipoca	99
Tabela 26	Consumo e consumidores de energia elétrica no Município de Itapipoca	100

LISTA DE MAPAS

Mapa 1	Localização geográfica das comunidades quilombolas no Estado do Ceará até o ano de 2013	78
Mapa 2	Localização geográfica do Município de Itapipoca	80

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
ARQNA	Associação dos Remanescentes de Quilombos de Nazaré
CAGECE	Companhia de Água e Esgoto do Ceará
CEQUIERCE	Comissão Estadual de Comunidades Negras Rurais do Ceará
CDL	Câmara de Dirigentes Lojistas
CONAQ	Comissão Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais
CIGA	Centro de Cartografia Aplicada e Informação Geográfica
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FCP	Fundação Cultural Palmares
GPS	Global Positioning System
GIS	Geographic Information Systems
GRUCON	Grupo União e Consciência Negra
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPECE	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LABOCART	Laboratório de Geoprocessamento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PNPCT	Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
PNCSA	Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia
RTID	Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Mamirauá
RESEX	Reserva Extrativista
SEPPIR	Secretária de Política de Promoção da Igualdade Racial
SBDP	Sociedade Brasileira de Direito Público
SDA	Secretária do Desenvolvimento Agrário do Ceará
SPIG	SIG Participativo

SUS	Sistema Único de Saúde
UFC	Universidade Federal do Ceará
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UNB	Universidade de Brasília

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	21
2	A FORMAÇÃO DE QUILOMBOS NO BRASIL	27
2.1	O comércio de africanos no Atlântico Sul	27
2.2	A mão de obra negra cativa na Colônia Portuguesa	32
2.2.1	O negro na agricultura e na casa grande	33
2.2.2	O trabalho nas charqueadas e na mineração	37
2.2.3	A presença negra nas cidades	42
2.3	Formas de resistência: da fuga à formação de quilombos	44
2.4	Quilombos contemporâneos: questões conceituais e normativas	48
3.	ONDE ESTÃO OS QUILOMBOLAS DO CEARÁ?	65
3.1	A invisibilidade do negro no Ceará	65
3.2	O movimento quilombola cearense	70
3.3	O Município de Itapipoca e o Quilombo de Nazaré	79
3.3.1	Processo histórico de ocupação e formação do Município de Itapipoca	82
3.3.2	Aspectos demográficos do Município de Itapipoca	83
3.3.3	Principais atividades econômicas do Município de Itapipoca	84
3.3.4	Aspectos educacionais e culturais do Município de Itapipoca	91
3.3.5	Saúde e Saneamento básico do Município de Itapipoca	95
3.3.6	Transportes e Energia do Município de Itapipoca	99
4	ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	102
4.1	Análise social e a pesquisa qualitativa: considerações	102
4.2	Procedimentos e instrumentos para coleta de dados	104
4.2.1	Observação participante e o diário de campo	105
4.2.2	Entrevistas	109
4.3	Cartografia social e as comunidades quilombolas no Brasil: novas formas de “empoderamento” social	112
4.4	Procedimentos técnicos e metodológicos da pesquisa	119
4.4.1	Etapa 1 - Organização e inventário dos dados secundários	119
4.4.2	Etapa 2 - Coleta de dados primários junto à comunidade	120

4.4.3	Etapa 3 - Elaboração dos mapas participativos e análise da base de dados secundários e primários	122
5.	O QUILOMBO DE NAZARÉ: ONDE A VIDA ACONTECE E FAZ SENTIDO	127
5.1	Nazaré: enredo histórico de origem e trajetória da população	127
5.2	Identidade quilombola e a luta pela terra	130
5.3	Condições de moradia, serviços e infraestrutura da comunidade	138
5.3.1	Aspectos do patrimônio domiciliar	138
5.3.2	Caracterização dos serviços e infraestrutura da comunidade de Nazaré em Itapipoca	145
5.3.3	Caracterização das relações de ocupação e renda	153
6.	ORGANIZAÇÃO E “EMPODERAMENTO” SOCIAL	160
6.1	Organização social e espacial de Nazaré: instrumentos de “empoderamento social”	160
7.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	185
	REFERÊNCIAS	188
	APÊNDICE	194
	ANEXO	198

1. INTRODUÇÃO

No ano de 2003, um grupo de moradores residentes no povoado de Nazaré, Distrito de Arapari, é reconhecido pelo poder público local como diferentes. A cor de sua pele e as condições de vida os distinguem do restante da população itapopiquense. Durante seis anos, esse grupo social, hoje denominado Comunidade Quilombola de Nazaré, busca a reconstituição de sua história. Alguns anos depois, em 2011, Nazaré é reconhecida pela Fundação Cultural Palmares (FCP) como uma comunidade remanescente de quilombo.

Desde então, iniciaram um processo em busca de visibilidade, não só junto ao Poder Público nas esferas municipal, estadual e federal, mas também na realização de pesquisas nos diversos níveis acadêmicos. A própria elaboração desta pesquisa foi uma solicitação da própria comunidade. No estabelecimento do primeiro contato com a Comissão Estadual de Comunidades Negras Rurais no Ceará (CEQUIRCE), com vistas a identificar os procedimentos para a realização de pesquisas em comunidades quilombolas no Estado, informaram-nos, de que a escolha da localidade onde a pesquisa seria realizada teria que ser feita pela própria comunidade em reunião junto a CEQUIRCE. Assim, a escolha da comunidade para o desenvolvimento da pesquisa, decorre do convite feito pela própria comunidade quilombola.

Esses grupos formaram-se no século XVI, como forma de resistência às condições de vida e trabalho impostas no período colonial e imperial do Brasil. Viveram em diversas regiões do Território Brasileiro, imprimindo a própria organização social. Na luta por liberdade, muitos desses grupos foram dizimados. O que durante muito tempo, porém foi omitido foram suas formas de organização, que continuaram presentes em várias localidades do Brasil. Segundo dados disponibilizados pela Secretaria de Políticas Públicas de Promoção de Igualdade Racial (SEPPIR), estão identificadas mais de duas mil comunidades quilombolas.

Atualmente, o que as define, vai muito além do conceito ainda criado pelo Conselho Ultramarino em 1740, que os definia como “toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões neles”. (ALMEIDA, 2002). No presente, a visibilidade dessas comunidades fez com que o conceito de quilombo fosse modificado, buscando cobrir os diferentes contextos de posse de terras por populações predominantemente negras no País.

A ressemantização desse conceito surge pela necessidade de compreender a existência desses grupos no presente, pois, durante um longo período da história brasileira

foram esquecidos, porquanto presumiu-se que, com o fim da escravidão, esses grupos também teriam se extinguido. Somente na década de 1970, com o início das primeiras pesquisas acadêmicas, é que se pode compreender a dimensão desses grupos no contexto agrário brasileiro (FIABANI, 2008).

Esse panorama é um reflexo não só da Comunidade Quilombola de Nazaré, mas também de outras comunidades que, durante um longo período, permaneceram invisíveis na história do Brasil, pois, até recentemente, só se ouvia falar desses grupos nos livros didáticos. Em função, contudo, dos diversos movimentos de variados setores da sociedade, essa realidade está sem decurso de modificação, tendo-se, assim, outra visão para os remanescentes dos antigos quilombos.

E, assim, buscando assegurar o direito dessas comunidades, uma das primeiras iniciativas para a inserção desses grupos foi a elaboração de outro conceito que privilegiasse os diversos grupos de negros rurais no Brasil. Nessa perspectiva, a Associação Brasileira de Antropologia (ABA), por intermédio de seu grupo de trabalho, propôs, em 1994, nova interpretação, acentuando que as comunidades quilombolas “[...] consistem em grupos que desenvolveram práticas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos num determinado lugar”. (O’DWYER, 2010, p.18). De forma complementar, Schmitt, Turatti e Carvalho (2002), expressam que esses grupos originados de uma grande diversidade de processos, partilhando de um mesmo território e de igual identidade.

Consoante as autores (2002), a busca de outra conceituação que beneficiasse essa diversidade de grupos sociais, resultou em maior visibilidade dessas comunidades, permitindo que o Poder Público, até o ano de 2007, divulgasse a identificação de 3.524 comunidades quilombolas no Brasil. A visibilidade desse reconhecimento é de fundamental importância, para a elaboração e revisão de publicações das mais diversas, onde se pode destacar o Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), da Constituição Federal de 1988, trazendo considerações significativas, dando aos remanescentes de quilombo o direito à titulação das terras.

Outro marco importante no reconhecimento e valorização dos direitos dessas comunidades foi a elaboração do Decreto 4.887/03, garantindo a esses grupos o direito a autorreconhecimento da identidade quilombola, sendo a reivindicação dessa identidade concebida pela própria comunidade, levando em consideração suas relações com a terra, o parentesco e as práticas culturais. Outro ponto positivo do decreto foi a inclusão e a garantia da desapropriação dos territórios que estejam inseridos nas áreas quilombolas.

A instituição desse decreto permitiu que muitas comunidades saíssem do anonimato e requeressem o direito à permanência nas terras tradicionalmente ocupadas. Para Schmitt et al (2002), com a posição historicamente desfavorável em que esses grupos se encontravam, o direito de autorreconhecimento, permitiu a valorização de seus traços culturais e de suas relações coletivas, constituindo um território imerso de significados. As autoras, entretanto ressaltam que não se trata de qualquer território, mas na terra sobre a qual mantiveram alguma autonomia.

O surgimento do Movimento Negro no Brasil tornou-se importante instrumento nos processos de autoafirmação desses grupos, negando-se a propagar estigmas formados durante a formação identitária do negro no país. No Estado do Ceará, propagou-se durante muito tempo a pouca expressividade que as sociedades indígenas e africanas tiveram na formação da sociedade cearense. De acordo com Sousa (2008), no caso, dos grupos formados por negros rurais, a consolidação dos movimentos sociais colaborou para que a historiografia sobre o negro carregada de estereótipos e distorções fosse reinterpretada com suporte em novos contextos.

No Ceará, 38 comunidades quilombolas já proclamaram o autorreconhecimento, e já obtiveram junto à FCP a certidão de autodefinição. Mesmo, porém, com o expressivo número de comunidades no Território Cearense, o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) ainda não emitiu nenhum título de propriedade, dificultando a manutenção das formas de vida dos moradores dessas localidades. Ao discutir a atual configuração do movimento quilombola no Ceará, Ratts (2009) assinala que, no momento atual, essas comunidades se mantêm como agricultores e trabalhadores rurais.

Nazaré, localidade de estudo desta pesquisa, localiza-se no Distrito de Arapari, Município de Itapipoca, distante cerca de 130 km quilômetros de Fortaleza. É formada por 51 famílias que vivem em sua maioria da agricultura de subsistência, criação de pequenos animais, extrativismo vegetal e prestação de serviços. Residem na localidade há quatro gerações e constituem sua organização social com fundamento nas relações de parentesco, manifestações religiosas e criação das associações de moradores e quilombolas, garantindo assim a permanência no território tradicionalmente ocupado.

Situados em uma região geográfica de acesso difícil, na região serrana do Município de Itapipoca, os quilombolas de Nazaré não sofreram apenas com os conflitos pela titulação das terras, mas também com a negligência do Poder Público local e estadual. Nazaré é seguramente uma das localidades mais pobres do Município. As condições precárias de vida

são reflexos da precariedade dos serviços de saúde, educação, transporte, moradia e oferta de emprego.

Assim, percebendo a necessidade e a urgência do desenvolvimento de pesquisas nas comunidades quilombolas, este ensaio intitulado Terra Quilombola de Nazaré: organização social e espacial é uma contribuição para o entendimento das formas de organização social e espacial vivenciadas pelos moradores de Nazaré, manifestas na formação do território com origem nas relações de sociabilidade, práticas produtivas, no parentesco e na religiosidade. Essas duas últimas dimensões destacam-se pela recorrência e entrelaçamento com outros aspectos da organização da vida dos quilombolas de Nazaré.

Assim, o objetivo geral do texto é compreender como os moradores da Comunidade Quilombola de Nazaré se estruturam e mobilizam, com base nas suas potencialidades socioambientais e matriz cultural, com o intuito de subsidiar a elaboração de propostas para a melhoria da qualidade de vida e para o desenvolvimento sustentável da comunidade.

Dessa forma, a pesquisa apoia-se em uma abordagem qualitativa, aliando diferentes instrumentos para a coleta de dados, como: a Observação Participante, cuja escolha baseou-se em face de expressar características complementares as metodologias adotadas pela Cartografia Social, influenciando na efetiva participação da comunidade local, além de possibilitar ao pesquisador apreender a multiplicidade de situações que se configuram nas relações sociais.

Em relação aos objetivos específicos, procuramos para o desenvolvimento do trabalho, identificar as formas de organização social e espacial presentes no Quilombo de Nazaré; compreender as relações socioeconômicas da comunidade com o seu entorno; realizar um perfil socioeconômico e ambiental da comunidade e verificar os programas e projetos destinados às comunidades quilombolas no Brasil e especificamente no Ceará.

Com arrimo nesses objetivos, a dissertação de mestrado foi estruturada em sete capítulos. O capítulo 1, refere-se a Introdução. O capítulo 2, intitulado *A formação de quilombos no Brasil*, sequente à Introdução, expõe à revisão da literatura, no qual desenvolveu-se uma discussão, à procura de estabelecer a diferenciação conceitual e normativa dos antigos quilombos em relação aos quilombos contemporâneos, passando também por assuntos relacionados ao comércio de pessoas negras, a utilização da mão de obra cativa negra nas diversas atividades desenvolvidas no período colonial, as formas de resistência empreendidas por esses grupos e as questões conceituais e normativas que garantem direitos a esses grupos na atualidade.

Onde estão os quilombolas no Ceará, corresponde ao capítulo 3. O enfoque demandou abordar a presença negra no Estado, bem como a sua invisibilidade na história cearense. Ainda nesse segmento, foram tecidas considerações sobre a atual situação das comunidades quilombolas, seus processos de identificação, certificação e titulação, aliando aos aspectos socioeconômicos no Município de Itapipoca, fundamentais para se compreender a realidade da dinâmica do Município e da Comunidade Quilombola de Nazaré.

O capítulo 4 *Aspectos Metodológicos da Pesquisa* expõe a metodologia adotada, estando explicitado o aporte teórico adotado pela pesquisa, bem como os procedimentos relacionados ao tema.

O capítulo 5, *O Quilombo de Nazaré* aborda as principais características da comunidade, cobrindo aspectos referentes a identidade, luta pela terra, aspectos sociais, moradia, serviços e infraestrutura, fundamentais para compreendermos as formas de organização social e espacial do Quilombo de Nazaré.

No capítulo 6 *Organização e “Empoderamento” Social*, expuseram-se as principais formas de organização social e espacial identificadas na Comunidade de Nazaré, destacando a importância da Cartografia Social no “empoderamento” das comunidades quilombolas.

O último capítulo - de número 7 - corresponde às *Considerações Finais*, onde estão o remate do trabalho e uma reflexão acerca da pesquisa e de seus resultados.

CAPÍTULO 2

2. A FORMAÇÃO DE QUILOMBOS NO BRASIL

Este segmento inicia-se com uma revisão da literatura sobre o tema. Assim, iniciou-se com as formas empreendidas para captura dos africanos como mão de obra escrava nas diversas regiões da África. Em seguida, abordou-se a utilização de sua força de trabalho nas atividades econômicas da Colônia Portuguesa, evidenciando-se os ciclos da cana-de-açúcar, do tabaco e do algodão, o trabalho nas charqueadas e na mineração, além de seus serviços na casa grande e na cidade.

Posteriormente, são tecidas considerações, a respeito das formas de resistência empreendidas pelos africanos escravizados, desde as fugas, insurreições, suicídios até a formação de quilombos. Como se verá, o quilombo tornou-se um dos maiores símbolos da presença negra no Território Brasileiro. Sua existência no período da escravidão relacionou-se ao binômio fuga-resistência; na atualidade, os quilombos contemporâneos se estendem às mais variadas situações de ocupações de terras por comunidades negras rurais.

Logo, o recorte histórico obedece a um critério de relevância, implicando uma abordagem superficial de alguns episódios. Esse recorte do passado é necessário, pois, como ressalta Moura (1981), deve-se entender que a luta dos escravos e dos quilombolas não pode ser compreendida fora do processo histórico, mas como um movimento que atua dentro do sistema.

2.1 O comércio de africanos no Atlântico Sul

A expansão marítima empreendida, sobretudo pelas nações ibéricas, ao longo dos séculos XV e XVI foi impulsionadora para a captura de mão de obra cativa em diversas regiões do continente Africano. Mattoso (2003, p. 29) esclarece que no começo, o tráfico de africanos demorou a se organizar, mas, por volta de 1650, se fez de fato uma parceria estabelecida entre os europeus e alguns reinos africanos, estendendo-se do interior do Golfo da Guiné, percorrendo o sul no Congo, Angola e Benguela, até o litoral da África Oriental.

O comércio de escravos, realizado pelos traficantes e endossado pelas metrópoles europeias, consistia numa atividade econômica muito lucrativa.

O recrutamento desses grupos dava-se de maneiras variadas, mediante diversos elementos. Era hábito livrar-se de pessoas que infringiam a lei, cometendo atos de adultério ou roubos. As crianças, os endividados e ainda

os vencidos em guerras também eram escravizados e comercializados. (MATTOSO, 2003, p. 30).

A rivalidade entre as tribos aumentava ainda mais a oferta de mão de obra a ser escravizada. À medida que se avançava pelos séculos XVIII e XIX os pontos de embarque se multiplicavam, e os locais de depósitos de escravos se tornavam mais organizados.

Portugal foi um dos primeiros e também um dos principais países traficantes de africanos para as suas colônias da América, porém não foi o único, pois posteriormente, outras nações, como Holanda e Inglaterra, por exemplo, também tiveram sua participação no comércio de escravos. A presença da Colônia Portuguesa no tráfico de africanos foi marcante. Ao iniciar sua negociação diretamente com os reinos africanos, a Colônia Portuguesa realizava principalmente o escambo com produtos cultivados na própria colônia, como o tabaco e a aguardente - importantes “moedas” de troca.

Os africanos, ao serem capturados, eram transportados até a costa africana, onde eram acomodados em galpões durante semanas à espera de um navio negreiro. Após a chegada das embarcações, eram colocados no porão do navio em grupos que poderiam chegar de 300 a 500 pessoas. A viagem durava em média de 30 a 50 dias. Ao chegarem aos portos brasileiros, um dos locais de destino do tráfico, eram deslocados para receber as primeiras recomendações de como deveriam agir no Novo Mundo (AMARAL, 2011).

A colonização do Novo Mundo acarretou grandes transformações na dinâmica econômica da Colônia Portuguesa. A inserção do cultivo de cana-de-açúcar inicialmente contou com o trabalho indígena que, posteriormente, foi substituído pela mão de obra africana, a qual se tornou fundamental para o desenvolvimento econômico da Colônia Portuguesa.

Assim, durante os períodos colonial e imperial, tentou-se justificar a utilização da mão de obra africana de formas diversas. Muitas foram as táticas expostas na tentativa de legitimar esse ato. O cristianismo foi um deles, utilizado como uma ferramenta de controle social, pois a Igreja Católica, ao afirmar que a pessoa do negro não tinha alma, legitimava o comércio de pessoas negras, e estas teriam de se contentar com seu destino. Quem se revoltasse seria condenado ao inferno; se aceitassem a sujeição, poderiam ser salvos pelo catolicismo.

Outra afirmação, utilizada pelas nações européias, para tornar “lícita” a compra e venda de pessoas negras, era a presença dessa mesma atividade em terras africanas, no caso, do comércio de pessoas escravizadas em algumas localidades do Continente Africano. Esta

prática diferenciava-se, pois não era internamente o modo de produção dominante, como ocorria na Colônia Portuguesa, que tinha na utilização da mão de obra africana escravizada sua principal fonte de renda.

Peregalli (1998) acentua a existência, na África, de dois tipos de escravidão - o patriarcal e o comercial - que em muitas regiões coexistiram em decorrência das particularidades evolutivas de cada etnia. No sistema patriarcal, uma pessoa se tornava escrava quando transgredia a lei ou era incorporada ao grupo familiar em casos de guerra, tomando para si a responsabilidade pela sustentação financeira do grupo familiar. “[...] Dessa forma, o escravo era também incorporado através do trabalho agrícola, artesanal ou doméstico, à comunidade local, que lhe assegurava algum tipo de direito, limitado, mas, de qualquer modo, direito”. (PEREGALLI, 1950, p. 19). Já no sistema comercial, o cativo também poderia ser adquirido em guerras e, posteriormente, vendido para outras tribos, sem a manutenção do vínculo familiar.

Na visão de Gorender (1992), a escravidão praticada na África negra era diferente daquela que se imporia nas colônias da América. Entre os africanos, a escravidão era patriarcal, e os cativos feitos nas guerras eram incorporados à família. A condição de servo, vivenciada naquele período, ao longo das gerações, ia-se atenuando, extinguindo-se por volta da quarta geração.

De forma complementar, Mattoso (2003) destaca a noção de que o escravo já existia nas sociedades muito hierarquizadas, mas o cativo estava integrado ao seio familiar e não poderia ser vendido. É uma escravidão quase patriarcal que exclui o tráfico. Além disso, os filhos dos cativos nasciam livres, fazendo parte da família do seu senhor. Foi só com as influências estrangeiras que o cativo passou a ser traficado e comercializado. Assim, “[...] o tráfico introduziu a escravidão, entre muitos povos das florestas e numerosas comunidades litorâneas. Este escravo é inicialmente propriedade coletiva de uma família. O escravo de um só indivíduo é fenômeno tardio”. (MATTOSO, 2003, p. 25).

A comparação entre as duas formas de escravidão, África-Brasil, não tem a intenção de tornar mais humana as formas de servidão presentes no Continente Africano, mas a finalidade é apenas elucidar os argumentos utilizados pelas nações europeias durante muitos anos na tentativa de justificar a subordinação dos africanos.

Logo, as particularidades presentes no sistema escravocrata brasileiro adquiriram formas distintas da escravidão comercial africana, “[...] não surgindo a partir de uma evolução interna da sociedade, mas sendo introduzida de fora para dentro, com o objetivo de viabilizar

a produção da cana-de-açúcar no Brasil”. (PEREGALLI, 1988, p. 21). Foi por intermédio das metrópoles europeias que ocorreram as primeiras inserções do escravo como mercadoria.

A utilização dos portos da África e a posterior instalação do homem europeu na América, após o declínio de outras riquezas naturais, fez do homem negro uma mercadoria diferente das outras e bastante rendosa. “Entre 1502 e 1860, mais de 9 milhões e meio de africanos foram transportados para as Américas, e o Brasil tornou-se nesse período, o maior importador de homens pretos”. (MATTOSO, 2003, p. 18).

Os africanos escravizados provinham de várias regiões da África: Guiné (Bissau e Cachéu) e Costa de Mina foram responsáveis pelo maior número de comercialização de escravos. Depois Congo e Angola, no século XVII, tornaram-se os centros exportadores mais importantes, desde os portos de Luanda, Benguela e Cabinda. O local de exportação variava dependendo da organização do tráfico, das condições locais na África e das preferências dos senhores brasileiros (ALBUQUERQUE, 2006).

Consoante informa Benjamin (2006), os grupos dos povos africanos no Brasil, em sua maioria, estão divididos em dois grandes ramos étnicos: a) sudaneses: África Ocidental, Sudão Egípcio e na costa norte do Golfo de Guiné, estes distribuídos entre as tribos/reinos Ioribas, Jejes, Tapas e os Hauças e os; b) bantos: África Equatorial e Tropical, parte do Golfo de Guiné, Congo, Angola e Moçambique, representados pelas tribos/reinos de Angola, Bengala, Monjolo e Moçambiques.

O volume exato de africanos escravizados trazidos para o Brasil é difícil de ser calculado. Em suas pesquisas, normalmente, os estudiosos propõem suas estimativas, tendo como base os documentos do período colonial. Mattoso (2003, p. 53) alega que, “[...] entre a segunda metade do século XVI e 1850, o número de cativos importados é avaliado entre 3.500.000 e 3.600.000, baseando-se nesses dados o Brasil teria importado 38% dos africanos trazidos da África”. Os grandes centros importadores dessa mão de obra foram às capitânicas de Salvador, Rio de Janeiro e Recife.

Depois de desembarcados, os cativos eram transportados para diferentes regiões da Colônia. A tabela 1 permite identificar como estava distribuída a população escrava brasileira, conforme a região, em 1819. Atentamos para o fato de que a maior concentração de mão de obra negra escravizada encontrava-se na Região Sul do País com 508.351 e, posteriormente, a Região Nordeste, com 367.520 cativos. Os menores percentuais estão presentes nas Regiões Norte e Centro-oeste, com 39.049 e 40.980, respectivamente.

Tabela 1- População escrava brasileira, conforme a região no ano de 1819

Região	População escrava
Norte	39.049
Nordeste	367.520
Sul	508.351
Sudeste	125.283
Centro-Oeste	40.980
TOTAL	1.081.183

Fonte: Mattoso (2003).

Ao desembarcarem na Colônia, os africanos escravizados eram submetidos a diversos treinamentos, ministrados pelo senhor, ou por feitores, para se adaptarem mais facilmente às ordens impostas. Estes ensinavam a Língua Portuguesa, os afazeres a serem realizados na Colônia, além da inserção dos dogmas da Igreja Católica, fundamental para a coação dos cativos. Além disso, os africanos escravizados tinham que aprender a conviver com a presença de várias etnias em um curto espaço de tempo. A obrigatoriedade dessa coexistência era uma prática recorrente dos senhores, na tentativa de evitar possíveis revoltas.

É importante mencionar que os vínculos familiares foram estabelecidos e em algumas situações reconstituídos nas senzalas, em meio a essa diversidade étnica. Esses laços criados, muitas vezes, pela necessidade de amenizar os sofrimentos nos cativeiros, também foram utilizados como formas de preservação da cultura africana e de alguma maneira transmiti-la aos seus descendentes.

A condição de escravo dificultava a constituição de famílias, haja vista que a qualquer momento algum membro familiar poderia ser vendido. Mesmo assim, essa era uma das melhores opções para os senhores, já que pela união matrimonial, teriam condições mínimas de segurança, garantindo certa estabilidade aos seus cativos.

Na visão desses senhores, o escravo preso às responsabilidades familiares tinha menos predisposição para fugir ou rebelar-se. Essa estabilidade, porém, podia ser abalada por motivo de venda, morte do senhor, doação e transferência de algum membro da família para outra propriedade. Ou seja, o escravo podia se rebelar em protesto contra a separação de parentes, ou fugir em família para evitar a venda, ou ainda fugir para se reunir a parentes já vendidos. Podiam se rebelar, sobretudo, contra os que abusavam dos seus filhos e filhas. (ALBUQUERQUE, 2006, p. 97).

Percebe-se que a influência a dominação do senhor branco estava presente até mesmo nas uniões matrimoniais, sendo comum o ato de relacionar o nome do escravo ao senhor, não significando que, mesmo pertencendo a uma só família, sua condição

inferiorizada deixava de existir. Assim, na sociedade colonial, o número de casamentos realizados entre escravos era bem reduzido e, quando aconteciam, não eram duradouros, porque, em muitos casos, a escolha da companheira ou companheiro era feita pelo próprio senhor. Além do mais, para os senhores era mais lucrativo comprar escravos adultos do que criar filhos de escravos advindos dessa união (ABREU, 2009).

Logo, é notório que a prática do trabalho escravo tinha em sua concepção diversas características, sendo uma delas o grau de violência empreendido. Nos castigos, a aceitação era imposta como remissão dos pecados e os açoites correspondiam estar mais perto de Deus. A violência começava na própria África e as torturas se tornavam mais intensas ao desembarcarem nas localidades receptoras. Desnutrição, agonia e apatia eram o que sentiam durante todo o percurso da viagem, isto quando a morte não os assolava pelo caminho. Os abusos sexuais cometidos contra a mulher africana também se tornaram constantes.

2.2 A mão de obra negra cativa na Colônia Portuguesa

“Para atingir os objetivos de exploração econômica das suas colônias na América, os europeus tiveram que escolher produtos de grande procura na Europa e que permitissem a produção em grande escala [...]”. (MATTOS, 2007). Grande parte do trabalho realizado na agricultura, na mineração, na casa grande e nas cidades foi empreendida pelos africanos escravizados. É fundamental destacar o fato de que os povos africanos tiveram papel ativo durante a colonização e o povoamento do Brasil. Suas técnicas de cultivo, mineração e até mesmo de criação de animais possibilitaram maior desenvolvimento das atividades empreendidas pelos portugueses durante esse período.

No Brasil, o emprego da mão de obra africana deu-se de várias formas e de acordo com os centros importadores. Peregalli (1998) destaca que

Ao longo da história do Brasil, o escravo foi deslocado a cada crise, de um setor das atividades menos produtivas para as mais produtivas. Um mesmo homem poderia muito bem ter começado sua vida trabalhando na Casa Grande, depois ter sido deslocado, ainda na juventude, para cortar cana-de-açúcar, posteriormente vendido para colher tabaco e morrer em alguma mina de ouro no Brasil Central. (P. 54).

Albuquerque (2006) enfatiza

Por mais de trezentos anos a maior parte da riqueza produzida, consumida no Brasil ou exportada foi fruto da exploração do trabalho escravo. As mãos escravas extraíram ouro e diamantes das minas, plantaram e colheram cana,

café, cacau, algodão e outros produtos tropicais de exportação. Os escravos também trabalhavam na agricultura de subsistência, na criação de gado, na produção de charque, nos ofícios manuais e nos serviços domésticos. Nas cidades, eram eles que se encarregavam do transporte de objetos e pessoas e constituíam a mão-de-obra mais numerosa empregada na construção de casas, pontes, fábricas, estradas e diversos serviços urbanos [...] (P.65).

Como se verá, a utilização da mão de obra africana estará presente em praticamente todas as atividades econômicas empreendidas durante os períodos colonial e imperial do Brasil. Buscou-se identificar a importância que tiveram não somente para o desenvolvimento da economia agroexportadora, mas também na manutenção da economia local da colônia.

2.2.1 O negro na agricultura e na casa grande

O açúcar era uma especiaria muito valorizada pelos europeus. Apesar de sua produção ainda limitada, durante muitos anos se tornou artigo de luxo, utilizado até mesmo como dote nos casamentos da nobreza. Os árabes foram os primeiros a introduzir o açúcar na Europa, sendo produzidas nas terras da Sicília. Gorender (1992) informa que a produção do açúcar percorreu, durante séculos, um longo caminho, implicando a acumulação de numerosos conhecimentos tecnológicos, bem como diversos modos de produção. Os árabes tiveram papel preponderante na difusão do consumo, da tecnologia e dos recursos materiais do açúcar.

Na Península Ibérica, o cultivo da cana iniciou-se por volta do século XIV. Com a expansão marítima de Portugal e Espanha, a cana passou a ser cultivada nas colônias europeias. Além das técnicas empreendidas para seu cultivo e comercialização, a inserção do tipo de mão de obra escrava a ser utilizada também foi transferida para essas localidades (GORENDER, 1992).

No século XVI, a Colônia Portuguesa iniciou os primeiros cultivos de cana-de-açúcar voltados para a exportação. A regularidade desse cultivo, entretanto, só veio a ocorrer, de fato, em 1533, na Capitania de São Vicente. Em 1548, já se plantava cana nas capitanias da Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro. No início da produção, os engenhos construídos eram pequenos. A maioria era movida apenas por animais e a mão de obra utilizada, inicialmente, foi a indígena, pois o emprego do trabalho africano só veio a ocorrer por volta do século XVII, com a consolidação do tráfico de escravos (MATTOS, 2007).

No fim do século XVI, existia na Colônia Portuguesa, 108 engenhos, dos quais 66 pertenciam a capitania de Pernambuco, 36 a da Bahia e 6 à São Vicente. Esses engenhos e mais alguns de outras regiões da Colônia forneciam o grosso das exportações. Assim, por volta de 1550, a Colônia já era a maior produtora de açúcar do mundo, isso porque o açúcar brasileiro oferecia grandes vantagens, podia ser exportado bruto ou pronto para o consumo (CHIAVENATO, 1999).

Para o desenvolvimento desse cultivo, em princípio, recorreu-se à mão de obra indígena, no entanto essa situação não durou muito tempo, principalmente porque os indígenas não se adaptaram ao trabalho compulsório e disciplinar de uma atividade organizada como a agricultura. Além disso, perderam o interesse pelas quinquilharias recebidas pelos europeus em troca de seu trabalho.

A substituição do índio pelo negro prolongou-se até o final do período colonial. Em algumas localidades esse processo foi mais rápido da que em outras. A resistência indígena deu-se de várias formas, sobretudo pela fuga, já que detinham grande conhecimento do território. Outro aspecto que favoreceu a substituição da mão de obra indígena pela africana foram as catástrofes demográficas. O contato com o homem branco intensificou o surgimento de várias epidemias, dizimando milhares de indígenas.

Com a dificuldade de manutenção do trabalho indígena, a introdução do negro africano em território brasileiro tem suas primeiras inserções. Como historia Prado Junior (1974), esses cativos foram absorvidos, principalmente, pelas fazendas de cana da Bahia e de Pernambuco e apenas um pequeno número pelos mercados do Pará, Maranhão e Rio de Janeiro.

[...] Os portugueses estavam bem preparados para a substituição; já de longa data, desde meados do séc. XV, traficavam com pretos escravos adquiridos nas costas da África e introduzidos no Reino europeu onde, eram empregados em várias ocupações: serviços domésticos, trabalhos urbanos pesados, e mesmo na agricultura. (PRADO JÚNIOR, 1974, p. 37).

O cultivo da cana, entretanto, não estava no alcance de todos os proprietários de terras. Pode-se destacar a existência de algumas características pertencentes a esse tipo de cultivo. Primeiramente, o desenvolvimento dessa atividade se tornou rentável apenas em grandes lotes de terras, mesmo estando o seu cultivo presente em toda a costa brasileira; a cultura da cana limitou-se aos grandes detentores de terra, os latifundiários. Em segundo lugar, a necessidade da utilização de uma grande quantidade de mão de obra negra inviabilizava a produção do pequeno agricultor. O trabalho escravo na agricultura ainda era

uma condição que poucos proprietários de terras dispunham nesse período, não só pelo pagamento realizado para o transporte do escravo até a Colônia, como também pela manutenção de suas despesas (alimentação, vestuário, moradia) mesmo que estas fossem insalubres.

Chegando aos engenhos “[...] a vida dos escravos numa fazenda de açúcar estava concentrada nos movimentos monótonos de cortar cana, no empilhamento e no transporte para a Casa da Moenda do Engenho para ser moída e transformada em caldo de cana”. (PERIGALLI, 1988, p. 58).

Chiavenato (1999, p. 12) reforça, expressando “que o latifúndio criou duas classes sociais: a dos escravos, brutalizados como animais, relegados à condição de máquina de trabalho e a dos senhores, que usufruíram da produção a serviço da metrópole portuguesa”. Tanto que os gastos empreendidos para com os cativos eram limitados. As vestimentas eram distribuídas uma vez por ano. O senhor de engenho, na tentativa de reduzir seus dispêndios, permitia que os escravos trabalhassem nas terras para cultivarem a própria alimentação.

Não se sabe com precisão a quantidade necessária de trabalhadores escravos que movimentavam a vida nos engenhos, mas se estima que esses números variavam de acordo com o tamanho da propriedade, com o mercado de exportação de açúcar e também com as condições climáticas.

Em seu cotidiano, a maioria dos escravos era deslocada para os canaviais. O trabalho começava cedo, estendendo-se até o final da tarde. As horas árduas de trabalho só eram interrompidas para a realização das refeições. “Nos engenhos, eram tarefas dos escravos: preparar o campo, abrir sulcos para o plantio e depois afastar as ervas daninhas do canavial, a chamada limpa, feita de sol a sol”. (ALBUQUERQUE, 2006, p. 70).

As atividades a serem desenvolvidas nos canaviais eram divididas de acordo com o sexo e a idade, estando os trabalhadores estruturados em dois grupos: homens adultos e as mulheres e crianças. Os primeiros cortavam a cana e retiravam as folhas, já às mulheres e crianças reuniam a colheita da cana para serem transportadas para as moendas do engenho.

Além do trabalho desenvolvido nos canaviais, os escravos, quando não estavam empenhados no corte e transporte da cana, realizavam diversas atividades domésticas nas casas dos senhores. “Os escravos eram também obrigados a construir e reparar cercas, cavar fossos, consertar estradas e pontes, prover a casa-grande de lenha, reparar os barcos e os carros de boi, pastorear o gado, cuidar do pomar e das criações dos senhores [...]”. (ALBUQUERQUE, 2006, p. 74).

Todos os movimentos dos trabalhadores escravizados nos engenhos eram acompanhados de perto pelos feitores designados pelo senhor feudal. Existia um responsável por cada setor na produção da cana e de seus produtos. Muitos senhores feudais tinham medo de que, durante o beneficiamento da cana, os escravos revoltados por sua condição, pudessem prejudicar sua produção de alguma forma (MATTOS, 2007).

Nos engenhos, a substituição de mão de obra ocorria anualmente, considerando os altos índices de mortalidade, os baixos índices de natalidade e os acidentes durante o beneficiamento da cana, nos cilindros das moendas, acarretando a mutilação de mãos e braços de trabalhadores diversos.

No século XIX, cerca de 6 por cento dos escravos e escravas dos engenhos padeciam de “cansaço”, possivelmente uma doença relacionada ao desgaste ou exaustão que os impedia de trabalhar. [...] O trabalho na lavoura era extremamente penoso para as mulheres, especialmente se estivessem em período de gestação ou amamentando. As altas taxas de aborto e mortalidade infantil nos engenhos estavam relacionadas à sobrecarga de trabalho, principalmente nas épocas de colheita, quando se intensificavam as atividades. (ALBUQUERQUE, 2006, p. 72).

Até a metade do século XIX, o açúcar permaneceu como um dos principais produtos da Colônia Portuguesa. Nos períodos de recessão, todavia, a estrutura era desativada. Como a Colônia se dedicava exclusivamente a esse tipo de cultivo, voltado para o comércio exterior, esse sistema se tornava muito frágil. Essa fragilidade foi vivenciada nos últimos anos do século XVII, em decorrência da inserção da Inglaterra na produção do açúcar.

Complementando a produção de cana, desenvolve-se na Colônia o cultivo do tabaco e do algodão, constituindo-se importantes produtos agrícolas do período da economia colonial, principalmente para aquisição de mão de obra escrava.

Durante o século XVIII, o fumo ocupou o segundo lugar no comércio de exportação, sendo cultivado principalmente em terrenos de menor valor e em espaços deixados pela cana. Seu cultivo impulsionou a prática do escambo, sendo utilizado como moeda de troca entre os portugueses e os traficantes de negros escravizados na África. O volume da troca de tabaco por africanos chegou a tal ponto que, em 1712, a Coroa editou uma lei limitando a qualidade e a quantidade do produto que podia ser exportado. Essa lei estabelecia que apenas o tabaco com qualidade inferior poderia ser comercializado com os portos africanos (CHIAVENATO, 1999).

Chiavenato (1999) ainda expõe que o comércio do tabaco foi marcado por uma série de conflitos entre a Colônia e a Metrópole, uma vez que Portugal, visando ao mercado

européu, queria receber o tabaco de melhor qualidade, deixando que o inferior seguisse para a África. Isso desgostou os portugueses estabelecidos no Brasil, porque a sua “moeda” desvalorizava. “Com o fim do tráfico, o tabaco brasileiro foi superado em qualidade pelo produzido na Virgínia e nas Antilhas e perdeu seu valor de troca. Mas seu cultivo continuou mesmo de forma diminuta”. (CHIAVENATO, 1999, p. 21).

A produção algodoeira também foi prática complementar à cana-de-açúcar, que, mesmo antes da chegada dos portugueses, já era cultivada pelos grupos indígenas que ali residiam. Com a colonização, o beneficiamento do algodão passou a ser usado no ensacamento de açúcar, café, arroz e de outros produtos cultivados em pequenas lavouras e na confecção de vestimentas para os escravos. Embora o algodão fosse utilizado para a fabricação de roupas para os cativos, este só veio a ser valorizado no início das exportações no século XVIII, com a substituição da lã e do linho pela fibra de algodão, ganhando destaque no mercado exportador.

A maior produção algodoeira foi obtida no Nordeste brasileiro no final do século XVIII. “Em algumas áreas o algodão chegou a superar o açúcar. A exportação de algodão brasileiro saltou de 50 mil libras em 1778, para 800 mil em 1818, atingindo 12 milhões de libras no fim do período colonial”. (CHIAVENATO, 1999, p.21).

Na região Nordeste, o Maranhão foi a principal área produtora de algodão da Colônia nesse período. Na tentativa de manter seu monopólio, criou, em 1756, a Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e do Maranhão, uma empresa que, assim como os demais ciclos econômicos, mantém sua produção mediante recursos financeiros e mão de obra escrava.

Inicialmente, a mão de obra empregada na lavoura de algodão era indígena, que posteriormente foi substituída pela negra. Observa-se que, “[...] o negro apareceu como a mão de obra que melhor atendeu aos interesses da grande lavoura de exportação, seja pela sua utilização na lavoura algodoeira e/ou principalmente para garantir os lucros metropolitanos por intermédio do tráfico de escravo”. (ABREU, 2009, p. 53). Como historia Chiavenato (1999), muda-se o produto a ser comercializado, mas não a forma de utilização da mão de obra.

2.2.2 O trabalho nas charqueadas e na mineração

Na criação e pastoreio de gado e na produção de charque, o trabalho negro foi largamente utilizado, haja vista a intensidade das tarefas múltiplas.

No século XVIII, com o aumento das exportações do charque do Rio Grande do Sul para outras regiões do Brasil, o número de escravos assumiu grandes proporções. No século seguinte, cada charqueada reunia em média cem cativos. Ali, o abate do gado, o corte e o armazenamento das carnes e do couro exigiam trabalho intenso e prolongado. Nos períodos de maior atividade, entre outubro e maio, os cativos chegavam a trabalhar 16 horas seguidas sob vigilância constante (ALBUQUERQUE, 2006).

Na visão de Vargas (2011), ainda existem poucos estudos acerca da importância das charqueadas para a economia da Colônia e para a manutenção do sistema escravista. Isto está associado à ideia de que o charque abastecia apenas a economia interna da Colônia, não necessitando de braços negros para a sua continuidade. Dados trazidos pelo autor, porém, demonstram que a localidade de Pelotas chegou a exibir, em 1814, uma das maiores concentrações de população negra do sul do Império; cerca de 50,7% dos seus habitantes eram constituídos de escravos e, em 1833, este índice aumentou para 51,7%.

Para Assumpção (2011), a participação dos africanos e seus descendentes na história sul-rio-grandense é legítima mas, ao mesmo tempo, ocultada por parte da historiografia tradicional, aderindo a ideologias de branqueamento. Foi com a consolidação das charqueadas, contudo, como principal atividade econômica da Província, que ocorreu a entrada, em grande número, de trabalhadores escravizados. Uma das razões para o aumento foi o fato de que os homens livres se negaram a labutar nesses estabelecimentos, em razão de péssimas condições de trabalho e higiene.

As condições de trabalho nas charqueadas assemelham-se as encontradas no cultivo da cana, “[...] os negros tinham que trabalhar descalços no meio da lama e das vísceras dos vacuns, perseguidos por uma infinidade de moscas, pernilongos e outros insetos, cortando carne e enfiando suas mãos no sal que comia a pele”. (PEREGALLI, 1988, p. 60). Além disso, os escravos realizavam atividades subsidiárias, como preparar gorduras e fazer barris de madeira para o transporte das mercadorias.

Nas charqueadas, as revoltas dos escravos contra a obrigatoriedade cotidiana do trabalho forçado era uma prática muito comum.

A reação dos trabalhadores escravizados sul-rio-grandenses deu-se de várias formas, desde o corpo mole até o crime de senhores e capatazes. Assim como ocorreu em outras localidades do Brasil, a fuga foi uma das mais usadas e temidas formas de resistência utilizadas pela escravaria. (ASSUMPÇÃO, 2011, p. 152).

Os charqueadores do Sul e do Nordeste tiveram importante papel no desenvolvimento do tráfico interprovincial e intraprovincial, já que o desenvolvimento dessa atividade veio de fato a ocorrer nos primeiros pensamentos acerca da extinção do tráfico de escravos. Juntamente com os fazendeiros, os comerciantes estimularam um crescente comércio interno, que, de alguma forma, pudesse manter a utilização da mão de obra cativa nos vários setores do beneficiamento do charque.

Com a crise do açúcar e a pouca expressividade concedida ao charque, a descoberta de minas de ouro na Colônia Portuguesa renovou as esperanças dos colonizadores. De 1700 a 1801, extraíram-se cerca de 980 mil quilos de ouro. Em cem anos, o Brasil deu ao mundo quase mil toneladas de ouro. E foi na região Centro-sul do Brasil que foram encontradas as grandes áreas de exploração mineral, desencadeando significativas transformações para o desenvolvimento da Colônia. “Tôdas as demais atividades entrarão em decadência. Tudo cede passo ao novo astro que se levanta no horizonte; o próprio açúcar, que por século e meio representara o nervo econômico da colonização e sua própria razão de ser, é desprezada”. (PRADO JÚNIOR, 1974, p. 56).

Nas regiões de mineração, o emprego da mão de obra negra escravizada também se fez presente. Em muitas situações, as condições de vida e de trabalho do escravo nas regiões de mineração eram bem inferiores às vivenciadas por alguns grupos no cultivo da cana. Além disso, assim como ocorria nos engenhos, nem todos os moradores que buscavam na exploração de minas o seu enriquecimento tiveram permissão de explorá-la. Para se ter direito sobre uma mina, existia a necessidade de comprovar que o fazendeiro tinha escravos que poderiam fazer o trabalho de exploração.

Gorender (1992), entretanto, acentua que a Coroa Portuguesa se interessou por garantir oportunidades a grupos de pessoas mais pobres, uma vez que não queriam repetir o que havia acontecido com o cultivo da cana na formação dos grandes latifundiários, incentivando, assim, o maior número possível de mineradores. As normas estabelecidas pela Coroa permitiam que famílias pobres pudessem extrair o ouro de aluvião sem a presença do escravo e também que famílias que obtivessem pelo menos um escravo explorassem até duas braças (1 braça equivale a 2,20 metros) de terras auríferas das minas mais difíceis de desbravar.

Na tabela 2, Gorender (1992) expõe uma projeção da quantidade de escravos que os pequenos, médios e grandes proprietários na região das minas dispunham em seu poder para a extração dos minérios. Nota-se que, mesmo a Coroa permitindo a extração das minas

por pessoas que possuíssem apenas um escravo, esta já iniciava a corrida em desvantagem, uma vez que existiam proprietários com 20 escravos ou mais para desempenhar a função.

Tabela 2 - Classificação de proprietários de escravos em Minas Gerais em 1717.

Discriminação	Nº de proprietários	%	Nº de escravos	%	Média de escravos por proprietários
De 1 a 9 escravos	442	81,2	1556	47,6	3,5
De 10 a 19	75	13,8	923	28,3	12,3
De 20 e mais	27	5,0	788	24,1	29,1

Fonte: Gorender (1992).

Atentamos para o fato de que os médios e grandes proprietários representam apenas 18% do total, mas detinham em seu poder 52,4% da mão de obra escrava da região das minas, podendo reivindicar concessão de até 4.277 braças de terras auríferas. Os 442 (81,2%) pequenos proprietários detinham em seu poder 47,6% dos escravos, tendo direito de concessão de 3.890 braças.

Observa-se nas regiões de mineração que a escravidão constituía a principal forma de organização do trabalho nas minas. Na tabela 3, é possível perceber os grandes fluxos migratórios ao longo dos séculos XVIII e início do XIX, refletindo a superioridade populacional que os grupos de negros, escravos e ex-escravos tinham em relação à população branca. Vejamos que o número de negros em 1776 é de 51% da população e em 1821 e de 41%, mantendo-se elevada a população de africanos em relação ao de portugueses.

Tabela 3 - População de Minas Gerais nos anos de 1776 e 1821.

Anos	Branco	% sobre a população total	Negros, escravos e forros	% sobre a população total
1776	70.664	22	166.488	51
1821	131.047	25	211.548	41

Fonte: Gorender (1992, p. 447).

As condições de trabalho nas minas eram deveras desgastantes. O escravo passava muito tempo com parte de seu corpo submerso na água e na lama. Muitos até viviam bem menos do que os cativos que trabalham no cultivo e corte da cana, pois com frequência adquiriam doenças graves. O fornecimento de alimentação e vestuário também era bastante precário. Outro fator que contribuía para o aumento da mortalidade nas regiões das minas estava nas condições de trabalho; constantemente ocorriam acidentes de trabalho e até mesmo

falecimento por afogamento, asfixia ou soterramento, haja vista as condições rudimentares de extração dos minérios.

Na mineração os cativos ficavam sob a supervisão constante do “vigia de canoas”, que era geralmente branco ou mulato. Os cativos eram obrigados a trabalhar curvados, de frente para o capataz, para que não ocultassem ouro ou diamante encontrado durante o peneiramento do cascalho. Ao término de cada tarefa eram revistados. [...] (ALBUQUERQUE, 2006, p. 76).

Os escravos eram necessários não só nos trabalhos de extração do ouro, mas também no transporte de cargas. A dureza do tratamento estimulou nos negros constantes rebeldias. Alguns, quando tinham a oportunidade, furtavam ouro em pó. Mesmo com tanta vigilância, os escravos, ao longo dos anos, desenvolveram formas de extraviar pequenas quantidades de minerais na tentativa de financiar sua alforria. Já alguns trabalhavam como fiscoadores com o consentimento de seus senhores, em troca do pagamento de uma renda fixa ou em troca de sua liberdade (GORENDER, 1992).

Na prática na extração de minérios,

[...] a figura feminina negra praticamente inexistia. Contudo, a importação delas foi favorecida pelas atividades agrícolas, pelos serviços domésticos e pela condição celibatária da maioria dos imigrantes portugueses, muitos dos quais tomaram por companheiros suas escravas”. (GORENDER, 1992, p. 462).

Além disso, as escravas eram empregadas em atividades comerciais como cozinheiras, doceiras e vendedoras ambulantes.

O esgotamento da atividade deu-se, sobretudo porque [...] o ouro brasileiro é, na maior parte, de aluvião, e se encontrava, sobretudo no leito dos cursos d’água e nas suas margens mais próximas [...]. Daí a pequena concentração em que foi encontrado e o esgotamento rápido dos depósitos, mesmo os mais importantes [...]”. (PRADO JÚNIOR, 1974, p. 60).

Após a estagnação dessa atividade, muitos mineradores foram à falência, todavia a economia mineira já algum tempo não se limitava apenas a essa prática. Já existiam alguns proprietários dedicando-se à agricultura e à pecuária. A abundância de terras facilitava e os baixos índices de produção interna contribuíram para o desenvolvimento dessas atividades, tornando-se um importante centro de fornecimento de gêneros alimentícios.

2.2.3 A presença negra nas cidades

“Na cidade, para dar recados ou para prestar serviços, o escravo saía à rua. Seu trabalho era oferecido pelo senhor, ou mesmo por ele próprio. O escravo de aluguel, o escravo doméstico e o escravo de ganho levavam e traziam as riquezas, eram parte da vida da própria cidade” (SILVA, 1988, p. 14). Assim, os escravos se faziam presentes em todos os ofícios urbanos. Na tabela 4, estão expostas as estimativas acerca da distribuição de escravos nas atividades econômicas.

Tabela 4 – Percentual da população de escravos empregada nas principais atividades econômicas no Brasil entre os séculos XVII e XIX.

Discriminação	Período	%
Ciclo do açúcar	Século XVII / XVIII / XIX	40%
Ciclo da mineração	A partir do século XVIII	18,2%
Ciclo do café	A partir do século XVIII	7,6%
Outras funções	A partir do século XVIII	33,3%

Fonte: Abreu (2009).

Apesar do desenvolvimento de trabalhos, com excessiva coação e vigilância, os negros escravizados desenvolveram importantes atividades no dia a dia das cidades. Diferentemente dos escravos do campo, nas cidades, os cativos desfrutavam de certa liberdade, já que desenvolviam grande parte de seus afazeres nas ruas dos centros urbanos, distante dos olhares de seu senhor. Gorender (1992, p. 483) expressa “[...] que deve ficar claro que a escravidão urbana representou, em todas as formações escravistas, um complemento da escravidão rural. Por isso, a escravidão urbana foi mais elástica em sua residência a fatores adversos”.

Dentre as funções desempenhadas pelos escravos, destacam-se os que transportavam pessoas, mercadorias, realizavam reparos nas ruas, alugavam sua mão de obra para outros senhores e uma infinidade de outras ocupações. Conjuntamente, ao trabalho masculino, têm-se as atividades desenvolvidas pelas mulheres. As escravas ocupavam-se, principalmente, dos afazeres domésticos, cozinhavam, limpavam, lavavam e serviam como amas de leite. Além disso, realizavam outras funções fora da casa dos senhores. Sua força de trabalho eram utilizadas também, nos serviços de venda de alimentos, alguns de origem africana.

Como noticia Albuquerque (2006, p. 83), “nas grandes cidades essas atividades eram exercidas majoritariamente por negros e pardos, escravos e libertos, pois eram geralmente rejeitadas pela população branca”. Ressalte-se, ainda, que as formas de tratamento eram diferenciadas entre os negros que realizavam atividades ligadas ao serviço pessoal, pajem ou mucama, dos que tinham a função de pegar água ou despejar os dejetos da casa de seu senhor. Além do trabalho árduo, estas atividades demonstravam a posição inferior em que esses trabalhadores se encontravam na hierarquia da escravatura brasileira, havendo, assim, escravos homens e mulheres que recebiam tratamentos privilegiados, comparando-os aos que tentavam sobreviver nas senzalas. Mesmo com tais fatos, a escravidão doméstica nas cidades apenas reproduziu as relações já estabelecidas na casa-grande (GORENDER, 1992).

Outra forma de incluir o escravo na dinâmica das cidades foi por meio de sua submissão à mendicância e à prostituição. Essas atividades eram realizadas em grande parte por negros de idade avançada ou com alguma deficiência, que se viam impossibilitados do desenvolvimento de trabalhos braçais. E, assim como ocorria com os trabalhos prestados como escravos de ganho, as esmolas recebidas durante o dia deveriam ser repassadas uma porcentagem para seu senhor. Relativamente à prostituição, o senhor também ficava com uma parte do que era arrecadado com a venda de seus corpos.

Vale mencionar que muitos escravos dos centros urbanos já não moravam mais com o seu senhor, mas sim em casarões abandonados que mais tarde viriam a formar os cortiços. Essas habitações reuniam pessoas de várias posições sociais e condições econômicas. Mesmo, porém, gozando de momentos de liberdade por parte de seu senhor, os escravos da cidade estavam constantemente sob o olhar atento dos policiais.

Não por acaso, organizar e aprimorar a atuação das forças policiais foi nas cidades a grande preocupação dos governantes brasileiros durante a Colônia e o Império. A legislação foi farta em alvarás, cartas régias, código criminal, leis municipais (posturas) e provinciais estabelecendo os limites de liberdade dos escravos urbanos, definindo os espaços onde podiam circular, exercer seus ofícios, divertir-se, jogar capoeira, frequentar tabernas e fazer batuques. (ALBUQUERQUE, 2006, p. 86).

As limitações das manifestações culturais e os percursos realizados diariamente pelos escravos estenderam-se ao longo da história. Muitos escravos só podiam circular nas ruas depois do toque de recolher, e se estivessem munidos de licenças escritas por seu senhor ou por oficiais da polícia.

Mesmo com elaboração de leis que buscassem restringir cada vez mais a liberdade de circulação dos escravos nos centros urbanos, estes na verdade nunca deixaram de participar

de suas festividades ou de andar à noite pela cidade. Ficava a cargo da elite se limitar nos percursos realizados em seu dia a dia nos centros urbanos. Assim, por medo e por preconceito, os locais de circulação ficavam restringidos a pequenos espaços.

2.3 Formas de resistência: da fuga à formação de quilombos

Assim como os índios, os africanos não aceitaram passivamente o trabalho escravo, existindo cotidianamente diversas formas de resistência, tanto individual como coletiva. “Fugindo o escravo demonstrava sua fibra rebelde, o calor de sua revolta, indiferente aos impiedosos castigos a que seria submetido quando capturado: açoites, tronco, ferro em brasa, colares de ferro, e até amputação se reincidente. [...]” (GOULART, 1972, p. 28).

As notícias de fugas alimentavam os jornais da época. Homens e mulheres, jovens e velhos, de todos os ofícios e origens, alimentavam a crônica diária dos escravos fugitivos dos jornais brasileiros. Fogem nas piores condições, sem saber que marcas presentes em seu corpo permitem fácil recaptura, como se observa nesse episódio apresentado por Mattoso em sua obra, *Ser escravo no Brasil* (2003, p. 153):

Fugiu desta fazenda Timbo, pertencente a Ignácio Borges de Barros, uma escrava de nome Maria, da nação nagô, baixa, gorda, com o rosto bem marcado, faltando-lhe um pedaço da orelha direita na parte alta, traz sempre um turbante na cabeça por causa da dita orelha. Quem a devolver ou der informações exatas a seu respeito será bem recompensado pelo trabalho (Jornal da Bahia, 23-1-1855)

Alguns estudiosos destacaram a boa relação que alguns escravos desenvolviam com o seu senhor, entretanto, quando tinham a oportunidade, sempre fugiam. As fugas acarretavam sérios prejuízos sociais e, principalmente, econômicos, já que o escravo era responsável por toda a produção necessária para o sustento de seu senhor.

Juntamente com as fugas, o suicídio talvez tenha sido um dos recursos mais trágicos utilizados pelo escravo como forma de resistência, “[...] além de constituir na abreviação dos sofrimentos físicos e morais que o atormentavam, o negro via no suicídio, por igual passo, certa modalidade de vingança contra o detestado Senhor” (GOULART, 1972, p.123).

Para Mattoso (2003), a prática do suicídio era mais frequente na cidade, apesar de o escravo possuir maior autonomia. Segundo relatórios policiais da época, as motivações para o suicídio estavam em: a) impossibilidade de recorrer à Justiça contra os maus-tratos; b)

dificuldade de cumprir com o contrato como escravo de ganho; c) nos insucessos nas tentativas de fugas, dentre outras situações.

De forma complementar, Mattos (2007) relata que, entre as fugas, existiam aquelas que reivindicavam melhores condições de trabalho, respeitando o horário de descanso e das refeições, almejavam o direito de poderem cultivar os próprios roçados e na manutenção dos direitos adquiridos. Em geral, quando o escravo era capturado, raramente conseguia escapar dos castigos físicos. Outras formas de resistências empreendidas pelos africanos escravizados foram as rebeliões coletivas, constituídas nas insurreições e na formação de quilombos em várias regiões do Brasil.

Algumas fugas resultaram na formação de comunidades independentes, que mais tarde receberam o nome de quilombos. Esses grupos existiram desde a época colonial até os últimos anos do sistema escravista. Moura (1981) assinala que os quilombos eram considerados um fenômeno não circunscrito a uma região específica, mas que pontilharam diversas partes do território brasileiro. A historiografia nacional relata que estes obtiveram diferentes tipos de formação, há quilombos com resistência à escravidão, há quilombos criados com a compra da terra pelos negros, há quilombos instituídos por negros livres desde a ocupação das terras pós-abolição.

No Brasil, esses agrupamentos também recebiam a denominação de mocambos ou terras de pretos. Como demonstra Peregalli (1988, p. 26), foram surgindo diante da “[...] impossibilidade de retorno. [...] Favorecidos por uma terra fértil, os negros fugitivos colocaram sua experiência na agricultura, na metalúrgica, no artesanato. Aqui demonstraram sua capacidade de organização e criatividade”.

O quilombo, graças à sua organização, constituía-se em fator altamente negativo para o equilíbrio econômico e social da região em que se formava, sendo que, em regra, os escravos costumavam aquilombar-se em local não muito distanciado das propriedades onde serviam. [...] (GOULART, 1972, p. 193). Na visão de Mattos (2007), uma das principais características dessas comunidades formadas por escravos fugitivos eram as alianças estabelecidas não só com outros fugitivos, mas também com grupos indígenas, pequenos agricultores e comerciantes que contribuía para a comercialização dos produtos agrícolas.

No quadro 1, é possível evidenciar a existência desses grupos em distintas regiões da Colônia. Moura (1981) escreve que existiram quilombos de vários tamanhos e que estes se estruturavam de acordo com a quantidade de habitantes. Os quilombos de proporções reduzidas possuíam uma estrutura muito simples, pois eram grupos armados que organizavam suas lideranças no momento da fuga. As relações estabelecidas restringiam-se a trocas

esporádicas. Quando o quilombo, no entanto, atingia grandes extensões, as relações estabelecidas se tornavam mais complexas, permitindo até mesmo o desenvolvimento de uma agricultura permanente e intensiva.

Quadro 1 - Principais Quilombos no Brasil – século XVIII e XIX.

Região do Brasil	Denominação
Sergipe	Quilombo de Capela
	Quilombo de Itabaiana
	Quilombo de Divina Pastora
	Quilombo de Itaporanga
	Quilombo de Rosário
	Quilombo de Engenho Brejo
	Quilombo de Vila Nova
Bahia	Quilombo do Urubu
	Quilombo de Jacuipe
	Quilombo de Jaguaripe
	Quilombo de Maragogipe
	Quilombo de Muritiba
	Quilombo de Campos de Cachoeira
	Quilombo de Orobó, Tupim e Andaraí
	Quilombo de Xiquexique
	Quilombo de Buracão do Tatu
	Quilombo de Cachoeira
	Quilombo de Nossa Senhora dos Mares
	Quilombo de Cabula
São Paulo	Quilombo de Jabaquara
	Quilombo de Moji-Guaçu
	Quilombo de Atibaia
	Quilombo de Santos
	Quilombo de Campinas
	Quilombo de Piracicaba
	Quilombo de Aldeia Pinheiros
	Quilombo de Jundiá
	Quilombo de Itapetininga
Quilombo da Fazenda Monjolinho (S. Carlos)	
Região Amazônica	Amapá: Oiapoque – Calçoene
	Amapá: Mazagão
	Pará: Óbidos (Rio Trombetas/Cuminá)
	Pará: Alenquer (Rio Curuá)
	Pará: Caxiú (Rio Moju/Capim)
	Pará: Mocajuba (litoral Atlântico do Pará)
	Pará: Gurupi (atual divisa entre o Pará e o Maranhão)
	Maranhão: Turiaçu (Rio Maracassumé)
	Maranhão: Turiaçu (Rio Turiaçu)
	Pará: Anajás (Lg. Mocambo, ilha de Marajó)

Fonte: Moura (1981).

A organização dos médios e grandes quilombos dava-se mediante intenso sistema defensivo. A força militar desses grupos tinha que, cotidianamente, se defender das investidas dos senhores de terra. Como anota Moura (1981), os quilombos mantinham uma hierarquia militar e um contingente armado que garantia a tranquilidade dos que trabalhavam contra o sistema escravista.

Fiabani (2008, p. 35) relata que, ao longo da história do Brasil, ocorreram várias análises e interpretações referentes ao fenômeno quilombola. “Surgido no século XVI, o quilombo foi inicialmente identificado pelos cronistas, viajantes e autoridades como algo ‘nocivo’ a sociedade do período Colonial, mas com o passar dos anos mostrou-se uma dos maiores símbolos de resistência dos negros escravizados”.

Talvez uma das maiores representações de resistência tenha sido a formação do Quilombo dos Palmares, na Serra da Barriga, no final do século XVI, região entre os atuais Estados de Alagoas e Pernambuco. Localizado em uma área de acesso difícil, os aquilombados conseguiram formar um Estado com estrutura política, militar, econômica e sociocultural, que tinha por modelo a organização social de antigos reinos africanos (AMARAL, 2011).

Calcula-se que Palmares chegou a possuir uma população de cerca de 20 mil pessoas negras e também pobres marginalizados. Chegaram a organizar-se numa área de aproximadamente 27 mil km². Em seu cotidiano, produziam todas as necessidades indispensáveis para o desenvolvimento do quilombo, não só com a produção para a subsistência, mas também com a comercialização dos excedentes nas localidades mais próximas.

Ainda conforme Amaral (2011, p. 36), “o Quilombo de Palmares foi o que mais tempo durou; o que ocupou maior área territorial e o que maior trabalho deu às autoridades para ser exterminado – do seu surgimento até a sua completa destruição, foram 65 anos em constantes e sangrentas lutas”.

Depois de Palmares, as autoridades do período colonial começaram a reprimir qualquer grupo de escravizados fugitivos encontrados no Território Nacional. Dessa forma, a imagem do quilombo como prática nociva, e sem grandes prejuízos, é totalmente modificada após os ocorridos em Palmares. O medo das autoridades coloniais de que novos Palmares surgissem era tanto que, em 1740, por meio do Conselho Ultramarino Português, foi formulada uma definição do que seria um quilombo.

Na visão do Conselho, o quilombo era “toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se

achem pilões neles”. Nota-se que esse conceito alicerça-se sobre cinco elementos: 1) a fuga; 2) uma quantidade mínima de fugidos; 3) o isolamento geográfico, em locais de difícil acesso; 4) moradia habitual, referida no termo “rancho”; 5) autoconsumo e capacidade de reprodução, simbolizados na imagem do pilão de arroz (ALMEIDA, 2002).

A busca por uma definição desses grupos visava impedir que esses alcançassem as glórias de Palmares, legitimando-se, assim, as ações de repressão. A própria figura do capitão do mato foi criada nesse período. Sua principal função estava atrelada à captura de escravos fugitivos. As práticas coercitivas foram tão intensas que não se identificou na historiografia nacional um quilombo da proporção de Palmares.

Na compreensão de Moraes (2000), esses núcleos de povoamento, na visão das autoridades coloniais, vão isolar-se em zonas onde a geografia atue como elemento de defesa, isto é, lugares de custosa acessibilidade e de fácil camuflagem, fora das rotas habituais de trânsito dos fluxos coloniais. Não tão distantes, porém, ao ponto de impossibilitarem o estabelecimento de relações com os colonos. Assim, muitos quilombos se localizaram próximos às áreas de povoamento, não sendo uma organização isolada.

Independentemente de suas proporções físicas e do local onde estavam instalados os quilombos foram o mais importante meio de resistência que se contrapõem ao sistema escravista. A partir de 1888, as comunidades negras deram outro sentido ao termo “Quilombo”, não sendo mais utilizado como sinônimo de luta e resistência ao cativeiro, mas sim como morada e sobrevivência da família negra em pequenas comunidades, onde seus valores culturais eram preservados (AMARAL, 2011).

2.4 Quilombos contemporâneos: questões conceituais e normativas

Após a formulação de leis e tratados entre Portugal e Inglaterra sobre o fim do tráfico negreiro, na primeira metade do século XIX, surge a figura do africano livre. Este livre, porém não emancipado. Muitos escravos continuavam sendo tratados como cativos e suas condições de trabalho, moradia e alimentação se assemelhavam aos vividos no período da escravidão.

Muitos africanos, mesmo após a abolição, preferiram continuar residindo nas comunidades de negros rurais constituídas ainda no período colonial. Outros preferiram continuar nas fazendas na condição de parceiro. Ainda existiam aqueles ex-cativos que receberam de seus senhores, mediante doações ou compras, um pequeno lote de terra. Muitas dessas localidades como ressalta Fiabani (2008), tornaram-se referência para aglomeração dos

africanos livres. Na maioria das vezes, a terra era de uso coletivo, dificultando a divisão da propriedade e contribuindo para a permanência desses grupos.

As comunidades quilombolas durante muito tempo foram esquecidas, pois se pensou que, com o fim da escravidão, estes grupos deixariam de existir. Este segmento social não despertou interesse nem de pesquisadores e autoridades da época, ficando invisível por um longo período. Nas décadas de 1970 e 1980, timidamente, se iniciaram os primeiros estudos acadêmicos identificando a existência desses grupos, mas foi após a Constituição de 1988 que adquiriram visão pública na realidade nacional, desvendando-se as reais condições das comunidades negras rurais (FIABANI, 2008).

Assim, com a promulgação da Constituição Federal em 1988, cujo artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) prevê o reconhecimento da propriedade das terras dos “remanescentes das comunidades dos quilombos”, o debate ganha o cenário político nacional, resultando em publicações das mais diversas.

Esse reconhecimento é fortalecido com a consolidação das questões normativas nacionais, garantindo não só a titulação das terras tradicionalmente ocupadas, mas, principalmente, o direito de se identificar como pertencente a esse grupo. Como demonstra Almeida (2004), todavia a incorporação das reivindicações desses grupos na legislação e nos aparatos burocráticos administrativos não significa um acatamento das suas solicitações e tão pouco na resolução dos conflitos em torno da apropriação e uso dos recursos naturais.

Uma das primeiras iniciativas empreendidas pelo Poder Público na garantia dos direitos das comunidades quilombolas foi a elaboração do artigo 68º do ADCT, em 05 de outubro de 1988. O dispositivo conduzido pela Constituição Federal tornou-se um marco na história dos quilombolas. Antes, porém, de sua aprovação, o anteprojeto de lei que se transformou no artigo 68º do ADCT passou por diversas reformulações, em decorrência das divergências por parte do Poder Público, dos pesquisadores, das lideranças do movimento negro e das comunidades quilombolas, na definição dos grupos que seriam privilegiados com o referido dispositivo.

A busca de um conceito que beneficiasse a diversidade de grupos de quilombolas existentes na atualidade envolveu diversos segmentos da sociedade brasileira. Esta nova visão surge da inaplicabilidade das definições propostas pelo Conselho Ultramarino, ainda em 1740, e que influenciaram os trabalhos de importantes estudiosos da historiografia pátria. Muitos aspectos da situação do negro foram discutidos, dentre os quais: educação, cultura, saúde, mercado de trabalho, racismo e, principalmente, a questão fundiária, que em muitos momentos não foi vista como um problema vivenciado por esses grupos.

Ao longo da elaboração do artigo 68º do ADCT ocorreram, em várias regiões do Brasil, encontros das comunidades negras e do movimento negro na tentativa de participar da elaboração desse documento. Essas reuniões tiveram como objetivo mobilizar politicamente as comunidades quilombolas, pois estas acreditavam que sem a presença do negro a Constituinte não teria valor e muitos dos direitos reivindicados não seriam atendidos.

Nesses encontros, foram encaminhadas diversas propostas e, posteriormente, apresentadas aos deputados federais que defendiam a regularização dos direitos das comunidades quilombolas, para que estes pudessem exprimi-las na Assembléia Nacional Constituinte. Durante esse processo, os projetos, dispositivos e sugestões expressas nas audiências divergiram em alguns aspectos e, ao mesmo tempo, foram fundamentais para revelar a real situação da população negra no Brasil.

Após sua aprovação, o artigo 68º do ADCT passou a ter a seguinte redação “Aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os respectivos títulos”. (BRASIL, 1988, p. 75). Ainda em seu teor, promulga considerações sobre a identificação dos povos quilombolas, bem como o processo de reconhecimento da propriedade da terra. Com suporte no texto Constitucional, esses grupos historicamente excluídos veem a possibilidade de ter seus direitos reconhecidos.

Fiabani (2008) salienta que, apesar dessa vitória constitucional, o artigo 68º do ADCT não estava no corpo permanente da Constituição, mas sim atrelado às Disposições Constitucionais Transitórias em decorrência da interpretação feita pelos parlamentares que entendia o termo quilombo ainda se remetendo ao quilombo formado por escravos fugidos. Os parlamentares acreditavam na existência de apenas algumas comunidades quilombolas, não havendo a necessidade de esse dispositivo se tornar efetivo, fato que veio posteriormente a se mostrar errôneo.

Enquanto a promulgação do artigo 68º da ADCT garantia o direito à titulação das terras tradicionalmente ocupadas, os artigos 215 e 216 resguardavam as manifestações culturais desses grupos. Em seu teor, os artigos trazem apontamentos que visam à garantia a todos as pessoas o direito às manifestações culturais, tendo-se nos bens materiais e imateriais a constituição da identidade nacional, tomadas individualmente ou em conjunto. Dessa forma, convém indicar alguns dispositivos presentes nos referidos artigos.

Nos dispositivos citados, tem-se como dever do Estado a garantia do pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, como as culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo

civilizatório nacional. O Poder Público, com a colaboração da comunidade, ainda protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

A lei ainda estabelece a criação de datas comemorativas para os segmentos étnicos nacionais e a instituição do Plano Nacional de Cultura, visando à defesa e à valorização do patrimônio cultural brasileiro, com suporte em: i) produção, promoção e difusão de bens culturais; ii) formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões; iii) democratização do acesso aos bens de cultura; e iv) valorização da diversidade étnica e regional (BRASIL, 1988).

Após a promulgação do artigo 68 do ADCT, e dos artigos 215 e 216, as comunidades quilombolas, juntamente com pesquisadores, solicitaram a modificação do conceito de quilombo utilizado até aquele momento, pois este ainda estava atrelado a fatos históricos, não privilegiando as diversas comunidades de negros rurais existentes na atualidade.

Assim, com o surgimento de novas demandas sociais, o que movia os quilombos no período colonial já não é o que motiva hoje, existindo a necessidade do redimensionamento desse conceito. Sua ressemantização refletiu diretamente nos dispositivos constitucionais existentes e na criação dos demais. Como salienta Cunha (2012, p. 5), em razão da persistência dos movimentos negros e da mobilização de pesquisadores, os quilombos saem do anonimato. “O que se tratava apenas como território de negros fugitivos transforma-se em símbolos da luta da população negra por justiça social”.

Assim, dos anos 1970, em diante, a questão quilombola aufere mais visão de massa em decorrência, em grande parte, do movimento negro e também do envolvimento de vários pesquisadores na luta pelo conhecimento e demarcação dos remanescentes de quilombolas no Brasil. A ressignificação do termo, entretanto, causou algumas confusões entre o que era o quilombo do período colonial e as comunidades quilombolas atuais.

Na tentativa de esclarecer o que definia uma comunidade remanescente de quilombo, a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) mediante o seu grupo de trabalho, propôs, em 1994, uma nova interpretação, acentuando que,

Contemporaneamente, portanto, o termo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea. Da mesma forma nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados, mas, sobretudo, consistem em grupos que desenvolveram práticas de resistência na manutenção e

reprodução de seus modos de vida característicos num determinado lugar. (O'DWYER, 2002, p.18).

Nesse campo de debates, Schmitt et al (2002, p. 4) asseveram que “a identidade quilombola é construída a partir da necessidade de lutar pela terra”. Carril (2006, p. 158) ainda ratifica que “essas conquistas somente se tornam possíveis através da materialização de sua história e cultura vinculadas ao território, no caso rural”. Para Malcher (2009, p. 401), “[...] a luta pela terra é uma das estratégias utilizadas por estes sujeitos e que garante a existência desses, enquanto quilombola”.

Ainda segundo Carril (2006), os quilombos rurais exprimem uma situação de desenraizamento, em que os membros da comunidade buscam formas de inserção social, com características sociopolíticas e culturais diferenciadas. Nas áreas rurais, a base territorial é fundamental para a coesão interna, e é em torno da territorialidade fixada num ecossistema e até nas suas formas de preservação que os quilombos lutam para o seu reconhecimento.

Assim, Malcher (2009, p. 405) defende que a

[...] vinculação das comunidades ao território se caracteriza como fator fundamental, afinal, além de ser condição de sobrevivência física para os grupos, se constitui a terra como instrumento relevante à afirmação da identidade da comunidade, para a manutenção e continuidade de suas tradições. Importante ressaltar que a terra é pensada não como propriedade individual, mas como apropriação comum ao grupo.

Nessa perspectiva, entende-se que a consolidação do território representa a constituição da identidade étnica. “As formas de apropriação e permanência na terra são ditadas pelo próprio grupo e não por categorias formais de propriedade, levando em consideração as dimensões simbólicas e as relações sociais”. (MALCHER, 2009). “O quilombo, então, na atualidade, significa para esta parcela da sociedade brasileira, sobretudo, um direito a ser reconhecido e não propriamente e apenas um passado a ser lembrado. [...]” (LEITE, 2000, p. 335).

Concomitantemente, às tentativas de compreender como estavam estruturadas as comunidades quilombolas contemporâneas, o Governo Federal assumiu o compromisso de promover a inclusão social das chamadas populações quilombolas, tendo desenvolvido ações legais visando à melhoria da qualidade de vida dessas populações, criando condições para que o seu desenvolvimento ocorra em bases duradouras e sustentáveis.

Em 1995, instituída a Portaria nº 25, em 15 de agosto, são regidos os procedimentos a serem realizados no que concerne à identificação e delimitação das terras

ocupadas, ficando a cargo do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e da Fundação Cultural Palmares (FCP) a condução desses processos. Nesse mesmo ano, iniciam-se os primeiros processos de regularização das terras quilombolas no Brasil. O INCRA chegou a titular seis territórios quilombolas no Pará e nove no Maranhão de 1995 até 1999 (FIABANI, 2008).

Em 2001, o INCRA é definitivamente afastado dos processos de titulação dos territórios quilombolas, ficando a cargo da FCP tal função. Esta, mediante o Decreto 3.912/2001, ficava encarregada de realizar os procedimentos de reconhecimento, delimitação, demarcação, reconhecimento e titulação das terras ocupadas pelos quilombolas. Essa atribuição, entretanto, perdurou por apenas dois anos. Mesmo permanecendo pouco tempo como responsável pela titularização das terras quilombolas, a FCP reduziu drasticamente o número de concessões de títulos, pois, ao longo de sua gestão, baseou-se apenas no conceito de quilombo ainda se remetendo aos escravos fugidos que estivessem em seus territórios desde 1888 até 1988, prejudicando grande parte das comunidades negras rurais.

A revogação do decreto deu-se após o Congresso Nacional Brasileiro aprovar a Convenção nº169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), mediante o Decreto Legislativo nº143, de 20 de junho de 2002, sobre os povos indígenas e tribais, assumindo o compromisso de adequar sua legislação de forma a privilegiar tais grupos e que esses possam ter seus direitos humanos fundamentais respeitados e, também, em virtude da pressão exercida pelas lideranças do movimento negro, e das comunidades quilombolas, na busca pela autoidentificação. Além disso, entendiam que a questão fundiária era mais urgente e de alçada do INCRA, do que as questões culturais propostas pela FCP.

Um das principais ações promovidas pela OIT, voltadas especificamente para os grupos indígenas e tribais, diz respeito à Conferência Internacional do Trabalho, resultando na promulgação da Convenção nº 107. Esta foi a primeira a tratar particularmente dos povos indígenas e tribais, sendo promulgada na Conferência Internacional do Trabalho, em Genebra, em 1957. A especificidade da Convenção deu-se na compreensão da existência, em diversos países, de populações indígenas, tribais e semitribais, que não se consideravam integradas na comunidade nacional, mas que aspiravam a assumir o controle de suas formas de vida, bem como de seu desenvolvimento econômico, buscando o fortalecimento de suas identidades, línguas e religiões, no âmbito dos Estados em que residem (OIT, 2011).

Mencionada Convenção foi um marco por tratar de forma particular da garantia dos direitos dos povos interessados, entretanto poucos avanços ocorreram em sua aplicação,

desencadeando na necessidade de adotar novas medidas internacionais para que esses grupos pudessem desfrutar de forma plena dos direitos humanos fundamentais.

Essas medidas concretizaram-se com a revisão das propostas presentes na Convenção nº107, resultando na elaboração de uma nova convenção, decretada em 1989, também em Genebra. A Convenção nº169 manteve e reforçou as ideias propostas pela convenção anterior em relação ao respeito, participação e integração dos povos indígenas e tribais e abordou novas argumentações para a garantia dos direitos desses povos.

A Convenção aplicou-se aos povos indígenas e tribais regidos por seus costumes e tradições e que estes sejam fatores que os distinguem do restante da coletividade nacional. Além disso, o reconhecimento de descendência com povos que habitaram o País na época da conquista ou colonização também deve ser levado em consideração como fator de identidade e pertença a um grupo.

Em seu teor, a Convenção nº169 traz declarações referentes ao respeito à identidade indígena e tribal, acesso à terra, condições de emprego, saúde, educação e meios de comunicação, contatos e cooperação por meio das fronteiras e algumas disposições gerais.

Uns dos primeiros fatores abordados pela Convenção é a consciência da identidade desses povos, em que o Estado não poderá negar a identidade de um grupo se ele assim se reconhece. A consciência de sua identidade é fator fundamental para aplicação das disposições presentes na convenção (OIT, 2011).

A Nova Convenção também submete como encargo dos governos o incentivo ao desenvolvimento de estudos juntos aos povos mencionados, no intuito de compreender suas formas de manifestações culturais, sua relação com o meio ambiente e sua organização social, subsidiando, quando possível, na elaboração de políticas que possam beneficiar os povos interessados. Inclusive essa é uma demanda das próprias comunidades, que veem nas pesquisas de mestrado e doutorado importantes aliadas para o fortalecimento do movimento quilombola.

Outro aspecto abordado pela Nova Convenção é o capítulo referente ao direito de propriedade e posse das terras tradicionalmente ocupadas, em que a Convenção reconhece a relação diferenciada que esses povos constituíram com seus territórios, sejam por via de práticas individuais ou coletivas. Do mesmo modo, responsabilizam os governos por salvaguardar o direito dos povos interessados no acesso à posse e propriedade da terra.

O deslocamento, ou reassentamento desses povos, só ocorrerá com o consentimento deles e, quando tal ação não for possível, somente poderá acontecer se os povos interessados estiverem devidamente representados por meio dos procedimentos

previstos na legislação nacional. Os governos ainda terão que ressarcir-los com terras de qualidade iguais às terras ocupadas anteriormente. A Convenção também prevê ações repressivas a pessoas ou grupos de pessoas que ocupem as terras dos povos interessados. Estas serão punidas de acordo com a lei, cabendo aos governos a elaboração de medidas para impedir tais infrações.

O respeito e valorização de práticas culturais de caráter econômico também devem ser levados em consideração, como a produção de artesanato e investimentos em empreendimentos rurais e comunitários, como extrativismo, criação de pequenos animais, dentre outros, devendo ser reconhecidos como fatores importantes para a subsistência do grupo e também como fator de manutenção de sua cultura e de autossuficiência.

Os cuidados com a saúde dos povos indígenas e tribais, igualmente, estão dispostos na Convenção. Os governos deverão disponibilizar serviços de saúde adequados ou proporcionar a esses povos meios que lhes permitam prestar esses serviços sob a própria responsabilidade. O atendimento, quando possível, deverá ocorrer ao nível comunitário e deverá ser planejado e administrado em cooperação com os povos interessados, levando em consideração seus métodos de cuidado com a saúde (medicamentos naturais, rezas etc.). As instituições ao nível municipal deverão priorizar a inserção, formação e emprego de moradores locais.

A educação é tratada na Convenção, como fundamental e de direito de todos os povos interessados, em condições de igualdade com o restante da comunidade nacional. Esta deverá, em todos os níveis, beneficiar a história dos povos interessados, seus conhecimentos, técnicas e seus valores de vida, permitindo que estes possam participar de sua comunidade, assim como da comunidade nacional. De forma complementar, os governos locais deverão assegurar a formação de membros desses povos e sua participação para que formulem e executem programas de educação, com vistas a transferir progressivamente para estes a responsabilidade de realização desses programas (OIT, 2011).

Buscando adequar-se às propostas lançadas pela OIT, o Congresso Nacional Brasileiro sancionou as recomendações previstas na Convenção 169, ajustando as leis nacionais às menções feitas pela OIT (2011). A primeira delas foi a elaboração do Decreto 4.887, de 20 de novembro de 2003, e da Instrução Normativa do INCRA nº 57, de 20 de outubro de 2009, referindo-se, respectivamente, ao direito à autoidentificação e à regulamentação dos procedimentos de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por grupos de remanescentes de quilombolas, como previsto no Art. 68 do ADCT por parte do Poder Público.

Ressalta-se que a Instrução Normativa, em 2009, foi instituída no sentido de acrescentar a etapa de *desintrusão*¹ no processo administrativo para a regulamentação das reivindicações dos territórios quilombolas. As instruções normativas são medidas complementares às leis, decretos ou convenções internacionais, não podendo modificar o seu texto, apenas complementá-lo de acordo com o conteúdo que tratam o Art. 68 do ADCT da Constituição Federal de 1988 e o Decreto nº. 4.887/2003.

Logo, o Decreto 4.887/2003 expressa que, para concretização dos procedimentos administrativos adotados consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. De forma complementar, o Decreto ratifica nos parágrafos 1º, 2º e 3º as seguintes ponderações,

§ 1º [...] a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante autodefinição da própria comunidade.

§ 2º São terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural.

§ 3º Para a medição e demarcação das terras, serão levados em consideração critérios de territorialidade indicados pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, sendo facultado à comunidade interessada apresentar as peças técnicas para a instrução procedimental.

Para Fiabani (2008), com a criação desse Decreto, não haveria mais a necessidade de a comunidade negra rural provar que seus ancestrais haviam sido negros fugidos e nem exigir que a comunidade fosse negra, mas sim, se declarasse negra, ou seja, se reconhecer como comunidade quilombola.

Assim, o referido Decreto e a Instrução Normativa dispõem que compete ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) por meio do INCRA os procedimentos cabíveis quanto aos processos de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação dos territórios quilombolas, ficando a cargo da FCP apenas a emitir o certificado de autodefinição da comunidade, além do apoio jurídico durante todo o processo de titulação.

¹ A Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962, garante ao Congresso Nacional o direito à desintrusão, como consta no Art. 1º A desapropriação por interesse social será decretada para promover a justa distribuição da propriedade ou condicionar o seu uso ao bem estar social, na forma do art. 147 da Constituição Federal.

Como exposto, referida Instrução Normativa foi elaborada com o intuito de determinar os procedimentos administrativos necessários para abertura do processo de titulação de um território quilombola e as condutas a serem tomadas na etapa de desintrusão. O processo administrativo terá início com a simples manifestação da vontade, ocorrendo mediante solicitação de forma escrita ou verbal por parte dos interessados, podendo estar representados por de associações ou por meio do próprio INCRA.

Na etapa posterior, é solicitada junto a FCP a emissão da certificação da comunidade, haja vista que os procedimentos administrativos só terão início mediante Certidão de Registro no Cadastro Geral de Remanescentes de Comunidades de Quilombos, do referido órgão. O Cadastro Geral de que trata o *caput* desse artigo é o registro em livro próprio, de folhas numeradas, da declaração de autodefinição de identidade étnica, segundo uma origem comum presumida, conforme previsto no art. 2º do Decreto nº 4.887/03.

Os estudos para a identificação e delimitação das terras reivindicadas serão precedidos de reuniões com a comunidade e grupo técnico interdisciplinar, nomeado pela Superintendência Regional do INCRA, para delinear os procedimentos que a serem adotados.

A identificação dos limites das terras das comunidades remanescentes de quilombos é realizada com suporte em indicações da própria comunidade, bem como de estudos técnicos e científicos, inclusive relatórios antropológicos que consistem na caracterização espacial, econômica, ambiental e sociocultural da terra ocupada pela comunidade, mediante Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), com elaboração a cargo da Superintendência Regional do INCRA.

A organização do RTID está pautada em informações cartográficas, fundiárias, agronômicas, ecológicas, geográficas, socioeconômicas, históricas, etnográficas e antropológicas, obtidas em campo e junto a instituições públicas e privadas, abrangendo, necessariamente, além de outras informações consideradas relevantes pelo Grupo Técnico, dados gerais e específicos.

Em relação à comunidade, deverão constar informações referentes ao município onde está inserida (localização, dados censitárias, entre outros), a trajetória histórica da comunidade, as relações territoriais, ancestralidade negra, localização e formas de acesso, disposição espacial, questão fundiária, aspectos demográficos, sociais e de infraestrutura.

A equipe de trabalho deverá ser composta por especialistas que mantenham algum vínculo com o INCRA e as descrições dos componentes da equipe de trabalho, bem como a metodologia utilizada e o cronograma de trabalho devem estar explanados no relatório, ficando assegurada à comunidade interessada a participação em todas as fases do

procedimento administrativo de elaboração do RTID, diretamente ou por meio de representantes.

Após a conclusão dos trabalhos de campo, com identificação, delimitação e levantamento ocupacional e cartorial, por parte do INCRA, este órgão se responsabilizará pela publicação, no Diário Oficial da União e no Diário Oficial da unidade federativa onde a comunidade está localizada, além da notificação dos ocupantes da área delimitada.

Posteriormente a conclusão dos trabalhos de identificação e delimitação, o INCRA expedirá um relatório técnico para o Instituto do Patrimônio Histórico e Nacional (IPHAN), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Secretaria do Patrimônio da União, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Secretaria Executiva do Conselho de Defesa Nacional e a Fundação Cultura Palmares (FCP) para, no prazo comum de 30 dias, opinar sobre as matérias de suas respectivas competências. Caso não ocorra nenhuma manifestação por parte das entidades solicitadas, interpretar-se-á como de acordo com o conteúdo do relatório técnico, dando prosseguimento ao processo de titulação das terras solicitadas.

Caso as terras pleiteadas recaiam sobre terrenos de marinha, margens de rios, ilhas e lagos, unidades de conservação, terras indígenas, terras de propriedade do Estado, do Distrito Federal ou dos municípios, os órgãos e entidades competentes tomarão as medidas cabíveis, conciliando o interesse do Estado. Sucedendo-se em domicílio particular, o Estado realizará a desapropriação dos ocupantes, de acordo com a legislação nacional, reassentando-os e indenizando-os, se assim for o caso.

O decreto ainda prevê após a sua promulgação em um prazo de 90 dias, a elaboração do plano de etnodesenvolvimento para as comunidades remanescentes de quilombos, integrando os mais diversos órgãos e entidades governamentais, como Casa Civil, os ministérios (Justiça, Educação, Trabalho e Emprego, Saúde, Planejamento, Orçamento e Gestão, Comunicações, Defesa, Integração Nacional, Cultura, Meio Ambiente, Desenvolvimento Agrário, Assistência Social, Esporte, Previdência Social, Turismo e Cidades, Gabinete do Ministro de Estado Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome), Secretarias Especiais da Presidência da República (Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Aquicultura e Pesca, Direitos Humanos).

Após a disposição da possibilidade de autodeterminação por parte das comunidades quilombolas e dos procedimentos por parte do INCRA na titulação das terras reivindicadas, o Governo Federal instituiu a Portaria nº 98, de 26 de fevereiro de 2007, definindo as atribuições da FCP durante esses procedimentos.

A FCP foi criada no governo do presidente José Sarney. Sua missão estava relacionada à preservação do patrimônio cultural decorrente da influência negra na formação da sociedade brasileira. Com o surgimento do movimento negro, esta começou a atuar no campo político, inicialmente para assumir o papel do INCRA nos procedimentos de titulação das terras quilombolas. Esta atribuição foi concedida pelo Ministério da Cultura em 1999, entretanto, pela falta de capacidade de dar continuidade a esses processos, e pela pressão exercida pelas lideranças do movimento negro, o INCRA foi novamente direcionado para tais ações.

A Portaria nº 98/2007 estabelece que o Cadastro Geral de Remanescentes das Comunidades dos Quilombos ficará a cargo da FCP, cujas informações correspondentes às comunidades deverão ser igualmente registradas em banco de dados informatizados, para efeito de informação e estudo.

Para emitir a certidão de autodefinição como remanescente de quilombo deverão ser adotados os seguintes procedimentos: i) a comunidade que não possui associação legalmente constituída deverá exibir ata de reunião convocada para específica finalidade de deliberação a respeito da autodefinição, aprovada pela maioria de seus moradores, acompanhada de lista de presença devidamente assinada; ii) a comunidade que possui associação legalmente constituída deverá apresentar ata da assembleia convocada para específica finalidade de deliberação a respeito da autodefinição, aprovada pela maioria absoluta de seus membros, acompanhada de lista de presença devidamente assinada; iii) remessa à FCP, caso a comunidade os possua, de dados, documentos ou informações, tais como fotos, reportagens, estudos realizados, entre outros, que atestem a história comum do grupo ou suas manifestações culturais; iv) em qualquer caso, apresentação de relato sintético da trajetória comum do grupo (história da comunidade); v) solicitação ao Presidente da FCP de emissão da certidão de autodefinição (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 2007).

A FCP poderá, dependendo do caso concreto, realizar visita técnica à comunidade, no intuito de obter informações e esclarecer possíveis dúvidas. As comunidades quilombolas poderão auxiliá-la na obtenção de documentos e informações para instruir o procedimento administrativo de emissão de certificado de autodefinição.

Ainda no mesmo ano, o Governo Federal instituiu o Decreto nº 6.040, em 07 de fevereiro de 2007, tratando da instituição da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), tendo como principal objetivo proporcionar opções para o desenvolvimento, com base sustentável, respeitando e

reconhecendo os direitos sociais, culturais, ambientais, econômicos e territoriais dos diversos grupos presentes no Território Brasileiro.

O Decreto prescreve que os povos e comunidades tradicionais são entendidos como grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam os territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007).

As propostas de desenvolvimento sustentável devem ser pensadas para os territórios tradicionais, quer sejam utilizados de forma permanente ou temporária, uma ação de uso equilibrado dos recursos naturais, voltado para a melhoria da qualidade de vida da presente geração, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras, respeitando os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais.

A aplicação da PNPCT ocorrerá mediante a criação de instrumentos que viabilizem sua execução, como a elaboração de planos de desenvolvimento sustentável que possibilitarão ações de médio, curto e longo prazo, baseando-se em parâmetros ambientais, regionais, culturais ou sociais, elaborados de forma integrada com as instituições do governo e as populações tradicionais. O acompanhamento dessas ações dar-se-á por intermédio da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, instituída pelo Decreto de 13 de julho de 2006 e por meio dos fóruns regionais e locais.

O Decreto nº 6.040/2007 cobre alguns objetivos presentes na Convenção 169 da OIT e, também aborda novas perspectivas para o desenvolvimento sustentável dos povos tradicionais. Um dos primeiros aspectos é a garantia do livre acesso aos recursos naturais e a infraestrutura necessária para que esses grupos possam reproduzir física, cultural e economicamente suas práticas cotidianas.

A PNPCT também prevê o incentivo para a criação, dentro dos territórios tradicionais, de Unidades de Conservação de Uso Sustentável, apoiando e garantindo a inclusão produtiva com a promoção de tecnologias sustentáveis, respeitando o sistema de organização social dos povos e comunidades tradicionais, valorizando os recursos naturais locais e práticas, saberes e tecnologias tradicionais.

Serviços básicos também estão previstos no plano, como educação de qualidade, valorizando práticas formais e informais, o direito a serviços de saúde adequados às características socioculturais de cada povo e comunidade, respeitando as práticas de

medicinas tradicionais e a necessidade da criação de uma política pública de saúde voltada especificamente para as particularidades encontradas nesses grupos.

O plano ainda prevê a implantação e o fortalecimento de programas e ações, garantindo a participação de representantes dos povos e comunidades tradicionais e a assessoria para a gestão facilitada dos recursos financeiros, provenientes dos órgãos de governo.

No quadro 2, é possível visualizar um panorama dos principais eventos que marcaram a produção normativa nacional em relação aos procedimentos de titulação das comunidades negras rurais.

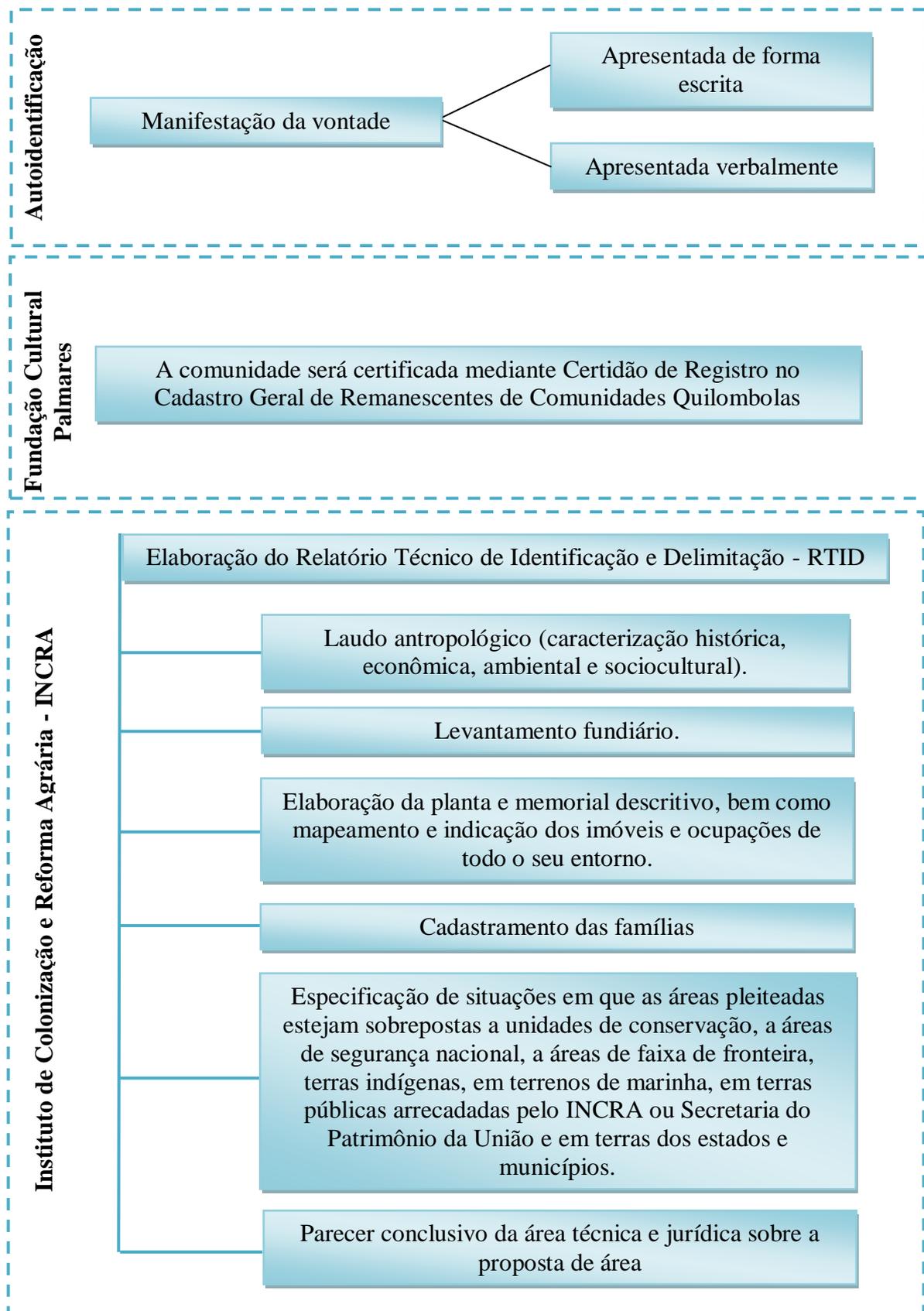
Quadro 2 - Panorama dos principais eventos que marcaram o histórico de produção normativa federal no Brasil.

Ano	Evento
1988	Promulgação da CF/88, incluindo-se o disposto no art. 68 do ADCT
1995	Criação da Portaria nº 25 dando poderes ao INCRA e a FCP para iniciar os processos de titulação
2001	O INCRA é retirado dos procedimentos de titulação e a FCP através do Decreto 3.912 é nomeada
2002	O Congresso Nacional Brasileiro aprova a Convenção nº 169 da IOT, através do Decreto Legislativo nº 143
2003	Elaboração do Decreto 4.887, declarando o INCRA novamente responsável pela titulação das terras quilombolas
2007	Elaboração da Portaria nº 98 estabelecendo as funções da FCP; A criação da PNPCT

Fonte: Chaves (2013).

De forma complementar, temos na figura 1, representada pelo fluxograma, as etapas que compõem os procedimentos a serem adotados para o processo de titulação de um território quilombola no Brasil.

Figura 1 - Fluxograma dos procedimentos administrativos para abertura do processo de titulação de um território quilombola no Brasil.



Como pode-se observar na figura 1, o procedimento de regularização para titulação de um território quilombola inicia-se com a manifestação de interesse pela própria comunidade. Sem a autodefinição, o processo de titulação não pode vir a ocorrer. Esses procedimentos, como demonstrado, envolvem muitas etapas e setores do poder público. Esse é um dos motivos atribuídos para a inexistência, em algumas localidades do Brasil, para a conclusão desses processos.

CAPÍTULO 3

3. ONDE ESTÃO OS QUILOMBOLAS DO CEARÁ?

Na historiografia cearense, durante muito tempo, se propagou a pouca expressividade da presença negra na sociedade. Essas afirmações contribuíram para disseminação da invisibilidade legal do negro, seja ele cativo ou livre. Apresentam-se, inicialmente informações referentes ao processo de ocupação e povoamento do Território Cearense e, posteriormente, os argumentos utilizados para legitimar a ausência.

Considerando o contexto da pesquisa destacou-se considerações sobre as características históricas e socioeconômicas do Município de Itapipoca, fornecendo informações essenciais para o entendimento da atual situação da Comunidade de Nazaré, inserida nessa localidade. As informações foram em consultas às bases de dados disponibilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Secretaria do Desenvolvimento Agrário do Ceará (SDA) e Prefeitura Municipal de Itapipoca, junto as suas secretarias municipais (Saúde, Educação, Turismo, Cultura e Desporto e Infraestrutura).

3.1 A invisibilidade do negro no Ceará

Antes de nos ater à atual configuração do movimento quilombola no Estado do Ceará, faz-se necessário relembrar as configurações históricas que ratificaram a inexistência da presença africana no Território Cearense e como esse discurso teve influência direta na constituição da identidade sobre o negro no Ceará.

A origem do elemento servil negro no Ceará surge da consolidação da ocupação da Capitania, acentuando-se quando esta se torna autônoma da Capitania de Pernambuco, estando livre para poder comercializar diretamente com a Metrópole (PINHEIRO, 2004). Atesta-se, entretanto, que a ocupação das terras cearenses deu-se com suas fronteiras sendo rompidas pelo gado, diferenciando-se do processo ocorrido em outras áreas do Nordeste açucareiro. Caracteriza-se como um processo mais lento, exigindo pouca mão de obra negra escravizada, contando desde o início com a força de trabalho do nativo (FUNES, 2004).

Funes (2004) ainda esclarece que, na Capitania do Ceará, a ocupação foi-se efetivando inicialmente como espaço de trabalho, atraindo um contingente de homens livres, negros e pardos, em sua maioria pobres que se deslocavam, das províncias vizinhas para desempenhar atividades de vaqueiros, trabalhadores do sistema de quarta, ou como moradores

e agregados das fazendas. No segundo momento, com a crescente produção da lavoura algodoeira, ainda no século XVIII, acentuou-se uma demanda por mão de obra, tanto livre como negra escravizada.

Na tabela 5, é possível identificar como estava distribuída a população das principais vilas cearenses, destacando, não só, fenótipos de indivíduos de pele clara, mas também pretos e partos livres ou cativos.

Tabela 5 - População das principais vilas cearenses em 1804.

Vila	1804			
	Branços	Pretos e Pardos Livres	Pretos e Pardos Cativos	Total
Aquiraz	2.679	2.145	702	5.526
Aracati	2.339	1.490	1.102	4.931
São Bernardo	3.753	2.769	943	7.465
Icó	3.822	3.522	1.507	8.851
Crato	6.797	12.793	1.091	20.681
S. João Príncipe	5.361	3.231	1.856	10.448
Granja	1.047	1.656	799	3.502
Sobral	2.781	4.193	2.978	9.952
Campo Maior	1.757	2.986	1.270	6.013

Fonte: Revista do Instituto do Ceará (Tomo XXIX, p. 279).

Nota-se na tabela 5, que a quantidade de negros e pardos cativos é bastante expressiva, tendo nas vilas de Sobral (2.978), S. João Príncipe (1.856), Campo Maior (1.270) e Icó (1.507), as maiores representatividades. Mesmo indicando esses altos índices para a região cearense, porém, comparando-se com outras localidades do Território Brasileiro, que inseriam em seu cotidiano a utilização dessa mão de obra, a Capitania do Ceará mostrou pouca expressão em quantidade de africanos, haja vista que as atividades desenvolvidas, como a pecuária e a agricultura, não demandavam um número expressivo de mão de obra, isso não significando a inexistência de tais grupos, como durante muito tempo foi considerado.

Assim como em outras capitanias, a mão de obra escrava no Ceará, mesmo em quantidade inferior às existentes em outras capitanias, fez-se presente em todo o campo de trabalho, tanto no espaço rural como no urbano. Sua força de trabalho era utilizada na pecuária, na agricultura, em serviços domésticos especializados e ainda como escravos de aluguel ou de ganho.

Em termos culturais, as manifestações dos negros foram sistematicamente combatidas. Sousa (2008) esclarece que, na visão das autoridades e da sociedade de uma forma geral, essas lembranças faziam do negro uma ameaça permanente à ordem, sendo proibidos cotidianamente seus rituais religiosos, cantorias e danças. Muitas dessas manifestações, ao longo do século XX, foram extintas e outras praticamente perderam o referencial histórico.

Suas manifestações estavam presentes nas festas que constituíam para os escravos momentos de ruptura com as amarguras da vida cotidiana. Os espaços mais significativos e que expressaram bem essa realidade são as Irmandades de Homens Pretos. Como noticia Funes (2004, p. 122), as irmandades constituíam-se de,

[...] Espaços de sociabilidade, em que se reuniam negros libertos e cativos, cuidava-se da vida além da morte, para que cada um dos irmãos tivesse enterros dignos e se mandasse rezar missa para encomendar a alma; mas era também onde se discutiam os problemas cotidianos e circulavam informações que davam conta da realidade social do cativo.

No Ceará uma das Irmandades dos Homens Pretos mais frequentes foi a Nossa Senhora do Rosário, nas cidades de Aracati, Tauá, Quixeramobim, Fortaleza e Sobral e, assim como outras manifestações culturais de origem africana, foi extinta, com o passar dos anos. Existiram, porém, outros eventos, como destaca Bezerra (2011), que foram considerados inofensivos pela sociedade da época, vistos apenas como simples manifestações folclóricas, mas que na realidade tinham em suas concepções a representação das manifestações religiosas de origem africana, como, por exemplo, o maracatu.

Em seus estudos, Mendes (2010) assinala que foi por meio da toponímia descritas nas Cartas de Sesmarias que se pode identificar já no século XVIII, a importante contribuição dos africanos em regiões cearenses, como no Vale do Jaguaribe, nas imediações da divisa com o Rio Grande do Norte. Em suas considerações, o autor explicita que não foi somente por meio da importação da mão de obra africana que ocorreu a introdução do cativo negro, mas se deu também em função das práticas de fugas empreendidas pelos ex-escravizados oriundos de Pernambuco e da Bahia.

Ainda abordando a representatividade desses grupos, Ratts (2009) salienta que, em 1808, o Ceará já contava com uma população de 125.878 habitantes, sendo que desse total 19% eram pretos, 37% eram mulatos, 10% índios e 34% eram brancos.

No século XIX, na década de 1840, a entrada de escravos na Capitania do Ceará já era praticamente inexistente, em especial decorrente das primeiras proibições do tráfico

negreiro. Em 1850, a Província cearense passou a exportar negros cativos dentro do processo de tráfico interprovincial. Em 1883, às vésperas da extinção da escravidão no Ceará, a população cativa já demonstrava queda acentuada (FUNES, 2004).

O tráfico interprovincial foi importante para a economia cearense, pois o sistema escravista local já estava bastante desgastado, acentuando-se ainda mais com as constantes secas, obrigando os seus proprietários a se desfazerem de sua fonte de renda. A queda na produção algodoeira também contribuiu para a venda desses cativos, tornando-se em 1870 uma importante fonte de renda (RATTS, 2009).

Todos esses acontecimentos, não só na Província do Ceará, mas também noutras regiões, acentuaram as ações do movimento abolicionista. Caxilé (2009, p. 181) ressalta que “a província do Ceará foi à primeira no Império a declarar extinta a presença do elemento servil em suas terras, no dia 25 de março de 1884, quatro anos antes da lei Áurea”, desencadeando em transformações sociais, políticas e econômicas na Província.

No Ceará, as sociedades libertadoras surgiram quando a prática de comercialização do negro africano já estava bastante desgastada, em decorrência das constantes secas, que obrigava os proprietários, a venderem seus escravos, como alternativas de sobrevivência. A guerra do Paraguai, em 1865, foi outro acontecimento, que influenciou a venda de escravos para as regiões localizadas no sul do Império. Alguns senhores, ao serem convocados para participar da guerra, alforriavam seus escravos e os mandavam em seu lugar (CAXILÉ, 2009).

Na Capitania do Ceará, a exportação de escravos, como fonte de renda, ganhou espaço, desde 1870, com a queda do cultivo algodoeiro. Entre os anos de 1871 a 1876 foram exportados em torno de 3.256 cativos, não abalando economicamente as atividades desenvolvidas na Capitania, haja vista sua pouca empregabilidade nas atividades agropecuárias (CAXILÉ, 2009).

Como vemos, as sociedades libertadoras surgiram em meio a sucessivas crises do sistema escravagista cearense. Na região do Maciço de Baturité, em 1870, surgiu a primeira organização mobilizada para a libertação dos escravos, a Perseverança e Porvir, formada pela união de importantes famílias da sociedade cearense. Dentre seus objetivos, auspiciava alforriar os escravos e garantir os interesses econômicos de seus associados. Anos depois, seus diretores serão responsáveis pela criação da Sociedade Libertadora Cearense em 1880 (CAXILÉ).

A Sociedade Libertadora Cearense foi a mais expressiva delas, servindo de modelo para o surgimento de vários movimentos em outras regiões da Província. O

movimento tinha como porta voz o jornal *O Libertador*, fundado em 1881, que preconizava o fim do escravismo (FUNES, 2004).

De forma complementar, Funes (2004, p. 130) esclarece que,

[...] No Ceará não se tem notícias de grandes conflitos entre abolicionistas e escravistas, a não ser os grandes debates através dos jornais da época. As denúncias feitas pelo *O Libertador* e a formação de uma opinião pública contra a escravidão, atraindo um segmento significativo da sociedade para a causa, sem dúvida, por si só foi um grande feito.

E assim, como os movimentos abolicionistas empreendidos em outras localidades do território brasileiro, estes não auspiciavam a libertação imediata dos cativos, mas sim que estes, ao adquirirem a alforria, ainda teriam que permanecer prestando serviços ao seu senhor. Caso o cativo viesse a descumprir os acordos estabelecidos durante o seu processo de alforria, esta era imediatamente interrompida. “Assim, dá-se a liberdade, mas mantêm-se o controle e o sentido de propriedade sobre o indivíduo”. (FUNES, 2004 p. 130).

A abolição da escravidão no Ceará permite ao cativo recuperar sua liberdade, mas vem acompanhada de uma série de medidas restritivas que mantêm essa pessoa em situação inferior, excluindo-o da possibilidade de ascensão social e de direitos à cidadania. É o momento em que o negro vê legitimar sua exclusão social. É-lhe concedida a liberdade, mas nega-se o direito à cidadania. “[...] Excluído vai-se aquilombando nas periferias, nas favelas, nas frentes de expansão, enclausurando-se no seu mundo rural, no seu universo cultural, constituindo a sua identidade, a partir de sua historicidade”. (FUNES, 2004, p. 132).

Em momentos como esses é que se percebe como o cativo escravizado e posteriormente os negros libertos são postos à margem da sociedade, fazendo desaparecer do processo histórico cearense as etnias negras e indígenas (FUNES, 2004). Até o início dos anos 1980, Sousa (2008) esclarece que o negro no Ceará estava subjulgado a um discurso por demais estigmatizante, ressaltando sua presença de pouca recorrência e relevância social. “Nesse sentido, no Ceará, a abolição precoce do elemento servil, em franco declínio a partir do final da década de 1870, decretou a “invisibilidade” do negro cearense muito mais do que a abolição da exploração escravocrata”. (RIBARD, 2009, p. 97).

3.2 O movimento quilombola cearense

O caminho percorrido pelo movimento quilombola cearense ainda é recente. As ideias proclamadas dão pouca expressividade a esses grupos no Estado, e fizeram com que, muitas comunidades negras rurais protelassem os seus processos de autodefinição. Além disso, os conflitos advindos da questão fundiária também complementam esse retardamento.

Consoante explanam Calheiros e Stadtler (2010), as primeiras análises dos quilombos, além de sua visão como prática criminal, datam do século XX, ainda assim, a percepção de sua formação baseada em selvagens continuou perdurando, mas, de certa forma, estimulando pesquisadores a aprofundarem suas compreensões acerca desses grupos, não mais como bárbaros ou selvagens, mas agora pela óptica da resistência.

As comunidades quilombolas contemporâneas espalhadas por diversas localidades do Território Cearense demonstram a representatividade que a presença de africanos escravizados tiveram nos períodos colonial e imperial. A descoberta de comunidades negras no Ceará tornou-se, o despertar para a valorização da resistência desses grupos no processo de formação da sociedade cearense, “[...] que atravessaram o período colonial e imperial e que abalaram a estrutura econômica escravocrata no abolicionismo negro”. (SOUSA, 2008, p. 36).

Sousa (2008) manifesta a idéia de que, a origem desse mito está ligada diretamente à historiografia tradicional cearense, tendo no Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará o seu principal legitimador. As formas como essas ideias se tornaram hegemônicas na sociedade cearense pauta-se na credibilidade que a instituição adquiriu naquele período. Esta era a mais importante fonte para a pesquisa histórica local, tornando-se ao longo dos anos uma referência como centro de informação. Os membros do Instituto do Ceará, ao dissertarem sobre o pioneirismo cearense no processo da abolição, enfatizaram a escala reduzida e sem grandes influências socioculturais dos africanos e seus descendentes na sociedade cearense.

Essas comunidades estruturaram-se no final do século XVI, como uma forma de resistência ao regime escravocrata vigente naquele período. Distribuía-se em regiões geográficas de acesso difícil, mas, também, em espaços próximos das residências de seus senhores. Essas formas de organização desenvolvidas no passado ainda permanecem no presente com novas configurações, em várias regiões do Brasil.

Assim, ao procurarmos evidenciar o surgimento do movimento quilombola contemporâneo, destacou-se uma nova configuração para esses grupos. Se a legalização da escravidão deu início à organização dos quilombos em varias partes do País, a sua proibição

não significou a extinção desses grupos, haja vista que as condições de opressão continuaram existindo, fazendo com que essas formas de resistência se concretizassem nas diversas comunidades de negros rurais contemporâneos.

Atualmente, o que conceitua essas comunidades vai além de sua formação com a fuga, buscando compreender o seu significado, abarcando os vários contextos de posse de terras por comunidades negras no País. A razão disso é que as comunidades quilombolas se definem com suporte nas suas relações com a terra, o parentesco, as tradições, as práticas culturais, dentre outros. Na visão de Schmitt et al (2002), essa diversidade de manifestações pode ser compreendida no partilhamento de um território e de uma identidade e constituída sempre em relação aos outros grupos com os quais os quilombolas se relacionam.

De forma complementar, O'Dwyer (2010) salienta que o termo quilombo refere “sobretudo, a grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação de um território próprio”. Ainda segundo a autora, as formas de ocupação da terra não ocorrem de forma individual, predominando o uso comum e de acordo com a sazonalidade das atividades desenvolvidas, sejam elas, agrícolas, extrativistas ou quaisquer outras, tomando por base laços de parentesco e vizinhança.

Ratts (2009), ao abordar a atual conjuntura do movimento quilombola no Ceará, identifica a noção de que, atualmente encontramos nessas comunidades moradores que se mantêm como agricultores e trabalhadores rurais. É que, apesar da afirmação de que no Ceará não existiam negros, essa visão foi sendo modificada nos anos de 1970, com as primeiras identificações de comunidades negras rurais, e, em 1980, com a emergência do movimento negro.

Desde seu surgimento, o Movimento Negro no Brasil se concentrou em um processo constante de autoafirmação e reflexão sobre a situação do negro no País, recusando os estigmas impostos durante todo o período da elaboração identitária da sociedade brasileira, situando o negro no centro desses debates. O surgimento dos movimentos sociais, que reivindicavam um espaço social para o negro cearense, contribuiu para que a historiografia sobre o negro, carregada de estereótipos e distorções, fosse reinterpretada com base em novos contextos (SOUSA, 2008).

No Ceará, a história do movimento negro inicia-se com a fundação do Grupo União e Consciência Negra (GRUCON), no bairro Jardim Iracema, na cidade de Fortaleza. O pioneirismo do bairro justifica-se pelo expressivo contingente populacional de negros, e dos laços familiares que esses moradores possuem com o grupo familiar dos Caetanos em

Uruburetama. Além da articulação do grupo GRUCON, também se evidenciam outras experiências desenvolvidas, simultaneamente, em torno da questão racial no Ceará. A Universidade Federal do Ceará (UFC), por exemplo, desempenhou importante papel como centro de resistência intelectual do Estado (SOUSA, 2008).

A descoberta de comunidades negras no Ceará permitiu ao movimento negro cearense realizar um levantamento e proposições de um panorama das reais condições dos moradores dessas comunidades, não só em relação aos aspectos de sua identidade, mas, também, quanto às formas de organização e condições de vida.

Conceição dos Caetanos, em Tururu, Bastiões, em Iracema, e Souza, em Porteiras foram as primeiras comunidades quilombolas a se identificarem como remanescentes de quilombos no Estado do Ceará, não significando sua certificação já nesse período junto à FCP, o que só veio a acontecer em 2004, 2012, 2005, respectivamente. Ratts (2009) salienta que, já em 1992, o movimento negro, com a realização do Fórum de Entidades Negras do Ceará, conseguiu estender o número de identificações, chegando a realizar um levantamento com 50 localidades negras, distribuídas em todo o Estado. A visibilidade desses grupos no ano de 1998 possibilitou realizar o I Encontro de Comunidades Negras do Ceará, contando com a presença de representantes de várias comunidades do Estado, demonstrando a representatividade da presença negra no Ceará.

Essa constante busca por legitimidade e representatividade, surge como ponto fundamental para a reconstituição da identidade étnica por parte dessas comunidades. “Assim, na medida em que alguém se identifica como membro de um grupo étnico, de alguma maneira se posiciona diretamente em um sistema de relações intergrupais, relaborados interculturalmente [...]. Enfim, reconhecem os seus e são por eles reconhecidos”. (SOUSA, 2008, p. 34).

Em escala nacional, a criação da Comissão Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais (CONAQ), em 1996, possibilitou o despertar para a organização das comunidades quilombolas contemporâneas e o início para a elaboração das comissões no plano estadual. A CONAQ tem como objetivo principal fortalecer o movimento quilombola no País, bem como proporcionar maior articulação dessas comunidades no cenário nacional.

No Ceará, a Comissão Estadual de Comunidades Quilombolas Rurais do Ceará (CEQUIRCE) está inserida na Secretária de Desenvolvimento Agrário do Ceará (SDA), sendo a responsável pela articulação estadual das comunidades, possibilitando a inclusão nas discussões nacionais das particularidades pertinentes às comunidades localizadas no Território Cearense. A criação da CEQUIRCE, no ano de 2006, foi um marco muito importante para o

movimento quilombola estadual, principalmente em virtude da invisibilidade do negro no conjunto da sociedade cearense.

Mediante tais articulações na contextura nacional e estadual, o Governo Federal, por intermédio do MDA, publicou que, até o ano de 2002, já haviam sido identificadas 743 comunidades quilombolas em vários estados. Em decorrência, porém, da criação de programas e da elaboração de projetos específicos por parte do Governo, e até mesmo em virtude da autodefinição das populações quilombolas, esse número em 2007 chegou a 3.524, segundo dados da Secretária de Política de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR).

O grupo de trabalho do Centro de Cartografia Aplicada e Informação Geográfica (CIGA), coordenado pelo professor Rafael Sanzio Araújo dos Anjos, da Universidade de Brasília (UNB), é um deles, e é um dos responsáveis pela evidência dessas identificações, pois em seus trabalhos procura realizar o mapeamento das comunidades quilombolas no Território Brasileiro. Para Anjos (2004), os pontos estruturais que permeiam a situação das comunidades quilombolas é a ausência de informações sistematizadas, referentes à distribuição dessas comunidades no território.

A ausência de informações concorre para a exposição de estimativas divergentes, em decorrência, em grande parte, da inexistência de estudos com uma abordagem mais geográfica. Assim, o mapeamento das comunidades quilombolas no Brasil está integrado ao Projeto Geografia dos Remanescentes de Quilombos do Brasil, desenvolvido pelo CIGA no Departamento de Geografia da UNB, que já conseguiu identificar cerca de 5.000 comunidades negras rurais, periurbanas e urbanas em diversos estados brasileiros.

Infelizmente, quando transferidos para o processo de titulação, esses dados decaem vertiginosamente. Na tabela 6, é possível verificar o número de comunidades que já receberam a titulação definitiva das terras coletivas nas regiões brasileiras. Essas titulações foram concedidas pelo INCRA, FCP e por órgãos estaduais em parceria com MDA. A diversidade de órgãos responsáveis pela titulação ocorreu, como já explicamos, em razão das mudanças realizadas pelo Governo Federal em relação ao órgão máximo encarregado de executar a emissão de tais títulos.

Tabela 6 - Titulação expedida às comunidades quilombolas no Brasil de 1995 a 2012.

Região	Estado	Territórios titulados	Quantidades de famílias	Total de territórios titulados
Norte	Pará	114	5.529	118
	Amapá	3	139	
	Rondônia	1	12	
Nordeste	Maranhão	35	2.173	59
	Bahia	5	1.243	
	Pernambuco	2	956	
	Sergipe	3	315	
	Piauí	19	624	
Sudeste	Rio de Janeiro	3	99	9
	São Paulo	6	284	
	Minas Gerais	1	21	
Sul	Rio Grande do Sul	3	117	3
Centro-Oeste	Mato Grosso do Sul	4	191	6
	Goiás	1	600	
	Mato Grosso	1	12	
TOTAL				195

Fonte: INCRA (2012).

Nota-se na tabela 6 que a região Norte expressa os maiores índices de titulação de terras, com 118 territórios titulados, beneficiando 5.680 famílias. Os menores índices de titulação estão nas regiões Sul, e Centro-Oeste, com 3 e 6 territórios titulados, respectivamente. Na região Nordeste há 59 territórios titulados, beneficiando 5.311 famílias. O Estado do Ceará ainda não realizou nenhuma titulação, apesar de já ter emitido 38 certidões às comunidades quilombolas desde 2004.

No quadro 3 é possível visualizar os municípios onde essas comunidades estão localizadas, bem como seu prenome e o ano da emissão de sua certificação. Alguns municípios possuem em seu território mais de uma comunidade, como pode ser visto em Salitre (2), Caucaia (5), Ipueiras (2), Monsenhor Tabosa (2), Novo Oriente (2), Quiterianópolis (5), Tamboril (4) e Tururu (2).

Quadro 3 - Comunidades quilombolas certificadas até 2013 no Ceará pela FCP.

Município	Comunidade	Ano de Certificação
Araripe	Sítio Arruda	2009
Aquiraz	Lagoa do Ramo e Goiabeiras	2005
Aracati	Córrego da Urbaranas	2010
Baturité	Serra do Evaristo	2010
Caucaia	Boqueirão dos Cunha	2012
	Caetanos em Capuan	2012
	Cercadão do Dicetas	2012
	Porteiras	2012
	Serra do Juá	2012
Croatá	Três Irmãos	2008
Coreaú / Moraújo	Timbaúba	2006
Crateús	Queimadas	2005
Horizonte	Alto Alegre	2005
Ipueiras	Sítio Trombetas	2010
	Coité	2010
Monsenhor Tabosa	Boa Vista dos Rodrigues	2012
	Boqueirão	2012
Novo Oriente	Bom Sucesso	2010
	Minador	2009
Ocara	Melâncias	2011
Porteiras	Sítio Vassourinha / Souza	2005
Pacajus	Base e Adjacências (Caetana e Retiro)	2006
Quiterianópolis	Croatá	2006
	Fidélis	2006
	Furada	2011
	Gavião	2006
	São Jerônimo	2011
Quixadá	Sítio Veiga	2009
Salitre	Serra das Chagas	2010
	Renascer Lagoa dos Crioulos	2011
Tamboril	Brutos	2010
	Encantados de Bom Jardim	2006
	Lagoa das Pedras	2007
	Torres	2007
Tauá	Consciência Negra	2006
Itapipoca	Nazaré	2011
Tururu	Água Preta	2004
	Conceição dos Caetanos	2004

Fonte: Fundação Cultural Palmares (2012).

No Estado do Ceará, ainda constam comunidades que estão em decurso de identificação, como o Quilombo da Serra dos Bastiões, Município de Iracema, e comunidades que já passaram por esse momento e estão aguardando a emissão da certidão junto à FCP. Ao

todo são 10 comunidades que ainda se encontram com seus processos em aberto (quadro 4). Além dessas comunidades que já estabeleceram algum tipo de relação com os órgãos federais, estaduais e municipais, a CEQUIRCE desenvolveu, de forma paralela, trabalhos de autodefinição com comunidades que não deram entrada junto à FCP, mas já iniciaram internamente o processo de autodefinição.

Quadro 4 - Processos abertos para emissão de certidão, até 2013, no Ceará pela FCP.

Município	Comunidade
Crateús	Domingos Pereira
	Vila Nova
Novo Oriente	Barriguda
Pacujá	Batoque
Potengi	Sítio Carcará
Quiterianopolis	Cajueiro dos Liras
	Olho D'Água
	Sipoeiro
Salitre	Nossa Senhora das Graças do Sítio Arapuca
São Benedito	Sítio Carnauba

Fonte: Fundação Cultural Palmares, (2012).

A CEQUIRCE expressa que, além das 38 comunidades certificadas pela FCP, existam 27 comunidades em decurso de identificação. Essas comunidades estão localizadas nos Municípios de Araripe (2), Aurora (1), Mauriti (1), Potengi (2), Aquiraz (1), Salitre (1), São Benedito (1), Caucaia (4), Aracati (1), Milhã (2), Independência (1), Ipueiras (1), Novo Oriente (3), Pambu (4), Poranga (1) e Tamboril (1), como consta no quadro 5.

Quadro 5 - Processos de identificação até 2012 no Ceará pela CEQUIRCE.

Município	Comunidade
Araripe	Campina de Fora
	Cachoeirinha
Aurora	Sítio Antas
Aracati	Cumbe
Aquiraz	Pereiral
Caucaia	Camará - Cercadão
	Coca
	Serra da Conceição
	Serra da Rajada
Independência	Santa Cruz
Ipueiras	Cedro
Mauriti	Extrema
Milhã	Barra do Juazeiro
	Carnaubinha

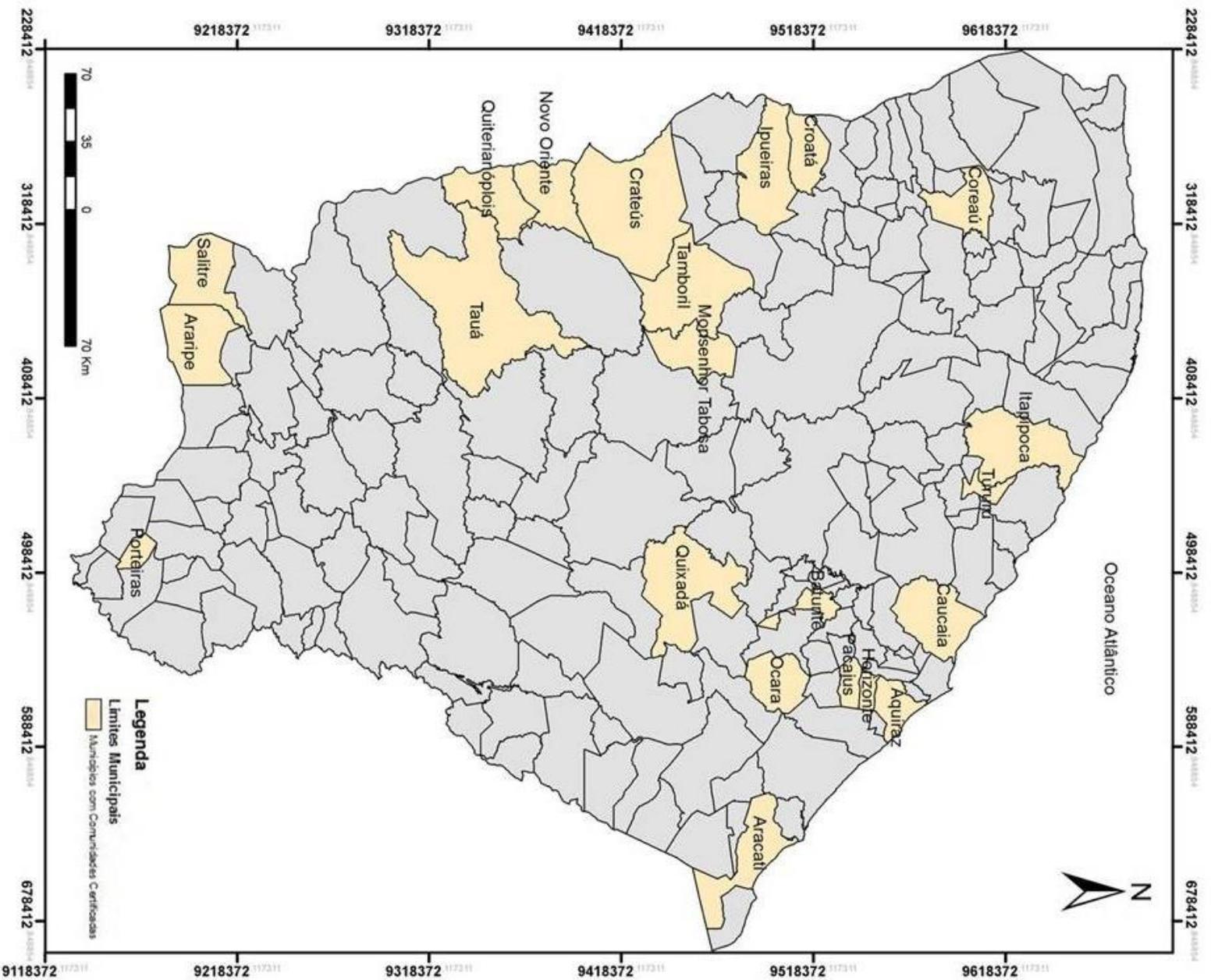
Novo Oriente	Lagoa de Dentro
	Paraná
	Santo Antônio
Parambu	Saco Virgem
	São Gonçalo
	Serra dos Paulos
	Serra dos Rodrigues
Poranga	Pitombeira
Potengi	Catolé
	Sassaré
Salitre	Sítio Quincas
São Benedito	Sítio Carnauba
Tamboril	Barriguda

Fonte: CEQUIRCE, (2012).

Essas comunidades buscam cotidianamente, junto à CEQUIRCE maior autonomia para sua identificação e também almejam perante a sociedade civil a desmistificação da ausência de comunidades quilombolas no Estado do Ceará. No mapa 1, é possível realizar a identificação das comunidades quilombolas localizadas no estado do Ceará, ressaltando informações referentes a municípios com comunidades certificadas até o ano de 2013 pela FCP.

Para prosseguir com a contextualização do campo de estudo, alguns dados municipais são relevantes, porquanto as condições socioeconômicas, ambientais e fundiárias presentes no Município de Itapipoca, irão influenciar diretamente nas condições de vida dos moradores da Comunidade Quilombola de Nazaré.

Assim, para a compreensão das formas de organização e das condições socioeconômicas, culturais e ambientais da Comunidade Quilombola de Nazaré, fez-se necessária a obtenção de dados referentes à dinâmica socioeconômica e ambiental do Município de Itapipoca, tais como saúde, educação, emprego e renda, lazer, cultura, agropecuária, recursos naturais, dentre outros aspectos. Além disso, também foi realizado o levantamento histórico do processo de ocupação e povoamento municipal, pois essas informações viabilizaram maior compreensão das várias formas de uso e aproveitamento dos recursos naturais.



Sistema de Projeção UTM - Fuso 24S
Datum Horizonte SAD 69
Base cartográfica da COGERH, 2008

Mapa 01: Comunidades Quilombolas Certificadas até 2013 no Ceará pela FCP

3.3 O Município de Itapipoca e o Quilombo de Nazaré

Itapipoca faz parte do Setor Litoral Oeste do Estado do Ceará, juntamente com os Municípios de Paracuru, Paraipaba, São Gonçalo do Amarante e Trairi. Localiza-se na mesorregião geográfica Norte Cearense (mapa 2). O Município possui uma área absoluta de 1.614,68 km², que corresponde a uma área de 0,8% do Território Cearense. A Sede municipal situa-se na latitude 3°21'42" sul e longitude 39°49'54" oeste, distante cerca de 130 km da capital, Fortaleza (IPECE, 2012).

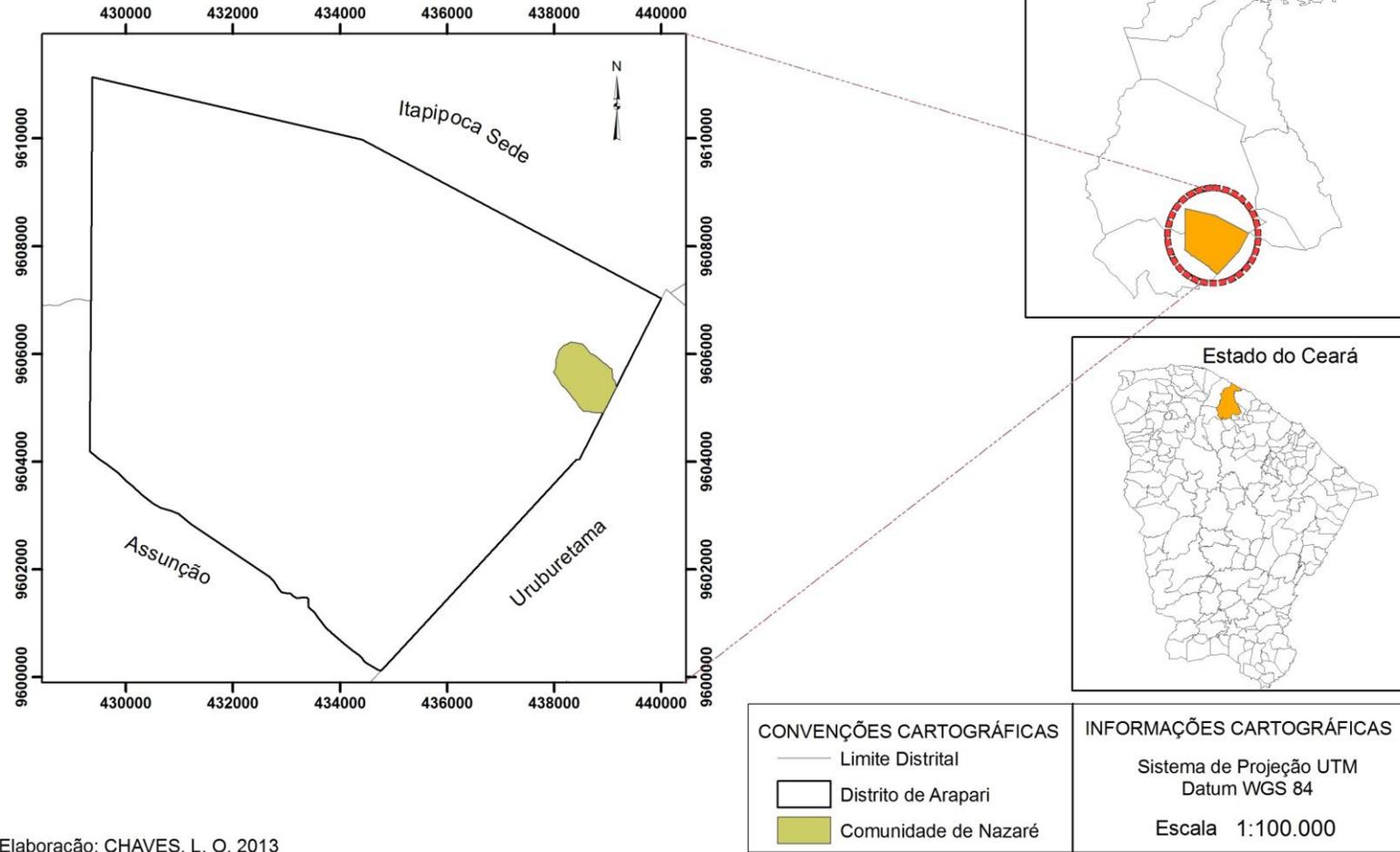
O Município de Itapipoca limita-se ao norte com o oceano Atlântico, ao sul com Itapajé, ao leste com Trairi, Tururu e Uruburetama e ao oeste com Miraíma e Amontada. A malha rodoviária que atende o Litoral Oeste conta com rodovias federais (BRs) e estaduais (CEs). Em relação ao Município de Itapipoca, o acesso pode ser feito pela CE-354, CE-085 ou pela BR-402 e BR 222. O acesso ferroviário em Itapipoca esta sendo utilizado apenas para o transporte de cargas (SEMACE, 2005).

Esse município, assim, como outros do Estado do Ceará, tem em suas origens históricas a presença de africanos livres e cativos, cuja mão de obra foi empregada na lavoura da cana, do café e da banana.



Universidade Federal do Ceará
Pro-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente

LOCALIZAÇÃO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE NAZARÉ



Elaboração: CHAVES, L. O., 2013

O Município apresenta um fator singular em virtude da diversidade de paisagens naturais existentes em seu território. Essa diversidade está retratada nas diferentes unidades geoambientais (planície litorânea, planícies fluviais, tabuleiro litorâneo, depressão sertaneja e maciço residual), que o tornam popularmente conhecido como “município dos três climas” (litoral, serra e sertão), assegurando formas diferenciadas de uso e ocupação do solo municipal (SEMACE, 2005).

Os monumentos presentes na praça dos três climas, como observado na figura 2, retratam bem a diversidade que compõe o município de Itapipoca. Essa diversidade foi representada por meio das imagens do jangadeiro (figura 2.1), do sertanejo (figura 2.2) e pelas rochas e grutas presentes nas áreas serranas (figura 2.3).

Figura 2 - Monumentos expostos na praça dos três climas, no Município de Itapipoca.



Fonte: Chaves, (2012).

Ao exprimir essas três unidades fisiográficas distintas, observam-se que, em cada uma dessas unidades, é possível identificar elementos que caracterizam a paisagem, “[...] não somente através do relevo, vegetação e clima, bem como toda uma configuração de símbolos que conduz a uma metodologia mais interpretativa que morfológica, uma vez que a paisagem pode ser considerada como uma imagem cultural”. (SEMACE, 2005, p. 131).

A denominação Itapipoca é representada pelo vocábulo indígena, que quer dizer “pedra arrebatada” ou “pedra lascada”, sistematizado pelos jesuítas no período da colonização, reflexos da presença da etnia indígena tremembé. Além dos traços indígenas que compõem a população itapopiquense, a presença de portugueses e africanos também no período da colonização e povoamento de Itapipoca possibilitaram desenhar a atual configuração da população residente no Município (PREFEITURA DE ITAPIPOCA, 2013).

3.3.1 Processo histórico de ocupação e formação do município de Itapipoca.

A origem da ocupação do Município, bem como de outras localidades do território Cearense está relacionada às atividades econômicas empreendidas pelos portugueses no período colonial, visando a atender a demanda do mercado europeu, predominando o investimento nos produtos agrícolas, principalmente na cana-de-açúcar e no algodão, e a pecuária, como atividade subsidiária.

À medida que a pecuária avançava para o interior da Capitania, mais povoados e vilas eram formados. O povoado de Itapipoca, ao longo dos anos paulatinamente inserido no binômio gado-algodão teve sua colonização oficial datada em 13 de abril de 1744, com a concessão de uma sesmaria, na serra de Uruburetama, ao Sargento-Mór Francisco Pinheiro do Lago, que a cedeu para seu genro Jerônimo Guimarães de Freitas, fundador oficial de Itapipoca (PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIPOCA, 2013).

Assim, as principais penetrações no território que veio a constituir mais tarde o Município de Itapipoca datam de meados do século XVIII, com a fixação da família Freitas, com outros moradores, no arraial de São José. Com a construção de armazéns nos anos de 1844 a 1850, para a venda de fardos de algodão vindos da serra e destinados à Capital, o intercâmbio comercial atraiu novas famílias, principalmente entre os anos de 1860 a 1865, quando o algodão atingiu preços consideráveis no mercado exterior. Com a consolidação da produção algodoeira, a Vila de Imperatriz, atual Sede do Município perdeu a condição em 1862, para a Vila de Itapipoca, mediante a Lei Provinciana nº 1.011. Esta, posteriormente, em 1915, é elevada à condição de cidade com a Lei Estadual nº 1.288, de 31 de agosto (IBGE, s/d).

A construção da estrada de ferro fez com que a Vila de Itapipoca se consolidasse como centro comercial naquele período. A facilidade no escoamento da produção e uma maior comunicação com outras localidades produtoras e que ofereciam serviços diferenciados contribuíram para a inserção dessa localidade nos destinos de muitos transeuntes, possibilitando um crescente aumento populacional.

Outro importante ciclo econômico presente no Município de Itapipoca foi o café, cultivado no final do século XIX e início do século XX em áreas serranas. Também tem-se na produção de banana um importante produto da economia local, até hoje, bastante presente no Município. Sua inserção na dinâmica econômica do Município data da segunda metade do século XX (SILVA, 2007). Na atualidade sua produção fica limitada às áreas serranas, com uma produção pequena, não conseguindo abastecer o mercado local.

A atual divisão territorial do Município de Itapipoca é constituída por 12 distritos: Itapipoca (sede), Baleia, Arapari, Assunção, Barrento, Bela Vista, Calugi, Cruxati, Deserto, Ipu Mazagão, Lagoa das Mercês e Marinheiros, com uma população estimada em 116.065 habitantes (IBGE, 2010).

3.3.2 Aspectos demográficos do município de Itapipoca

A população residente no Município de Itapipoca é de 116.065 habitantes, sendo que 66.909 residem na zona urbana, totalizando 57,65% da população e 49.156 habitantes residem na zona rural, representando 42,35% da população itapopiquense. De acordo com a distribuição por sexo, em Itapipoca 58.243 habitantes são do sexo masculino (50,18%) e 57.822 são do sexo feminino (49,82%). Na tabela 7, é possível verificar a distribuição da população no Município, agrupada em zona rural e urbana e por sexo.

Tabela 7 - Distribuição da população residente no município de Itapipoca.

	População Residente							
	Urbano		Rural		Homens		Mulheres	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Itapipoca	66.909	57,65	49.156	42,35	58.243	50,18	57.822	49,82
TOTAL	119.065 (100%)				116.065 (100%)			

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Dados Censo (2010).

No Município de Itapipoca, a taxa de crescimento rural e urbano no ano 1991 foi de 55,13% e 44,87%, respectivamente. Já em 2000, foi de 48,63% e 51,37%, enquanto que em 2010 esses valores foram de 42,35% na área rural e 57,65% na área urbana. A tabela 8 traz os valores e percentuais dos anos de 1991, 2000 e 2010, distribuídos em área urbana e rural do Município. Nota-se que os dados relacionados à população residente de 1991 a 2010 na área urbana tiveram uma acréscimo de praticamente o dobro de habitantes.

Tabela 8 - População residente 1991/2000/2010 no município de Itapipoca.

Discriminação	População Residente					
	1991		2000		2010	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Rural	42.593	55,13	45.888	48,63	49.156	42,35
Urbana	34.670	44,87	48.481	51,37	66.909	57,65
TOTAL	77.263	100,00	94.369	100,00	116.065	100,00

Fonte: IBGE – Censos Demográficos (1991/2000/2010).

Pela diversidade de ambientes naturais presentes no Município de Itapipoca (litoral, serra e sertão), os fluxos migratórios ocorrem cotidianamente. Apesar de características das grandes cidades, as migrações pendulares ou diárias ocorrem em localidades onde a oferta de serviços, emprego e de infraestrutura ainda é bastante precária, entretanto não se trata de uma transferência definitiva e sim momentânea.

Observa-se no Município de Itapipoca o fato de que muitas famílias residentes nas áreas serranas e sertanejas se deslocam diariamente para a Sede Municipal. Esses fluxos realizados entre os distritos de Itapipoca tornaram-se habituais, haja vista que a Sede (Itapipoca) concentra a maioria dos serviços. Destaca-se a intensa procura por atendimento médico, educação, serviços diversos (cartórios, bancos, farmácias, dentre outros), além do comércio e emprego.

Essa eclosão populacional acarretado uma sobrecarga nas instituições públicas municipais, que não logram acompanhar de forma satisfatória o crescimento do Município, enfrentando limitações em seus serviços de educação, saúde, emprego e transporte. Os problemas intensificam-se à medida que os distritos se distanciam da Sede Municipal.

3.3.3 Principais atividades econômicas do Município de Itapipoca

A análise e compreensão das atividades econômicas de um município são fundamentais para se entender as condições socioeconômicas de uma população. Por intermédio dos dados coletados, foi possível compreender a existência, ainda, de uma grande população residindo na área rural, imprimindo em seu cotidiano o seu modo de vida. Nessa perspectiva, e na tentativa de complementar as informações dispostas até aqui, procuramos explicar as atividades econômicas ligadas a agricultura, agropecuária, extrativismo vegetal e comércio (formal e informal), além dos dados de emprego e renda do Município.

Em razão das diversidades ambientais (serra, sertão e litoral) presentes no Município de Itapipoca, evidenciam-se diferentes formas de uso e ocupação, que impactam diretamente nas atividades econômicas praticadas no Município. Como demonstrado na tabela 9, a multiplicidade de gêneros é uma característica marcante na região.

Os cultivos presentes nessas localidades são, em sua maioria, comercializados no próprio Município, e contribuem não só para a agricultura de subsistência, pois muito do que é produzido é utilizado na própria alimentação do agricultor familiar, além de abastecer os mercados e feiras, semanalmente, no Município (tabela 9).

Tabela 9 - Produção de gêneros primários, conforme região natural, no Município de Itapipoca

Região Natural	Cultura/Produção
Serra	Banana, cana-de-açúcar, café, pimenta-do-reino, algodão, milho, feijão, coco, verduras, manga, caju, jaca e outras variedades de frutas.
Sertão	Algodão, cera de carnaúba, leite, queijo, pele, couro, castanha de caju, farinha de mandioca, dentre outros.
Litoral	Peixe, coco, farinha de mandioca, crustáceos e espécies frutíferas.

Fonte: IBGE – Censos Demográficos (1991/2000/2010)

Dentre os diversos gêneros cultivados e comercializados em Itapipoca, como consta na tabela 10, nas lavouras permanentes, destacam-se as culturas de banana e coco-da-baía com as maiores áreas plantadas e com os maiores rendimentos médios, e a castanha-de-caju, que, apesar de contar com uma grande área para cultivo, seu rendimento médio não chega à metade dos auferidos com a produção de banana e coco-da-baía, mas, como se trata de uma iguaria, a proporção (quantidade tonelada/área plantada/rendimento médio) torna-se rentável.

Abacate, mamão e manga, apesar de corresponderem a uma área pequena, representam um expressivo rendimento médio para o Município. Já as culturas de café e goiaba, são menores áreas plantadas e os menores rendimentos médios, com produção de 13 e 26 toneladas, respectivamente.

Tabela 10 - Lavoura Permanente no Município de Itapipoca

Cultura	Quantidade (ton.)	Área plantada (ha)	Rendimento Médio (mil reais)
Abacate	56	7	45
Banana	23.385	3.248	6.744
Café	13	30	39
Castanha de Caju	1,2	15.785	1.850
Coco da Baía	14.860	3.675	5.649
Goiaba	26	4	30
Mamão	250	5	101
Manga	447	110	134

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal (2010).

As lavouras de cultivo temporário em 2010 não chegaram a superar os rendimentos médios obtidos com as lavouras permanentes, segundo dados do IBGE, mas garantiram relevante receita para o Município.

Como nota-se na tabela 11, a mandioca e o feijão compõem os itens de maiores rendimentos médios, chegando a atingir 6.930 e 7.360 de área plantada e 1.114 e 31.185 de toneladas, respectivamente. A cana-de-açúcar, malgrado registra uma quantidade em toneladas superior ao cultivo de feijão, o seu rendimento médio é bem inferior ao obtido com o cultivo de feijão.

Arroz, batata-doce e fava demonstram proximidades quanto à área plantada e a quantidade colhida, ressaltando somente maior expressividade dos rendimentos médios alcançados com a fava. A mamona, mesmo dispondo de uma área considerável, seu rendimento médio é bem inferior às demais culturas temporário presentes no Município de Itapipoca.

Tabela 11 - Lavoura Temporária no município de Itapipoca

Cultura	Quantidade (ton.)	Área plantada (ha)	Rendimento Médio (mil reais)
Arroz	91	65	73
Batata doce	167	90	67
Cana de açúcar	2.240	70	146
Fava	90	75	180
Feijão	1.114	7.360	2.391
Mamona	29	370	38
Mandioca	31.185	6.930	6.642
Milho	288	4.121	153

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal (2010).

Em relação a pecuária, os rebanhos também demonstram uma importante diversidade de criações, como indicado na tabela 12. A criação de aves configuram a atividade de maior expressividade do Município. As galinhas chegam a atingir 80.628 cabeças e as aves de modo geral somam cerca de 246.520 cabeças dos efetivos do contingente municipal. As criações de suínos e bovinos assemelham-se na quantidade de efetivos por cabeças, obtendo 18.257 e 18.648 de efetivos. Já a quantidade de caprinos chega a figurar, 9.695 e de ovinos 11.925.

Tabela 12 - Pecuária no município de Itapipoca.

Efetivos de	Quantidade por cabeças
Bovinos	18.648
Suínos	18.257
Caprinos	9.695
Equino	1.645
Asininos	3.358
Ovinos	11.925
Muares	845
Vacas ordenhadas	3.105
Aves (galinha)	80.628
Outras aves	246.520

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal, (2010).

Quanto às práticas de extrativismo vegetal, estas se distribuem em produtos como madeira, utilizada na tora, lenha e carvão vegetal e na extração da carnaúba, obtendo como subproduto o seu pó e suas fibras. Na tabela 13, nota-se que a retirada da madeira para produção de lenha e da carnaúba para produção do pó são as atividades que demonstram os maiores rendimentos médios.

Tabela 13 - Extrativismo Vegetal e Silvicultura no Município de Itapipoca.

Produto	Quantidade	Rendimento (mil reais)
Pó de carnaúba	96 ton	389
Fibra de carnaúba	50 ton	45
Carvão vegetal	271 ton	108
Lenha	124.940 m ³	750
Madeira em tora	3.496 m ³	262

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal (2010).

O carvão vegetal e a madeira em tora também exibem índices significativos em quantidade produzida, com 271 toneladas e 3.496 m³ e com valores de produção em torno de R\$ 108.000 e R\$ 262.000, respectivamente (tabela 13).

As atividades comerciais no Município de Itapipoca, assim como é observado em outras regiões do Estado do Ceará, restringem-se à Sede municipal, centralizando-se ali a área comercial e uma maior oferta de empregos industriais e de serviços. Tem-se nas imediações da Igreja Matriz os estabelecimentos comerciais, os equipamentos de serviços e os poderes municipais (Executivo e Legislativo).

O comércio da região está sendo fortalecido pela presença da Câmara de Dirigentes Lojistas de Itapipoca (CDL), atuando há 12 anos no Município, buscando assegurar o desenvolvimento do comércio na região. A CDL, na atualidade, conta com 186 estabelecimentos associados das mais diversificadas áreas comerciais. Sua atuação no Município relaciona-se a auxílios em operações de crédito, informativos bimestrais e mediante a capacitação dos comerciantes com cursos e palestras gratuitas ou com descontos para membros associados, dentre outros benefícios.

Na tabela 14, pode-se mensurar a quantidade de empregos formais gerados por esses estabelecimentos comerciais que se distribuem em segmentos de beleza, escolas, supermercados, lojas de bens duráveis, farmácias, lojas de confecções, construção civil e escritórios especializados.

Tabela 14 - Número de Empregos Formais no Município de Itapipoca.

Discriminação	Número de Empregos Formais		
	Total	Masculino	Feminino
Extrativismo mineral	2	2	-
Indústria de transformação	2.938	2.079	859
Serviços industriais de utilidade pública	43	40	3
Construção civil	129	124	5
Comércio	1.779	1.079	700
Serviços	1.199	592	607
Administração pública	3.053	950	2.103
Agropecuária	277	267	10
Total das Atividades	9.420	5.133	4.287

Fonte: IBGE / IPECE, Perfil Básico Municipal, (2012).

Esta mesma tabela revela-nos, que as atividades econômicas desenvolvidas no Município estão distribuídas de acordo com o sexo. As mulheres desempenham a grande maioria das atividades ligadas à Administração Pública, atingindo níveis de empregabilidade de 2.103 em comparação com os homens, que ocupam apenas 950 vagas. Essas diferenças nesse tipo de segmento podem ser explicadas em decorrência destas apresentarem os maiores índices de escolaridade, como se verá mais adiante.

Na indústria de transformação, esses dados invertem-se, tendo uma oferta de 2.938 vagas, sendo 2.079 preenchidas pelo sexo masculino e 859 pelo sexo feminino. Ocorrem atividades em que a participação feminina é inexistente segundo dados do IBGE, como é o caso do extrativismo mineral e em outras práticas em que elas aparecem com menor

expressividade, como a pecuária, a construção civil e os serviços industriais de utilidade pública.

No comércio e nos serviços, a participação dos homens e mulheres é bem relevante, estando preenchidas 1.779 e 1.199 vagas, respectivamente. Os homens chegam a ocupar 1.079 vagas e as mulheres 700 no comércio, já nos serviços tem-se 592 homens para 607 mulheres empregadas formalmente.

Além do comércio formal, a presença de atividades informais é bastante significativa no Município. Ressalta-se que a quantidade de estabelecimentos comerciais presentes no Município é bem superior aos dados demonstrados pela CDL. O comércio informal na Sede e nos distritos garante a oferta de produtos diversos.

A Sede dispõe de dois mercados públicos (figura 3.1), localizados na área central, que abastecem a Cidade e os distritos, assim como atraem a população de municípios vizinhos, incentivando o comércio informal. De acordo com o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Itapipoca (PPDU), o mercado público nos últimos anos apresentou problemas quanto a limpeza, higiene, organização e segurança, além da carência de equipamentos de apoio ao seu funcionamento, como banheiros e padronização das barracas (SEMACE, 2005).

A feira livre (figura 3.2) é outra característica presente no Município, onde os vendedores comercializam os produtos oriundos da agricultura familiar, que provavelmente não alcançariam outros mercados. Além disso, nas feiras livres, é possível encontrar uma diversidade de produtos (utilitários domésticos, vestuário, alimentos prontos etc.). Esse tipo de comércio funciona de segunda a sábado, sendo possível encontrar os produtos cultivados/fabricados tanto nos distritos de Itapipoca como dos municípios circunvizinhos.

Figura 3 - Mercado público e feira livre no município de Itapipoca.



Fonte: Chaves (2013).

No início de cada mês, o movimento comercial intensifica-se por conta da proporção de aposentados residentes no Município. Após o recebimento de seus proventos, aproveitam a viagem para fazer comprar e realizar negócios, mas é nos finais de semana que se concentram os dias de maior movimentação, tanto para quem está comprando como comercializando seus produtos.

Acredita-se que o crescimento do comércio informal no Município pode estar relacionado à ausência de qualificação profissional, fazendo com que essas famílias tenham nas práticas comerciais informais sua principal fonte de renda. Os baixos níveis de renda, como podem ser observados na tabela 15, revelam que a maioria da população itapopiquense expressa índices muito baixos de renda domiciliar *per capita*.

Tabela 15 - Renda Domiciliar *per capita* (Salário mínimo R\$ 510,00) – 2010 do município de Itapipoca.

Discriminação	Renda Domiciliar <i>per capita</i>	
	Nº	%
Até 1/4	10.185	34,01
Mais de 1/4 a 1/2	8.489	28,35
Mais de 1/2 a 1	7.007	23,40
Mais de 1 a 2	1.810	6,04
Mais de 2 a 3	444	1,48
Mais de 3	481	1,61
Sem rendimento	1.527	5,10
Total	29.943	100,00

Fonte: IBGE – Censo Demográfico (2010).

Demonstra-se, na tabela 15, que a maioria [34,01% (10.185)] da população vive de menos de um salário-mínimo e que 5,10% (1.527) da população não dispõem de nenhum rendimento. Apenas 1,48% da população atinge um rendimento de 2 a 3 salários-mínimos e 1,61% chega a receber mais de 3 salários-mínimos. Esses dados refletirão diretamente nos índices diagnosticados pelo IBGE de pessoas que se encontram na faixa de extrema pobreza.

Apesar do dinamismo encontrado nas práticas econômicas municipais, ainda é bastante expressivo o índice de pessoas que compõem a faixa de extrema pobreza. Do total da população de 116.065 (28,86%), ou seja, 33.501 pessoas, segundo dados do último censo, vivem com rendimento domiciliar mensal de até 70 reais - na área urbana, 11.695 (17,48%) da população, enquanto na área rural esse dado praticamente duplica com 21.806 (44,36%), metade da população residente na área rural (IBGE, 2010).

Os baixos rendimentos mensais dessas famílias refletem diretamente na qualidade de vida, predominantemente das famílias que residem em localidades mais afastadas da Sede municipal.

3.3.4 Aspectos educacionais e culturais do Município de Itapipoca

O Governo do Estado do Ceará, pelo Decreto 24.274, de 22 de dezembro de 1996, instituiu a criação de 21 centros regionais de desenvolvimento da educação (CREDE). O Município de Itapipoca está lotado na CREDE 02, com outros 14 municípios. A atuação da CREDE no plano municipal possibilita maior integração da estrutura da educação básica, garantindo melhoria no sistema de educação municipal.

O sistema educacional de Itapipoca, conta com um contingente de 135 escolas de ensino fundamental (5 estaduais, 119 municipais e 11 particulares), 11 escolas de ensino médio (6 estaduais e 5 particulares) e 128 pré-escolas (1 estadual, cento e 16 municipais e 11 particulares), como demonstrado na tabela 16.

Tabela 16 - Número de instituições de ensino no Município de Itapipoca.

Discriminação	Pública		Privada	Total
	Estadual	Municipal		
Pré-escola	1	116	11	128
Ensino Fundamental	5	119	11	135
Ensino Médio	6	-	5	11

Fonte: IBGE – Censo demográfico (2010).

Ressalta-se que esses dados dizem respeito a instituições de ensino que possuem um espaço físico permanente, pois em alguns distritos de Itapipoca, as escolas de ensino fundamental I (1ª a 4ª série) estão funcionando em espaços alternativos, como ocorre na Comunidade Quilombola de Nazaré, localizada no Distrito de Arapari, onde a escola mantém suas atividades no Salão Comunitário Nossa Senhora de Nazaré.

O índice de matrícula por série revela que, das 274 instituições de ensino público e privado do Município, 33.226 alunos encontram-se com matrícula ativa. Dos 33.266 alunos matriculados nas instituições escolares do Município de Itapipoca, 12% (3.998) estão na pré-escola, 70% (23.380) estão no ensino fundamental e apenas 18% (5.888) concluem seus estudos no ensino médio (tabela 17).

Tabela 17 - Discentes matriculados, por série, no Município de Itapipoca.

Discriminação	Pública		Privada	Total
	Estadual	Municipal		
Pré-escola	16	3.303	679	3.998
Ensino Fundamental	1.787	19.035	2.558	23.380
Ensino Médio	5.429	-	459	5888

Fonte: IBGE – Censo demográfico (2010).

Nota-se que, após a conclusão do ensino fundamental, este concluído no próprio Distrito de origem, dar-se-á uma grande evasão escolar. Isso acontece em decorrência das condições de acesso ao ensino médio, uma vez que as escolas de ensino médio estão localizadas na Sede municipal (Itapipoca), não existindo cotidianamente transporte público que possa realizar a locomoção desses alunos até as escolas.

A maioria dos distritos oferta apenas a 1ª etapa do ensino fundamental (até a 4ª série), fazendo com que os alunos, na inexistência do transporte público, realizem o percurso a pé, chegam a caminhar por uma hora, e muitos realizam esse trajeto sozinhos. Outro aspecto negativo identificado é a estrutura física das escolas, pois muitas não dispõem de uma estrutura adequada e suficiente para a demanda de alunos, não possuindo nenhum sistema de ventilação e expostos a condições inadequadas de funcionamento. Muitas estão funcionando em condições precárias.

Os alunos que querem dar continuidade aos estudos são obrigados cotidianamente a se deslocarem até a Sede municipal. Ressaltam que a prefeitura não disponibiliza transporte, tendo estes de arcar financeiramente com os gastos, além dos perigos, já que os alunos que residem na área serrana fazem o seu trajeto em caminhões de “pau-de-arara”, pagando 8,00 reais (ida/volta) por dia.

Em relação ao quadro de docentes, é possível verificar na tabela 18 que o Município conta com um percentual de 1.360 professores que se dividem entre o ensino pré-escolar, fundamental e médio. A maioria dos professores está lotada no ensino fundamental, atingindo um percentual de 908 (67%) profissionais da rede pública e privada na pré-escola e no ensino médio, contam com 226 profissionais (16%) cada qual.

Tabela 18 – Docentes, por série, no município de Itapipoca.

Discriminação	Pública		Privada	Total
	Estadual	Municipal		
Pré-escola	2	194	30	226
Ensino Fundamental	66	731	111	908
Ensino Médio	188	-	38	226

Fonte: IBGE - Censo demográfico (2010).

Os indicadores educacionais apontam um bom desempenho do Município, atingindo índices de 89,4% de alunos aprovados e apenas 8,1% de reprovados com poucos índices de abandono apenas 2,5%, comparando-se com os índices apresentados pelo Estado (IPECE/SEDUC, 2009).

Apesar dos altos índices exibidos, entretanto, como pode ser observado na tabela 19, ainda são preocupantes as taxas de analfabetismo funcional presentes no Município, pois cerca de 31,50% da população residente com 15 anos ou mais encontram-se nessas condições. Em 2010, atesta-se uma redução, caindo para 22,61%. Essa é uma realidade, não só do Município de Itapipoca, mas uma problemática enfrentada pelo estado do Ceará.

Tabela 19 - Taxa de Analfabetismo Funcional para Pessoas com 15 anos ou mais no Município de Itapipoca

Discriminação	Município	
	2000	2010
População residente 15 anos ou mais	58.875	81.465
População alfabetizada 15 anos ou mais	40.327	63.042
Taxa de analfabetismo funcional (15 anos ou mais)	31,50	22,61

Fonte: IBGE – Censos Demográficos (2000/2010).

Algumas políticas públicas são formuladas para que esses números possam ser cada vez menores. O Governo Estadual, por meio da Secretária de Educação do Ceará, beneficia os profissionais da educação por meio de incentivos salariais, com premiações baseadas nos resultados anuais, capacitação permanente dos professores e oferta de materiais didáticos adequados tanto para alunos como professores. Além do acompanhamento individual do aluno, este é feito de forma externa pela própria secretária e de modo interno, realizado pelas escolas onde os alunos estão matriculados.

Em relação às práticas culturais do Município de Itapipoca, eles resultam do entrelaçamento das culturas europeia, indígena e africana, estando essas influências presentes na culinária, danças, festas religiosas, na música, no artesanato (variedade de bordados,

rendas, labirintos, pinturas e esculturas) e do próprio modo de vida da população itapipiquense. Merece destaque também os principais equipamentos de lazer, compostos pelos clubes recreativos, utilizados pela população para lazer, prática de esportes e para a realização de festas folclóricas e assistenciais. No quadro 6, estão dispostas as principais festividades que ocorrem anualmente no Município.

Quadro 6 - Calendário cultural do Município de Itapipoca

Evento	Mês
Festa de São Sebastião	10 a 20 de janeiro
Festa das Flores	Último sábado do mês de maio
Festa de Nossa Senhora da Assunção	05 a 15 de agosto
Festa do Dia do Município	31 de agosto
Festa da Padroeira Nossa Senhora das Mercês	24 de setembro
Festa de São Francisco	4 de outubro
Regata da Baleia	Novembro ou dezembro
Festa da Sagrada Família	Último domingo do mês de dezembro

Fonte: Chaves, (2013)

O Município de Itapipoca, por exibir diversidades naturais e culturais em áreas de serra, sertão e litoral expõe manifestações peculiares de cada localidade. Como exemplo, têm-se os balneários dos açudes Ipu-Mazagão e Poço Verde, que durante muitos anos receberam uma expressiva frequência da população local e dos municípios vizinhos. Após a construção da Via Estruturante, entretanto, facilitando o acesso às praias, a busca por esse tipo de lazer diminuiu consideravelmente, em decorrência das precárias condições de acessibilidade e pela ausência de atividades lúdicas que poderiam reforçar a atratividade do lugar (SEMACE, 2005).

Outra opção de lazer no Município foi a construção do Parque de Exposições Agropecuários e de Vaquejadas de Itapipoca, destinado, na maioria das vezes, para as comemorações do aniversário do Município e que atualmente está desativado. No que diz respeito ao lazer esportivo, existem dois estádios de futebol: o Danuzão e o Perilo Teixeira, ocorrendo intensa movimentação no período das comemorações futebolísticas.

Dentre os diversos atrativos existentes, o Município abriga em sua paisagem gigantescos monólitos, cachoeiras, bicas, olhos d'água, trilhas, açudes, praias, tanques fossilíferos e até uma gruta com inscrições rupestres. Na Sede municipal, ainda é possível admirar a presença de edificações históricas, como a Biblioteca Pública Municipal, Casa Isaac Marques da Silva, Casa João Agrela, Casa Ningueira Braga, Prédio da antiga Câmara

Municipal dos Vereadores e a Catedral Nossa Senhora das Mercês. Esses estabelecimentos retratam um pouco da história de ocupação e desenvolvimento do Município.

3.3.5 Saúde e saneamento básico

Buscar compreender as condições de saúde de um município é de fundamental importância para entender a qualidade de vida dos habitantes que ali residem. O Município de Itapipoca faz parte da Macrorregião de Saúde de Fortaleza. Segundo dados da Secretária de Saúde do Estado do Ceará (SESA), o Município expressa indicadores de saúde bem inferiores às médias do Estado, como pode ser visto na tabela 20.

Tabela 20 - Principais indicadores de saúde do Município de Itapipoca.

Discriminação	Principais Indicadores de Saúde	
	Município	Estado
Médicos/1.000 hab.	0,63	1,12
Dentistas/1.000 hab.	0,20	0,31
Leitos/1.000 hab.	1,54	2,44
Unidades de saúde/1.000 hab.	0,45	0,41
Taxa de internação por AVC (40 anos ou mais)/10.000 hab.	42,17	25,28
Nascidos vivos	2.075	126.382
Óbitos	18	1.684
Taxa de mortalidade infantil/1.000 nascidos vivos	8,67	13,32

Fonte: Secretaria da Saúde do Estado do Ceará (SESA, 2011).

De acordo com a SESA, o Município conta com 53 unidades de saúde ligadas ao Sistema Único de Saúde (SUS), das quais 43 (81,13%) são de caráter público e 10 (18,17%) fazem parte do setor privado.

Estas unidades distribuem-se, como pode ser constatado na tabela 21 em: Hospital Geral (1), Posto de Saúde (2), Clínica especializada / Ambulatório especializado (4), Unidade de vigilância sanitária (1), Centro de Saúde / Unidade básica de saúde (30), Centro de atenção psicossocial (1), Unidade de serviço auxiliar de diagnóstico e terapia (5) e Policlínica (2). Nota-se a inexistência de serviços de saúde importantes para a população, como as unidades móveis de saúde e hospitais especializados que poderiam diminuir o fluxo de procuras nos hospitais de Fortaleza.

Tabela 21 - Unidades de saúde ligadas ao Sistema Único de Saúde (SUS), por tipo de unidade do Município de Itapipoca.

Tipo de Unidade	Unidades de Saúde Ligadas ao SUS	
	Município	Estado
Hospital geral	1	182
Hospital especializado	-	48
Posto de saúde	2	474
Clínica especializada/Ambulatório especialidades	4	401
Consultórios isolados	-	24
Unidade mista	-	46
Unidade móvel	-	19
Unidade de vigilância sanitária	1	107
Centro de saúde/Unidade básica de saúde	30	1.576
Laboratório central de saúde pública	-	3
Centro de atenção psicossocial	1	111
Unidade de serviço auxiliar de diagnóstico e terapia	5	154
Farmácia isolada	-	30
Policlínica	2	39
Pronto socorro especializado	-	5
Total¹	53	3.532

Fonte: Secretaria da Saúde do Estado do Ceará (SESA, 2011).

(1) Inclui (Hospital/Dia - Isolado, Centro de parto isolado, Centro de apoio a saúde da família, Centro de atenção hemoterápica/HEMOCE, Unidade de atenção a saúde indígena, Cooperativa e Secretaria de saúde).

Com relação aos profissionais da área da saúde atuantes no Município, a maioria das especialidades está relacionada a: médicos (74), dentistas (23), enfermeiros (63), outros profissionais da saúde de nível superior (41), agentes comunitários de saúde (113) e outros profissionais de saúde de nível médio (280).

A inexistência de algumas especialidades médicas e de equipamentos específicos para o diagnóstico e tratamento de algumas doenças contribui para que todos os dias dezenas de pessoas se desloquem para a Capital, sobrecarregando o Sistema de Saúde de Fortaleza e até mesmo submetendo a risco a vida do paciente, haja vista o deslocamento a ser realizado.

Dentre as doenças mais comuns no Município, de acordo com a SESA (2011), destaca-se a dengue, que registrou 1.053 casos, confirmados, tuberculose, com 32 casos, e hanseníase e hepatite viral, com 22 e 27 casos respectivamente, como esta na tabela 22.

Tabela 22 - Casos confirmados das doenças de notificação compulsória do Município de Itapipoca.

Discriminação	Casos Confirmados das Doenças de Notificação Compulsória	
	Município	Estado
AIDS	4	731
Dengue	1.053	56.714
Febre tifoide	-	1
Hanseníase	22	2.016
Hepatite viral	27	384
Leishmaniose tegumentar	10	816
Leishmaniose Visceral	2	660
Leptospirose	2	123
Meningite	5	483
Raiva	-	-
Tétano acidental	1	28
Tuberculose	32	3.726

Fonte: Secretaria da Saúde do Estado do Ceará (SESA, 2011).

As condições de acesso à saúde tornam-se ainda mais precárias nos distritos. Em muitas localidades, não se registra nem a presença do agente de saúde e essa condição agrava-se ainda mais com a inexistência de transporte público, principalmente nas áreas serranas, dificultando o deslocamento dessas pessoas para as unidades de saúde.

O saneamento básico compreende um conjunto de procedimentos (tratamento de água, canalização, tratamento do esgoto, limpeza pública de ruas e avenidas, coleta e tratamento de resíduos), que visam proporcionar uma condição higiênica saudável para a população, evitando possíveis contaminações e proliferação de doenças, além de garantir a preservação do meio ambiente.

Em Itapipoca, o sistema de abastecimento público de água é realizado pela Companhia de Água e Esgoto do Ceará (CAGECE), que abastece o Município com a retirada de água dos açudes de Poço Verde e Quandu. Como observa-se na tabela 23, o abastecimento de água ora rede geral, teve um aumento de 19,8% de 1991 até o ano 2000, e decréscimos nas formas de abastecimento por poço ou nascente e outras formas de abastecimento de 5,3% e 14,5%, respectivamente.

Tabela 23 - Proporção de moradores, por tipo de abastecimento de água, no Município de Itapipoca.

Abastecimento de água	1991	2000
Rede geral	19,9%	39,7%
Poço ou nascente (na propriedade)	40,8%	35,5%
Outra forma	39,3%	24,8%

Fonte: IBGE, (2010).

Apesar de aumentos nas formas de abastecimento via rede geral, os índices de abastecimento de água nos distritos ainda são muitos baixos, assim como os índices de instalação sanitária, como se evidencia na tabela 24, onde 39,5% da população ainda não dispõem de instalação sanitária, comprometendo não somente a saúde dos moradores dessas localidades, mas também a qualidade desses ambientes já que, como evidencia o IBGE, 51,9% das residências possuem fossa rudimentar.

Tabela 24 - Proporção de moradores, por tipo de instalação sanitária, no município de Itapipoca

Instalação sanitária	1991	2000
Rede geral de esgoto ou pluvial	3,4	6,0
Fossa séptica	9,4	1,6
Fossa rudimentar	26,6	51,9
Vala	0,1	0,6
Rio, lago ou mar	-	0,0
Outro escoadouro	0,1	0,4
Não sabe o tipo de escoadouro	0,5	-
Não tem instalação sanitária	59,8	39,5

Fonte: IBGE (2010)

A coleta de lixo no Município é outro indicador que possui dados alarmantes (tabela 25), pois 41,8% dos resíduos sólidos são lançados a céu aberto, sem nenhum tipo de tratamento e 19,4% têm a queima como destino. Essas práticas podem desencadear uma série de problemas, já que seu acúmulo contribui para a proliferação de roedores, bactérias e fungos, além da formação do chorume e da transmissão de doenças graves, como leishmaniose e dengue, doença está em que o município se destaca nos números de casos confirmados.

Tabela 25 - Proporção de Moradores, por destino de lixo, no município de Itapipoca.

Coleta de lixo	1991	2000
Coletado	14,9	36,4
Queimado (na propriedade)	12,4	19,4
Enterrado (na propriedade)	1,5	2,3
Jogado	66,8	41,8
Outro destino	4,4	0,2

Fonte: IBGE, (2010).

A qualidade do ambiente também é prejudicada pelo destino inadequado do lixo. O acúmulo de chorume contamina o solo e em alguns casos também o lençol freático, e a queima do lixo também produz gases poluentes, como o gás metano e sulfúrico, podendo causar doenças respiratórias. Geralmente, as pessoas expostas a fumaça oriundas da queima de resíduos e da vegetação podem apresentar dor de cabeça, náuseas, tonturas, mal-estar geral. A exposição por longo tempo pode provocar e aumentar os riscos de vários tipos de cânceres (EMBRAPA, 2010).

3.3.6 Transportes e energia

As estradas que ligam Itapipoca a Fortaleza apresentam um bom estado de conservação. O acesso é feito pela Rodovia Estadual Estruturante (CE-085) e pela Rodovia Federal BR-222. O Município localiza-se ao leste da Região Metropolitana de Fortaleza, distante cerca de 130 km, dessa capital.

O Município não possui linhas de ônibus com deslocamento interno entre os distritos. Esses deslocamentos são realizados com auxílio de motocicletas e de alguns carros de passeio que realizam o transporte de estudantes ao longo da semana e, aos sábados, conduzem a população até a Sede para a feira municipal, onde os comércios localizados nos distritos são abastecidos.

O número expressivo de motocicletas (14.967), segundo dados do IBGE (2010) demonstra a realidade de muitos municípios do Estado do Ceará, que têm nesse tipo de veículo a principal forma de locomoção das pessoas residentes nas localidades mais distantes e com deficiência no transporte público. A presença de lojas especializadas nesse tipo de veículo é outra característica marcante.

Em relação ao abastecimento de energia elétrica no Município, a Companhia de Energética do Ceará (COLCE) é a responsável pelo fornecimento do serviço de energia elétrica para o Município de Itapipoca. De acordo com a classificação da COELCE, as classes

de consumo de energia estão estruturadas em seis tipos: residencial, industrial, comercial, rural, público e privado.

Na tabela 26, têm-se a especificação das classes de consumo, a descrição do consumo e dos tipos de consumidores existentes no Município de Itapipoca.

Tabela 26 - Consumo e consumidores de energia elétrica no município de Itapipoca.

Classes de Consumo	Consumo (mwh)	Consumidores
Residencial	25.454	25.209
Industrial	9.765	40
Comercial	9.083	1.593
Rural	9.298	8.430
Público	10.437	478
Próprio	202	4
Total	64.239	35.754

Fonte: IPECE, Perfil Básico Municipal, (2012).

Atenta-se para o fato de que os maiores níveis de consumo estão relacionados às classes de consumo residencial e público, com 25.454 e 10.437, respectivamente.

Ante a caracterização do Município de Itapipoca, pode-se perceber a influência do Município no modo de vida dos moradores de Nazaré. A presença de etnias indígena, africana e européia no Município de Itapipoca, nos últimos dez anos, adquire maior visibilidade, com base na reconstituição da história municipal pelo Poder Público local.

Em relação a Nazaré, desde a autodefinição como Comunidade Quilombola, esta significou nova configuração para as relações vivenciadas entre a Comunidade e o Município, proporcionando a comunidade sair da invisibilidade em que se encontrava, vista apenas como um aglomerado de negros, mas sim como Comunidade Quilombola, formada por 51 famílias de agricultores rurais que cotidianamente procuram a reconstituição de sua identidade étnica e a permanência no território tradicionalmente ocupado. As condições de vida, as formas de organização e a reformulação da identidade constituem objeto de análise no prosseguimento da pesquisa.

CAPÍTULO 4

4. ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Cada referencial possuiu um objeto definido e procedimentos metodológicos de pesquisa. Diante da proposta de se trabalhar com comunidades quilombolas, optou-se por relacionar os instrumentos de coleta de dados como: a Observação Participante, diário de campo, roteiros de entrevistas abertas e semiestruturadas com a metodologia da Cartografia Social. A interligação desses instrumentos, foram fundamentais para se alcançar os objetivos propostos, pois acredita-se que o envolvimento com a comunidade é de fundamental importância para o que se propõe investigar.

Considera-se que aliando esses instrumentos, pôde-se chegar à compreensão das formas de organização e as problemáticas vivenciadas pela comunidade quilombola de Nazaré, influenciando na capacidade reflexiva, possibilitando que a comunidade crie e recrie novas formas de vida, pois acredita-se que a interligação desses instrumentos pode traçar uma atual configuração das condições socioeconômicas, ambientais e fundiárias da comunidade quilombola de Nazaré, podendo assim subsidiar ações concretas para a melhoria da qualidade de vida dessa comunidade.

Ao final desse capítulo estão descritos os procedimentos metodológicos para o desenvolvimento da pesquisa.

4.1 Análise social e a pesquisa qualitativa: considerações

Em decorrência da intensificação dos movimentos populares com início na década de 1970, novas concepções de pesquisa são pensadas para a superação das abordagens tradicionais, que tratam os grupos populares apenas como objeto de estudo. Indo ao encontro dessas perspectivas, ao longo dos anos 1960 e 1970, a América Latina vivenciou o aparecimento das mais variadas práticas de pesquisa libertadora, desencadeando diversas críticas as metodologias tradicionais estão em curso. Os cientistas sociais latino-americanos entendiam que as pesquisas tradicionais já não eram mais capazes de resolver os problemas das desigualdades sociais (HAGUETTE, 2010).

Silva (1986), ao explicar sobre a atual configuração das metodologias participativas no Brasil e na América Latina tece vários questionamentos sobre os modelos de pesquisas científicas historicamente elaborados em linguagem inacessível para os grupos estudados, considerados muitas vezes como inaplicáveis para a compreensão dos problemas que atingem esses setores humanos.

Na perspectiva da autora “essas pesquisas são desenvolvidas *sobre* e não *com* as populações ou grupos que são tomados como simples objeto de pesquisa” (P. 18). Esse modelo de ciência ao longo dos anos é seriamente questionado, buscando-se a inclusão e o reconhecimento da dimensão social na prática científica. Logo, a formulação de métodos que compreendam a complexidade da sociedade humana se tornou urgente.

A partir desse novo quadro geral, é possível se identificar o surgimento histórico de novos estilos de pesquisa, no âmbito das ciências sociais, que, mesmo recebendo denominações diferentes, se direcionam para a produção coletiva do conhecimento, respeitando o direito que os diversos grupos e movimentos sociais têm sobre essa produção, para fortalecer o seu poder e sua cultura. (SILVA, 1986, p. 20).

De forma complementar, Silva (1986, p. 30) salienta que “[...] as ciências sociais buscaram ao longo do tempo a formulação de técnicas de investigação que rompessem com as práticas já enraizadas que colocava o pesquisador como superior aos sujeitos que investigava”. Já no entendimento de Godoy (1995), a pesquisa nas Ciências Sociais cada vez mais incentiva a adoção de métodos qualitativos, não só na Sociologia e na Antropologia, como também em outras áreas do conhecimento.

Dessa forma, a pesquisa social com enfoque qualitativo surge da necessidade de formulação de métodos que podem subsidiar as pesquisas para analisar e compreender a realidade social. Brandão (2006) esclarece que diversas instituições, desde agências governamentais até a iniciativa privada financiam projetos de pesquisa com o objetivo de compreender as condições de vida, as formas de organização, comportamento e as aspirações dos diversos grupos sociais que reivindicam maiores participações nas tomadas de decisões.

Assim, o surgimento das metodologias qualitativas, como demonstra Haguette (2010), está relacionado às reações contra os modelos quantitativos, não que estes devam ser vistos como antagônicos às práticas de pesquisa de análise social, mas há de se considerar que as metodologias qualitativas são alternativas aos modelos quantitativos, porquanto reconhecem que a ação social é fundamental para a configuração da sociedade.

Além do mais, as pesquisas qualitativas respondem às questões particulares, trabalhando com o universo dos significados, motivações, crenças, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, não significando mera classificação de opinião dos informantes, mas sim a descoberta de seus códigos sociais procedentes das falas, símbolos e observações (SOUZA, 2012). A importância da pesquisa qualitativa está em possibilitar que o sujeito da pesquisa conheça a própria realidade desde a produção desse conhecimento tendo

no agente que pesquisa um aliado, munido dos conhecimentos científicos que foram, por muitas vezes, a estes negados (BRANDÃO, 2006).

A pesquisa qualitativa, então, é um campo investigativo que não objetiva a enumeração ou mensuração dos dados, mas preocupa-se com a obtenção de indicadores descritos sobre pessoas, lugares e situações em que existe a integração do pesquisador, procurando compreender os fenômenos com amparo nos sujeitos estudados.

Nessa concepção, há na pesquisa qualitativa aspectos essenciais que devem ser levados em consideração como: i) ter no ambiente natural a fonte direta dos dados, valorizando o contato estreito entre o pesquisador e o sujeito; ii) a descrição é fundamental, podendo ser mediante a transcrição de entrevistas, diários de campo, fotografias, desenhos etc.; iii) a preocupação constante com os significados que as pessoas atribuem às coisas e a sua vida; e a iv) utilização de enfoques indutivos (GODOY, 1995).

Portanto, com a proposta de se trabalhar com a compreensão das formas de organização da Comunidade Quilombola de Nazaré, optamos para o desenvolvimento da pesquisa, por uma abordagem qualitativa, aliando diferentes instrumentos para a coleta de dados. Logo, haja vista a existência de uma oferta consideravelmente ampla de ferramentas participativas, dentre os variados instrumentos para coleta de dados definiu-se pela Observação Participante, cuja a escolha se baseou no fato de esta exibir características complementares às metodologias adotadas pela Cartografia Social, influenciando na efetiva participação da comunidade local, além de possibilitar apreender a multiplicidade de situações configuradas nas relações sociais em curso.

4.2 Procedimentos e instrumentos para coleta de dados

A investigação qualitativa agrupa diversos procedimentos e instrumentos para recolha dos dados, destacando-se como mais representativas, a Observação Participante e a entrevista, ambas utilizadas com o intuito de compreender as formas de organização social e espacial vivenciadas pelos moradores da comunidade Quilombola de Nazaré. Acredita-se, como destaca Bogdan e Biklen (1994), que através da inserção no mundo das pessoas que pretende estudar, buscando conhecê-las, pode-se compreender a importância que esses elementos representam no cotidianamente dos moradores.

4.2.1 Observação Participante e o Diário de Campo

As pesquisas qualitativas caracterizam-se pela utilização de instrumentos múltiplos, sendo empregados a observação (participante ou não), a entrevista em profundidade e a análise de documentos (MINAYO, 2007). Assim, a escolha pela Observação Participante, como instrumento de recolha de dados foi pensada pela possibilidade de vivenciar pessoalmente o universo a ser analisado, para melhor entendê-lo.

Silva (1986) esclarece que a aproximação dos pesquisadores com os grupos sociais possibilita o desenvolvimento de métodos e técnicas que contribuam no direcionamento para a transformação social e que possam incorporar as forças sociais à produção do conhecimento. Essas possibilidades são almejadas por diversos investigadores, considerando, que a investigação participativa tem como objetivo a procura de opções de investigação e ação social.

Serva e Jaime (1995), expõem que, desde o final do século XIX, a Ciência Antropológica iniciou as primeiras experiências de inserção do pesquisador nos lugares a serem pesquisados, tendo no pesquisador o principal responsável pela coleta de dados, uma vez que as pesquisas anteriormente eram desenvolvidas por meio de informantes, ou com o auxílio de terceiros para a realização das entrevistas e aplicação de questionários. Foi mediante os trabalhos de campo de Bronislaw Malinowski em 1910, que surgiram às primeiras concepções de Observação Participante.

Buscando sua conceituação, Serva e Jaime (1995) esclarecem que a Observação Participante pode ser definida como situação de pesquisa, em que se encontram o observador e os observados, na qual os dados coletados são adquiridos no ambiente natural dos sujeitos da pesquisa, apesar de Proença (2007) definir esse instrumento de coleta de dados como um método, aborda importantes considerações sobre sua aplicabilidade nos trabalhos de campo. Assim, segundo o autor, a Observação Participante, oferece importante recurso para a inserção do investigador nas práticas e representações vivenciadas pelos grupos estudados.

De forma complementar, Proença (2007) esclarece que, em relação à relevância e aplicabilidade desse instrumento, três fatores são fundamentais, o tempo, o lugar e as circunstâncias. No que concerne ao *tempo*, ele enfatiza que, quanto maior o tempo imerso no universo pesquisado, mais próximo da realidade pode se chegar, podendo ensejar uma relação de familiaridade e confiabilidade da situação social vivenciada, entre os envolvidos e até mesmo permitindo o acesso de informações de caráter privado.

No pertinente ao *lugar*, o pesquisador deve considerar a influência das condições físicas sobre as ações das pessoas envolvidas, ou seja, realizar o registro não só das interações observadas, mas também do ambiente físico onde elas acontecem, possibilitando maior aproximação com as diversas formas de uso e ocupação do território. Assim, o aspecto “onde” tem grande relevância na compreensão das formas de organização das comunidades locais. O terceiro fator diz respeito às *circunstâncias* da pesquisa. Vale dizer que, inicialmente, durante a coleta de dados, a multiplicidade de significação pode parecer muito complexa, estranha e irregular ao pesquisador, mas à medida que ocorrem as entrevistas, observação e escritas do diário de campo, naturalmente tal universo se torna mais acessível à interpretação.

Assim, acredita-se que a Observação Participante deve ser compreendida como um modo de pesquisa que situa o pesquisador no meio da comunidade que estuda, ali os membros da comunidade concordam com a sua presença, devendo o observador participante adotar um estilo vivenciado pelas pessoas entre as quais se propôs pesquisar (ANGROSINO, 2009). Como ensina Haguette (2010), apesar de não gozar de uma definição clara nas Ciências Sociais, a Observação Participante é divisado por alguns estudiosos como necessária, pois entendem que somente com a imersão no cotidiano de outra cultura, o pesquisador pode chegar a compreendê-la, ou seja, a importância da Observação Participante está na convivência do pesquisador com o grupo estudado.

Apesar de a Observação Participante não gozar de nenhum instrumento específico para direcionar as observações, optou-se pelo emprego de instrumentos de coleta de dados, como a realização de entrevistas abertas e semiestruturadas com os moradores da comunidade, complementando as informações advindas da observação, e que possam ser norteadores da pesquisa.

Outro instrumento utilizado em conjunto com a Observação Participante foi o Diário de Campo, considerado, como importante instrumento de registro, sempre associado às observações realizadas. Este consiste em um instrumento de anotações, onde o pesquisador, principalmente no desenrolar dos trabalhos de campo, descreve e reflete acerca dos comentários ou observações apreendidas no decorrer de sua vivência no grupo pesquisado. Para Pinho e Molon (2011), o Diário de Campo consiste em uma ferramenta de fundamental importância, porquanto suas inúmeras possibilidades de registro (sensações, situações, aspectos físicos, dentre outros) fazem dele um expediente valioso, para captação de detalhes que poderiam ser negligenciados.

Como instrumento de coleta de dados, o Diário de Campo, também é utilizado por diversos profissionais, cobrindo distintas áreas do conhecimento. Zaccarelli e Godoy (2010)

expressam que a prática do Diário de Campo teve sua origem e desenvolvimento inicialmente na Europa e no Japão por volta do século X. Em diversas sociedades, principalmente porque o conhecimento da escrita estava restrito a determinados grupos sociais, logo, durante um longo período, esse instrumento ficou a cargo da elite e das instituições religiosas. Somente por volta do século XVII, com a disseminação da escrita e dos meios técnicos, o uso do Diário de Campo foi sendo utilizado por diversos profissionais.

De acordo com Bogdan e Biklen (1994), o Diário de Campo, pode ser estruturado de forma descritiva e reflexiva. Na primeira, busca-se captar uma imagem da realidade, com o máximo de detalhamento, levando em consideração os aspectos do local, ações e conversas. Nesse tipo de estrutura, existe a possibilidade, de realizar o registro dos acontecimentos na sequência em que ocorrem, sendo válido pontos referentes: aos *sujeitos* (aparência, modo de falar e agir, compreendendo os aspectos particulares de cada indivíduo); *reconstrução do diálogo* (onde todas as informações são registradas, como: gestos, palavras, expressões faciais); *descrição do espaço físico* (coisas que se encontram nas paredes, no chão, na mobília e nos quadros de avisos); *o comportamento do observador* (vestimenta, ações e conversas com os sujeitos); *relatos de acontecimentos* (forma como acontecem e natureza das ações) e a *descrição das atividades* (registro detalhado de comportamentos até atos particulares).

A parte reflexiva é compreendida como adição fundamental às observações da forma descritiva. Nesse momento, o pesquisador dá ênfase às especulações, impressões, palpites e até mesmo suas incompreensões das anotações registradas. O objetivo das reflexões das notas de campo é tornar melhores e mais fidedignas as observações evidenciadas.

O formato e o conteúdo presentes no diário de campo podem variar de diversas formas, mas ressalta-se a importância de no cabeçalho terem informações básicas, como: quando a observação foi feita (data e local) e quem a fez. Ressalta-se que a sistematização dessas informações pode ser organizada buscando inicialmente identificar os fatos concretos e fenômenos sociais; posteriormente, são tecidas interpretações, abordando o que foi observado e suas relações; e por fim são realizadas as considerações e aprofundamento das questões registradas (BOGDAN e BIKLEN, 1994).

Por isso, Pinho e Molon (2011) destacam que as informações presentes em um diário resultam de fragmentos referentes a um momento. Dessa forma, torna-se impossível com um só relato ter a compreensão das várias situações presentes em uma localidade. O viés do pesquisador sempre estará presente, ou seja, o registro daquilo que mais chamou sua atenção. E assim, como todo instrumento de coleta de dados, o Diário de Campo traz vantagens e desvantagens de sua aplicação, por isso é necessário aplicá-lo com outros

instrumentos de investigação, o que é de enorme importância, como a realização de entrevistas, consoante propomos na presente pesquisa.

Logo, as vantagens da utilização desse instrumento esta na: i) sua possibilidade de utilizá-la em conjunto com outras técnicas de coleta de dados; ii) não havendo a necessidade de conhecimento especializado para sua aplicação; iii) e as informações podem ser conferidas no próprio local da pesquisa. Sua desvantagem, entretanto, esta, na perda do foco, quando o pesquisador não consegue registrar e explorar aspectos importantes para o desenvolvimento da pesquisa. Por isso, Bogdan e Biklen (1994), sugerem algumas formas para a captação dos registros: i) o registro deve ocorrer durante ou em seguida as observações; ii) evitar falar de sua observação antes de registra-la; iii) procurar um local reservado para fazer as suas considerações; iv) traçar frases-chaves, antes de começar a escrever; v) buscar realizar suas considerações em uma ordem cronológica; e vi) reservar um momento adequado para fazer suas reflexões sobre os registros coletados.

No caso da Comunidade Quilombola de Nazaré, o uso desse instrumento permitiu o registro de interações sociais, comportamentos específicos, atividades e eventos nos diversos momentos vivenciados com o grupo. A opção pelo emprego desse recurso como instrumento de coleta de dados se deu ao longo período das atividades de campo (em média, quatro dias) e também pela impossibilidade do uso do gravador em muitas situações vivenciadas na comunidade. Alguns moradores, principalmente em decorrência dos conflitos fundiários, tinham receio de expor seus pensamentos e de que esses fossem gravados. Como não se sentiam a vontade, optou-se em certas ocasiões pelo Diário de Campo. A utilização do gravador limitou-se a grupos de pessoas, que já estavam mais familiarizadas a falar com pesquisadores.

A utilização do Diário do Campo ocorreu em todas as atividades vivenciadas na comunidade, adotando seu uso, em conjunto com outras técnicas, como as entrevistas abertas e semiestruturadas. A interligação desses instrumentos possibilitou maior aprofundamento das questões observadas em campo. Logo, cremos que o emprego do Diário de Campo foi de elevada importância para o desenvolvimento da pesquisa, pois permitiu um registro constante de situações diversas, aspectos físicos e atitudinais presentes no grupo e no local a ser investigado.

Salientamos que todos esses instrumentos - Observação Participante; Entrevista e Diário de Campo - foram utilizados em conjunto com a Cartografia Social. A integração desses instrumentos possibilitou identificar na Comunidade Quilombola de Nazaré questões que poderiam ser trabalhadas com as metodologias advindas das técnicas empreendidas pela

Cartografia Social. Temáticas referentes a formas de organização espacial, posse da terra, uso dos recursos naturais, espaços de socialização, só puderam ser trabalhadas pela Cartografia Social após a identificação dessas questões com a utilização desses instrumentos em momentos anteriores.

4.2.2 Entrevistas

Somente com a pesquisa bibliográfica e com a observação, alguns aspectos particulares do grupo a ser investigado não poderiam ser identificados. Com efeito, pertinentes a aspectos socioeconômicos, culturais, ambientais e fundiários de cada grupo familiar, no caso, a comunidade Quilombola de Nazaré, só são possíveis em decorrência da utilização da entrevista.

Conforme leciona Gil (2008), a Entrevista pode ser definida como uma técnica na qual o investigador mostra ao investigado. É compreendida, também, como forma de interação social; um diálogo com o grupo a ser investigado, com o objetivo de obtenção de determinados dados. Nas Ciências Sociais, a Entrevista é uma das técnicas mais utilizadas para a obtenção de informações. Outras áreas do conhecimento, como Psicologia, Sociologia, Pedagogia, Serviço Social e outros, cujos profissionais atuam na área humana, valem-se dessa técnica não apenas para coleta de dados, mas também para diagnóstico e orientação.

Acerca das vantagens e desvantagens da utilização da Entrevista como recurso para coleta de dados, Gil (2008), manifesta que a vantagens da utilização desse recurso está na obtenção de: i) dados referentes aos mais diversos aspectos da vida social; ii) dados em profundidade acerca do comportamento humano. Além disso, se comparado ao questionário, à Entrevista possibilita outras vantagens, como: i) não exige que a pessoa entrevistada tenha algum grau de escolaridade; ii) obtenção de maior número de respostas, uma vez que é mais fácil deixar de responder a um questionário do que se negar a ser entrevistado; iii) oferece maior flexibilidade, pois o entrevistador tem a possibilidade de esclarecer as perguntas para os entrevistados; e iv) possibilita, além de registrar as informações, captar também as expressões corporais do entrevistado, bem como o tom de voz.

Em relação às desvantagens de sua utilização, o autor explica que estas estão mais relacionadas à: i) falta de motivação dos entrevistados; ii) falta de compreensão das perguntas; e iii) à influência das opiniões pessoais do entrevistador sobre as respostas. Ainda em relação as suas possíveis desvantagens, Brito Junior e Feres Junior (2011, p. 242) salientam que “a entrevista apresenta, no entanto, algumas desvantagens ou limitações o que torna a sua

utilização, em determinadas circunstâncias, menos viável do que outras técnicas de coleta de dados”. Daí a importância de aliá-la a outras técnicas de seleção de indicadores.

Mesmo assim, Gil (2008) ressalta que, em decorrência de sua flexibilidade, muitas dessas desvantagens podem ser contornadas, dedicando-se maior atenção à elaboração do roteiro de entrevistas, buscando também maior aproximação pessoal, a ser estabelecida entre entrevistador e entrevistado.

Na investigação qualitativa, a Entrevista pode ser utilizada de duas formas, “[...] podem constituir a estratégia dominante para recolha dos dados ou podem ser utilizadas em conjunto com a observação participante, análise de documentos e outras técnicas [...]”. (BOGDAN e BIKLEN, 1994).

Logo, as entrevistas em função de sua flexibilidade, podem ser classificadas em diferentes tipos, obtendo maior nível de detalhamento, facilitando a criação de um ambiente para diálogo. Uma vez que a Entrevista é divisada como um momento de interação social, é utilizada com moradores de Nazaré com vistas a reconstituir o histórico de formação da comunidade e de autodefinição como quilombolas, além de possibilitar identificar as condições socioeconômicas, culturais e ambientais da comunidade.

Assim, buscamos integrar o modelo de entrevista aberto, cobrindo aspectos referentes à formação da comunidade e às mudanças ocorridas ao longo dos anos, e entrevistas semiestruturadas, pois almejamos o levantamento das atuais condições de vida, destacando questões relacionadas a: identidade quilombola; luta pela terra; organização social e espacial da comunidade, principais atividades econômicas, manifestações culturais e os problemas de ordem socioambiental. Entendemos que a utilização dessas duas modalidades de entrevista é uma forma de poder explorar mais amplamente um ponto buscado, sem, contudo, deixar de focalizar em alguns pontos importantes para o desenvolvimento da pesquisa. Assim, a entrevista enriquece a pesquisa, pois “dá oportunidade para obtenção de dados que não se encontram em fontes documentais e que sejam relevantes e significativos” (LAKATOS, 2005, p. 199).

No concernente à identificação dos grupos a serem entrevistados, optou-se pelo anonimato das pessoas, haja vista que nas diversas realizações do trabalho de campo alguns moradores se sentiram inibidos para manifestar sua opinião acerca de determinados assuntos, principalmente relacionados a posse e propriedade da terra que ocupam. Dessa forma, as letras e números que os identificam representam características relacionadas ao gênero, faixa etária, escolaridade e profissão. No quadro 7, é possível verificar as informações referentes a cada pessoa.

Quadro 7 - Forma de identificação dos entrevistados

IDENTIFICAÇÃO		
Gênero	Masculino	M
	Feminino	F
Faixa etária	15 – 19	A
	20 – 24	B
	25 – 29	C
	30 – 34	D
	35 – 39	E
	40 – 44	F
	45 – 49	G
	50 – 54	H
	55 – 59	I
	60 – 64	J
	65 – 69	L
70 ou mais	M	
Escolaridade	Não alfabetizado	1
	Lê e escreve, mas nunca esteve na escola	2
	Fundamental incompleto	3
	Fundamental completo	4
	Médio incompleto	5
	Médio completo	6
	Superior incompleto	7
	Superior completo	8
	Pós-graduação	9
Profissão	Agricultor	A
	Indústria	B
	Construção civil	C
	Comércio	D
	Funcionário Público	E
	Fora de casa em atividades informais	F
	No lar (sem remuneração)	G
	Não trabalha	H
	Aposentado	I

Fonte: Chaves (2013).

De tal modo, o uso desse instrumento foi escolhido a fim de realizar o levantamento das condições socioeconômicas, culturais, ambientais e fundiárias da Comunidade Quilombola de Nazaré, haja vista que ainda não foram realizados estudos mais específicos relacionados às condições de vida de seus moradores. Esse recurso também foi utilizado com vistas a aproximar o pesquisador das famílias visitadas.

4.3 Cartografia social e as comunidades quilombolas no Brasil: novas formas de “empoderamento” social.

“Eu posso ficar com um desse? Porque eu quero mostrar para todo mundo onde fica Nazaré”. Essa frase foi proferida por uns dos moradores de Nazaré nos primeiros trabalhos de campo. Chicão, como é conhecido por todos, ficou encantado com as imagens de satélite do Município de Itapipoca levadas para as primeiras identificações do Distrito de Arapari e da comunidade Quilombola de Nazaré.

Nas conversas informais e no decorrer das visitas a campo, observamos que essa não era uma vontade apenas de Chicão, mas uma realidade almejada por muitos moradores da comunidade, em virtude da intensificação dos conflitos fundiários, advindos do autorreconhecimento da comunidade como quilombola. A busca por visibilidade e a identificação das formas de uso e ocupação do território de Nazaré foram o despertar para a inserção da metodologia da Cartografia Social, nesta pesquisa, uma vez que, como destacam Milagres et al (2010), os mapas formulados desde as perspectivas da Cartografia Social podem ser utilizados pela comunidade como centro de reflexão sobre as formas de uso e ocupação de seu território e reafirmação de sua identidade.

Ainda de acordo com Milagres et al (2010) a Cartografia Social representa diferentes variáveis para cada território, possibilitando, para as comunidades que participam o automapeamento, baseado nas representações simbólicas, convicções políticas, formas de uso e ocupação do solo. Logo, as representações ocorrem com o reconhecimento dos interesses da comunidade, fazendo a interligação do espaço percebido e vivido, que configuram seu território.

Inicialmente, contudo, as representações espaciais não estavam vinculadas à participação social, assim como não tiveram um surgimento nem um modelo somente, mas sim “surgiram em diferentes partes do mundo e suas feições carregavam os elementos culturais e materiais de cada povo”. (LIMA, 2010, p. 14). Acselrad e Coli (2008) relatam que, a princípio, na história das representações espaciais, os mapas foram formulados como alternativa para se pensar o mundo baseado nas crenças e nos mitos. A formulação de mapas mais objetivos, levando em consideração a Geografia, só veio a ocorrer ao longo da observação do mundo, com a inserção de instrumentos e a realização de várias experiências.

Lima et al (2011), ao retratarem as formas de evolução das representações cartográficas relatam que uns dos mapas mais antigos data de 2.100 a.C. Foi confeccionado na China e impresso na parte externa de um utensílio de cozinha. Trazia em sua configuração as

terras pertencentes ao Território Chinês, ressaltando as questões políticas daquele período. No sul da Ásia, a confecção dos mapas foi financiada por sultões, califas e imperadores, com o objetivo de garantir o poderio militar e a conquista de terras, mas foi no Continente Europeu que a cartografia alcançou grande desenvolvimento, nos séculos XVII e XVIII.

Para Acselrad (2008, p. 02) “o conhecimento espacial contido nos mapas contribuiu, portanto, ele próprio, para criar espaços, ligando pessoas, práticas e lugares, ao mesmo tempo em que seus meios representacionais exercem efeitos sobre os modos de pensar o espaço”, uma vez que são compreendidos, como instrumentos de orientação e localização, utilizados há séculos por diferentes sociedades.

Acselrad e Coli (2008) apontam que as representações cartográficas, durante um longo período, se tornaram mecanismos autoritários de controle e, como enfatizam Milagres et al (2010), com o avanço dos Geographic Information Systems (GIS), na década de 1990, a produção dos mapas ganhou maior força, no entanto, ainda não possibilitava o envolvimento social em sua produção, refletindo apenas o ponto de vista dos pesquisadores, desencadeando no surgimento de vários questionamentos sobre o uso de tecnologias, como o GIS, no mapeamento das comunidades tradicionais. A maior crítica feita a essas tecnologias era à forma como era tratada e incorporada a participação das comunidades e de seus interesses e conhecimentos na elaboração de base de dados espaciais.

Apesar das constantes indagações sobre a inserção de tecnologias nas práticas de mapeamento social, elas asseguram para determinados grupos sociais importantes conquistas. O próprio avanço do mapeamento social surgiu das evoluções tanto técnica, como práticas, e, sobretudo, de uma mudança no pensamento geográfico com o fim da Segunda Guerra Mundial, desencadeando na descentralização da produção cartográfica.

Assim, desde a segunda metade do século XX, a confecção dos mapas estava sendo disseminada por diversas correntes, que buscavam a descentralização dessas informações e da visão etnocêntrica. De tal maneira, a base dessa nova cartografia estava ensejada em elementos produzidos em conjunto com os grupos marginalizados e que possibilitassem que estes participassem da elaboração desses produtos (LIMA et al, 2011).

Os primeiros projetos de mapeamento social foram produzidos nas décadas de 1950 e 1960 com povos indígenas do Canadá e do Alasca. Tinham como objetivo contribuir para a conquista de direitos dos povos indígenas. Suas representações estavam relacionadas às formas de uso e ocupação da terra por esses grupos. Ressalta-se que, durante um longo período, essas experiências se limitaram a essas regiões geográficas, proliferando por outros países apenas nas décadas de 1980 e 1990.

A disseminação dos mapas participativos envolveu diversas agências governamentais, instituições privadas, além dos movimentos sociais e das instituições de ensino. Os projetos de mapeamento participativo tiveram como objetivo principal o envolvimento direto e atuante dos membros da comunidade, identificando os limites de seus domínios e as formas de uso da terra. Além disso, a propagação dos mapas participativos possibilitou o desenvolvimento de metodologias mais flexíveis, respeitando as particularidades de cada grupo social (ACSELRAD; COLI, 2008).

Como afirma Colchester (2002), o mapeamento participativo chegou para ficar, e tornou-se importante ferramenta para abordar questões primordiais para as comunidades locais, onde os grupos envolvidos logram identificar a importância dessa prática para o fortalecimento da organização e “empoderamento” social, com a reafirmação de seus conhecimentos tradicionais.

As formas de “empoderamento” advindos da inserção de práticas do mapeamento participativo proporciona caminhos para a transformação social, um meio de estabelecer de um futuro possível. Trata-se, também, de uma maneira de os grupos sociais excluídos reivindicarem coletivamente seus direitos, aumentando a sua capacidade do diálogo com questões definidas por eles mesmos como importantes.

Nessa perspectiva, os projetos de mapeamento participativo buscam envolver diretamente os membros da comunidade no levantamento dos usos da terra e na delimitação das fronteiras de seus domínios (COLCHESTER, 2002). Milagres et al (2010), ressaltam que, em relação à produção dos mapas comunitários, esse processo ocorre de forma empírica e fundamentada na vivência cotidiana do território, onde os moradores locais elaboram representações espaciais de seu meio físico e social.

A participação das comunidades nos processos de elaboração dos mapas territoriais auferiu ampla discussão, principalmente no que se refere à valorização do conhecimento tradicional na conquista do território, expressa nas representações espaciais. Com efeito, novas ferramentas surgiram com a tarefa de aproximar as comunidades das técnicas de mapeamento de seu território, permitindo maior conciliação das múltiplas realidades nele existentes (MILAGRES et al, 2010).

Assim, as práticas de mapeamento comunitário podem tanto se relacionar à utilização de materiais advindos da própria comunidade, como também se apoderar de técnicas mais sofisticadas. Convém ressaltar que as ferramentas empreendidas podem variar bastante, desde técnicas tradicionais de levantamento de dados até o uso de técnicas geomáticas, como, por exemplo, o Global Positioning System (GPS). A inserção de

tecnologias geomáticas, entretanto, nas práticas de mapeamento participativo é um fenômeno recente.

As primeiras tentativas de utilização das tecnologias geomáticas datam de 1990, no sudeste asiático, espalhando-se por diversos países. Apesar das possibilidades que a utilização dessas tecnologias pode proporcionar para as comunidades envolvidas, podem também desencadear uma participação limitada dos grupos locais, já que as comunidades, em sua maioria, não detêm o domínio dessas ferramentas, necessitando de auxílios externos para obter êxito no desenvolvimento das ações (COLCHESTER, 2002).

Acsehrad e Coli (2008) expressam que, desde os anos 2000, espalhou-se por diversas regiões do mundo grupos que aliavam o uso do SIG com mapeamentos que se afirmavam participativos. Corbett et al (2006), ao abordarem a inserção de tecnologias nas práticas de mapeamento participativo, exprimem algumas ressalvas, pois entendem que estas podem ter implicações profundas para alguns grupos sociais. No caso do SIG Participativo (SPIG), seus praticantes estão convictos de que os resultados alcançados com algumas populações locais foram positivos, haja vista que o SPIG pode possibilitar entre os grupos envolvidos maior interação do conhecimento geográfico, além de estimular a inovação e a mudança social.

De forma complementar, Corbett et al (2006) ressaltam que a preocupação com o uso de ferramentas digitais está imersa na viabilidade da aplicação dessas tecnologias complexas de forma participativa. Ao mesmo tempo, porém, reafirmam a existência de uma gama de ferramentas e métodos disponíveis. Eles podem variar desde cartografias efêmeras, sem o auxílio de tecnologias ou cartografia do esboço, que requerem um baixo nível tecnológico, até a inserção de tecnologias avançadas.

Esses mapas revelam-se como ferramentas úteis para mobilizar a comunidade e ensejar debates locais sobre reclamações de terras, como também auxiliar quanto às práticas de manejo dos recursos naturais. No caso das comunidades quilombolas a reafirmação das terras coletivas possibilita o “empoderamento” social e a reconstituição das identidades étnicas (COLCHESTER, 2002).

No Brasil, o emprego do mapeamento participativo pelas populações locais recebeu também outras denominações, como: levantamentos etnoecológicos, mapeamentos dos usos tradicionais dos recursos naturais, mapeamento comunitário participativo, Cartografia Social, dentre outros. Assim, novas formas de fazer cartografia surgem, incluindo agentes sociais, anteriormente excluídos de projetos cartográficos de seus territórios.

Os mapas sociais produzidos no Brasil beneficiaram diversos grupos humanos, como os extrativistas, associações de bairro e de moradores rurais e urbanos, ribeirinhos, quilombolas, quebradeiras de coco-babaçu, indígenas, dentre outros. A finalidade dos trabalhos foi bastante diversa, obtendo distintos resultados, como: 1) delimitação territorial; 2) promoção de discussões sobre o desenvolvimento local; 3) oferecimento de elementos para o desenvolvimento de planos de planejamento e gestão do território; e 4) subsídios para a elaboração de políticas de etnozoneamento. A difusão desses projetos no Brasil, de maneira mais intensa, só veio a ocorrer em 2005.

Segundo Acserald e Coli (2008), três projetos de experiências de mapeamento social foram inaugurais no Brasil. O primeiro deles é o mapeamento das Reservas Extrativistas (RESEX), almejando opções para o monitoramento e controle das áreas de antigos seringais na Amazônia, além de buscar assegurar melhorias na qualidade de vida das comunidades locais. No segundo, têm-se as iniciativas do Projeto Grande Carajás, com início em 1990, com o objetivo de identificar os diferentes tipos de conflito nessa localidade. Os trabalhos iniciados nesse projeto serviram, posteriormente, de base para elaboração do projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil. O terceiro é o caso do Projeto Mamirauá, que buscou utilizar das abordagens do mapeamento participativo para a elaboração de planos de manejo florestal comunitário para a Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Mamirauá (RDS), tendo como objetivo principal a preservação da biodiversidade.

A Amazônia tornou-se referência na utilização da metodologia da Cartografia Social, por conter grandes áreas ainda “desconhecidas”, mas com intensos conflitos fundiários. O Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA) foi o pioneiro no Brasil e contribuiu para a disseminação de opções de trabalhar com o mapeamento participativo nas comunidades tradicionais da Amazônia. A Fundação Cultural Palmares (FCP) entende essa iniciativa como um novo instrumento de fortalecimento dos movimentos sociais, transformando-os em protagonistas de sua identidade.

A Cartografia Social, nesse panorama, é compreendida como novo instrumento, que permite outra perspectiva para as comunidades tradicionais, valorizando nos sujeitos, que vivem e fazem seus territórios, múltiplas visões dos elementos que o constituem, desde suas formas de uso e costumes. Essa nova cartografia possibilita maior visibilidade e o reconhecimento da diversidade territorial das comunidades tradicionais do Brasil, uma vez que é a comunidade a definir o importante a identificar nos espaços em que vivem (MILAGRES et al, 2010).

Para a FCP (2012), o projeto PNCSA almeja com as práticas de cartografia social a elaboração de mapas que reflitam as percepções dos diversos grupos sociais sobre seus territórios e o entendimento de como suas práticas culturais ocorrem nesses espaços.

O projeto PNCSA e outras iniciativas de mapeamento participativo no Brasil já conseguiram mapear diversos núcleos quilombolas em várias partes do País. Os mapeamentos participativos cobrem uma diversidade de situações, como, por exemplo, no Pará, na Comunidade Quilombola de Jambuaçu, e no Espírito Santo, na Comunidade Quilombola do Sapê do Norte, que estão participando da elaboração dos mapas de seus territórios em decorrência da construção de grandes empreendimentos nas terras tradicionalmente ocupadas o que já acarretou a perda de importantes recursos naturais para a manutenção do modo de vida das comunidades.

O desenvolvimento de metodologias participativas, nas representações espaciais de seus territórios, permite que as Comunidades Quilombolas de Jambuaçu e Sapê do Norte aúfiram visão massiva perante o Poder Público e a sociedade civil, possibilitando maior organização comunitária reforçando o conhecimento dos moradores em relação ao seu território.

Dessa forma, ante a pluralidade de questões e grupos privilegiados com as práticas de Cartografia Social, acreditamos que a elaboração dos mapas participativos, além de almejar a demarcação das terras tradicionalmente ocupadas buscou também, a representação espacial dos aspectos simbólicos da identidade individual e coletiva da comunidade, possibilitando realizar a elaboração coletiva dos mapas para compreender o que ocorreu e ocorre em determinado território, buscando compreender as mudanças (MILAGRES et al, 2010).

No caso da Comunidade Quilombola de Nazaré, localizada no Distrito de Arapari, Município de Itapipoca no Ceará, hoje, 51 famílias da localidade vivem da agricultura familiar, do extrativismo vegetal e da criação de pequenos animais, guardando também saberes e práticas socioculturais importantes, como as festas, as manifestações religiosas, as práticas envolvendo o fortalecimento da identidade, além das relações familiares, fundamentais para a unidade do núcleo comunitário.

A necessidade de inserção da metodologia da Cartografia Social no Quilombo de Nazaré partiu da atual situação de conflito entre os quilombolas e os proprietários das terras. Esses acontecimentos ocorrem por: a) limitações quanto à utilização da terra e dos recursos naturais presentes no território; b) intimidação dos quilombolas, quanto à afirmação de sua

identidade; c) e o pagamento de um percentual da produção agrícola em troca do direito de residir nas propriedades.

A inserção de práticas da Cartografia Social no Quilombo de Nazaré tem como objetivo: i) aumentar a capacidade de solucionar problemas usando suas habilidades tradicionais e recursos locais; ii) contribuir para a sustentabilidade ao nível local; iii) possibilitar o fortalecimento da organização comunitária e do “empoderamento” local; e iv) reforçar o papel da comunidade na afirmação do território e de sua identidade. Assim, as práticas de Cartografia Social podem colaborar para uma visão global das interações sociais, sendo compreendida como um instrumento capaz de propor formas de organização comunitária, além de colaborar para obter uma imagem real das dimensões geográficas do território de Nazaré, bem como os recursos naturais inseridos em suas dimensões.

Uma das maiores vantagens na proposição advindas da Cartografia Social é o foco na comunidade, no poder de decisão, na identificação de problemas e no planejamento de ações. Assim, sua elaboração busca inicialmente respeitar a diversidade existente e intrínseca à comunidade, com destaque para seus aspectos sociais, econômicos, culturais e ambientais. É, portanto, um instrumento de autoconhecimento que possibilita a formulação de estratégias para o planejamento e desenvolvimento territorial. Sua elaboração implica a utilização de várias técnicas/instrumentos que permitem o entendimento da realidade comunitária.

No caso das comunidades quilombolas, foi um instrumento fundamental para a afirmação da identidade étnica e garantia da manutenção de seu modo de vida, com esteio luta pelo território. Na perspectiva de Milagres et al (2010), a elaboração do mapa, é a representação que seus moradores têm de seu território, daí a importância de compreendê-lo socialmente. Para Raffestin (1993, p, 143), o território [...] é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreto ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator territorializa no espaço.

Logo, pretendemos, com suporte na aplicação desse conjunto de técnicas, analisar as formas de organização comunitária, bem como realizar um levantamento da população por faixa etária, gênero e níveis de escolaridade, identificar possíveis causas de abandono da terra pela família, bem como relacionar as principais atividades produtivas desenvolvidas, agrícolas e não agrícolas. Apresentar o percentual das famílias com acesso a benefícios e discernir as diversas formas de organização da comunidade, bem como o nível de articulação com outras organizações governamentais e não governamentais.

4.4 Procedimentos técnicos e metodológicos da pesquisa

Uma das maiores conquistas das comunidades remanescentes de quilombolas, na atualidade, é o direito à permanência nas terras tradicionalmente ocupadas, entretanto, no momento de se organizarem, vários problemas afloram, dentre os quais conflitos com relação à identidade quilombola, organização social, uso e ocupação do espaço.

Logo, para a concretização dos objetivos propostos, esta pesquisa sustentou-se na utilização de metodologias de ordem qualitativa, estas compreendidas como de fundamental importância para inferir as problemáticas vivenciadas pela Comunidade Quilombola de Nazaré. Assim, o estudo estruturou-se em três etapas: i) organização e inventário dos dados secundários, ii) coleta de dados primários junto à comunidade; e iii) elaboração dos mapas participativos e análise da base de dados secundários e primários.

Em prosseguimento efetiva-se o detalhamento de cada etapa da pesquisa.

4.4.1 Etapa 1 - Organização e inventário dos dados secundários

A etapa de organização e inventário, inicialmente, correspondeu ao levantamento de dados secundários, como os bibliográficos e cartográficos. Como ensina Gil (2005, p. 44), a pesquisa bibliográfica “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituindo principalmente de livros e artigos científicos”, enquanto a pesquisa documental diferencia-se apenas na natureza das fontes, “pois esta vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico”.

Ambas são de fundamental importância para a realização de um comparativo das mudanças que o núcleo quilombola de Nazaré passou ao longo dos anos. Para tanto, as consultas estenderam-se a materiais como livros, revistas, teses, dissertações, cartilhas e em sítios virtuais que abrangem as temáticas abordadas na pesquisa.

Nessa etapa, foram realizados, também, levantamentos detalhados das características do Município de Itapipoca, considerando sua localização, processo histórico de ocupação e aspectos socioeconômicos, tornando-se uma etapa inicial para a compreensão da realidade local, fundamental para o desenvolvimento das fases posteriores.

Sendo assim, para a coleta de dados secundários, foram realizadas visitas, a órgãos de âmbito federal, estadual e municipal que dispõem de informações referentes ao quadro socioeconômico e ambiental do Município de Itapipoca, indicadores referentes ao

número de habitantes (zona rural e urbana), educação, saneamento básico, emprego e renda, habitação, cultura, energia, bem como da comunidade quilombola de Nazaré. Os levantamentos bibliográficos foram efetivados nas bibliotecas da Universidade Federal do Ceará (UFC) e da Universidade Estadual do Ceará (UECE), na biblioteca do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e na Secretária do Desenvolvimento Agrário do Ceará (SDA), Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE).

Efetivaram-se, também coleta de dados nas secretárias municipais de Itapipoca (Educação, Saúde, Cultura, Turismo e Desporto, Infraestrutura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Social) para a obtenção de informações socioeconômicas e ambientais locais, além de visitas em sedes de projetos e associações com atuação no Município, como o Projeto Rede Caritas Internacionales e da Comissão Estadual de Comunidades Quilombolas do Ceará (CEQUIRCE) que atuam na área social e fundiária, respectivamente.

Após a fase de inventário e organização, buscamos a estruturação das informações coletadas para o desenvolvimento das etapas subseqüentes.

4.4.2 Etapa 2 - Coleta de dados primários junto à comunidade

A coleta dos dados primários junto à comunidade foi fundamental para identificação das condições de vida dos moradores, evidenciando informações referentes às condições de moradia, educação, acesso à terra, alimentação, renda e trabalho, saneamento, saúde, cultura e identidade. Nesta fase, os trabalhos de campo ocorreram de modo mais sistemático almejando maior envolvimento e conhecimento preliminar do Município e da comunidade para posterior obtenção dos dados primários. A aquisição desses dados ocorreu por meio da observação participante, registros fotográficos, diário de campo e realização de entrevistas abertas e semiestruturadas.

Ressalta-se que os contatos estabelecidos com a comunidade ocorreram durante toda a execução da pesquisa, uma vez que a sistematização dos trabalhos de campo é primordial para o desenvolvimento das etapas posteriores. Ruiz (1996, p. 50) destaca o fato de que o trabalho de campo, “consiste na observação dos fatos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados e no registro de variáveis presumivelmente relevantes para ulteriores análises”, facilitando o reconhecimento das formas de uso e ocupação do solo e das transformações no modo de vida da comunidade local, suas causas e efeitos.

De forma complementar, Gil (2008), explicita que a pesquisa de campo permite por meio da observação, compreender a organização do grupo estudado, mediante a aplicação de técnicas diferentes de coletas de dados (questionários, entrevistas etc.) captando, assim, as interpretações do que ocorre no grupo. Além disso, no estudo de campo, o pesquisador realiza o trabalho pessoalmente, imergindo na realidade, buscando entender as regras, costumes e convenções que regem o grupo estudado.

Dessa forma, o trabalho de campo se torna um aliado para o bom desenvolvimento da pesquisa, pois é desenvolvido no próprio local onde ocorrem os fenômenos. Como não requer equipamentos especiais para a coleta de dados, tende a ser bem mais econômico; e como o pesquisador tem nível maior de participação, faz-se maior a probabilidade de os sujeitos oferecerem respostas mais confiáveis (GIL, 2008).

Nas considerações de Bogdan & Biklen (1994), o trabalho de campo é utilizado como uma fonte para a coleta de dados. Na comunidade, os investigadores participam do mundo do sujeito como alguém que procura compreender como é viver igual a ele. Nessa perspectiva os trabalhos de campo foram concretizados baseando-se nas seguintes disposições: a) caminhadas em grupo; b) realização de entrevistas aberta e semiestruturada; e na d) elaboração dos mapas sociais da comunidade.

Nos trabalhos de campo, as caminhadas em grupo foram uma das primeiras ações a serem realizadas. Estas ocorreram com a participação de alguns moradores da comunidade, permitindo a obtenção de informações: sobre os recursos naturais presentes no território; das práticas econômicas empreendidas (agricultura, criação de animais, entre outras); das disposições das residências; e das relações de parentesco. A realização das caminhadas ocorreu sempre aos finais de semana, uma solicitação feita pela própria comunidade, possibilitando maior aproximação do cotidiano dos moradores.

Ao longo das caminhadas, identificamos aspectos das áreas percorridas, permitindo, assim, a compreensão das áreas dentro dos limites da comunidade, com seus usos, problemas e potencialidades. Ao final de cada caminhada, foi possível constituir cenários sobre a comunidade, destacando-se as atividades produtivas como: cultivo (feijão, milho, banana, café etc.), criação de animais (galinha, porco, cabra etc.), as atividades não relacionadas à agricultura e as relações socioculturais.

Em relação às entrevistas, a preparação do roteiro foi pensada com base na definição do tipo de entrevista a ser adotada com os moradores da Comunidade de Nazaré. A realização das entrevistas ocorreu de duas formas – com entrevistas semiestruturadas e abertas. Inicialmente, foram realizadas as semiestruturadas (Apêndice 1), guiadas por um

roteiro de questões que cobriam diversas temáticas. Sua estruturação deu-se por meio de oito temas centrais: 1) Identificação do grupo familiar; 2) Patrimônio domiciliar; 3) Ocupação e renda; 4) Moradia, serviços e infraestrutura; 5) Relações sociais e organização comunitária; 6) Educação e lazer; 7) Cultura; e 8) Problemas de ordem socioambiental, possibilitando assim um levantamento detalhado da atual situação socioeconômica, fundiária, cultural e ambiental da comunidade.

A realização das entrevistas semiestruturadas ocorreu, com 25 chefes de família, residentes na comunidade. A definição das pessoas a serem entrevistadas não obedeceu a nenhuma ordem, mas deu-se buscando primeiramente estabelecer um contato inicial com os moradores e traçar um perfil das condições de vida dos moradores de Nazaré.

Já em relação às entrevistas abertas, a dinâmica proposta foi diferenciada. Dentre as 51 famílias residentes em Nazaré, foram selecionadas, em conjunto com os representantes da comunidade, 4 pessoas que melhor poderiam retratar a história da comunidade, sua luta pelo reconhecimento quilombola e as problemáticas enfrentadas na atualidade no tocante à questão fundiária e à identidade local.

Dentre os tipos de entrevistas existentes, optamos pela utilização da entrevista aberta, guiada por questões determinadas anteriormente, mas com abertura para a inclusão de questões que permearam a temática abordada. Para Bogdan e Biklen (1994) as entrevistas podem ser utilizadas em conjunto com a Observação Participante e com outras técnicas de coleta de dados. Além disso, podem ser utilizados tipos de entrevistas em fases de um mesmo estudo, permitindo cobrir diferentes perspectivas vivenciadas dentro do quilombo de Nazaré.

De forma complementar, buscamos com base nos trabalhos de campo, a definição dos mapas a serem confeccionados em conjunto com a comunidade, como pode ser observado na terceira etapa da pesquisa. Estes buscaram retratar: 1) as delimitações do território de Nazaré; 2) os recursos naturais; 3) os espaços de socialização; e 4) a disposição de algumas propriedades e relação de parentesco.

4.4.3 Etapa 3 - Elaboração dos mapas participativos e análise da base de dados secundários e primários

O desenvolvimento das práticas de mapeamento participativo na comunidade ocorreu em quatro etapas. A primeira correspondeu à participação nas reuniões da Associação, objetivando consultar os moradores quanto ao interesse em realizar o mapeamento da comunidade. Nesse momento, procuramos abordar a importância do

envolvimento da comunidade nesse tipo de atividade. Já na ocasião, foram levantados por alguns moradores, questionamentos sobre a importância da comunidade ter um mapa que retratasse o significativo para cada morador de Nazaré.

Na segunda etapa do mapeamento participativo, inicialmente, identificamos quais as demandas da comunidade. Questões referentes ao reconhecimento junto ao Poder Público, demarcação do território, localização dos principais recursos naturais, espaços de socialização e a disposição das residências no território foram temáticas suscitadas pelos próprios moradores com a identificação do que era importante para os moradores de Nazaré, saímos para a apresentação do que é a Cartografia Social e a qual a sua importância para as comunidades locais.

Foi então, demonstrado para os moradores a importância do mapeamento participativo para o fortalecimento da comunidade. Além disso, experiências de mapeamento participativo iniciadas por outras comunidades no Ceará foram demonstradas, para que os moradores compreendessem que esses problemas estão presentes em diversas comunidades urbanas e rurais no Estado do Ceará.

A terceira etapa correspondeu inicialmente, à introdução da temática Cartografia Básica para os moradores de Nazaré, pois entende-se que só é possível realizar o mapeamento participativo se os moradores se apoderarem do conhecimento, das técnicas e instrumentos para sua concretização, ou seja, o mapeamento participativo só ocorre quando acontece o compartilhamento dos conhecimentos advindos da educação cartográfica. Dessa forma, antes da confecção dos mapas de Nazaré, os moradores foram convidados a participar do processo de alfabetização cartográfica, onde ocorreram exposições sobre o que era a cartografia; qual a importância de um mapa; por que eles são criados e de que forma são utilizados; e se já haviam visualizado algum lugar na forma de um mapa.

Após a apresentação inicial, ocorreu à exibição dos elementos do mapa (título, legenda, rosa dos ventos, escala); os tipos de imagens obtidas por sensoriamento remoto, por imagens de satélites ou aerofotogrametria; instrumentos de localização, como GPS e a bússola. A compilação dessas informações subsidiou a realização da etapa posterior.

Na quarta etapa, foi possível iniciar a feitura dos mapas de Nazaré, com base na identificação do que seria importante ser representado em um mapa. Antes, porém, ressaltamos que, para o sucesso dessa fase, contamos com o apoio técnico do grupo de trabalho do Laboratório de Geoprocessamento (LABOCART), sediado no Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará (UFC).

A elaboração dos mapas de Nazaré contou com a presença de 15 moradores, buscando no grupo de trabalho da comunidade maior diversidade de participantes. Pode-se contar com o envolvimento de jovens, adultos e de algumas crianças. As primeiras definições do que seria mapeado partiram do grupo de trabalho dos agricultores, eles resolveram identificar, pelas imagens de satélite disponibilizadas pelo Google Earth 2010, os recursos hídricos e as áreas destinadas para os roçados dentro do território de Nazaré.

Além dos recursos hídricos e das áreas de cultivo, os moradores também elaboraram representações espaciais das disposições das residências. A relação de parentesco entre os moradores foi representada também por outros moradores, mas estes deram preferência a utilizar somente a memória para a construção de seus mapas.

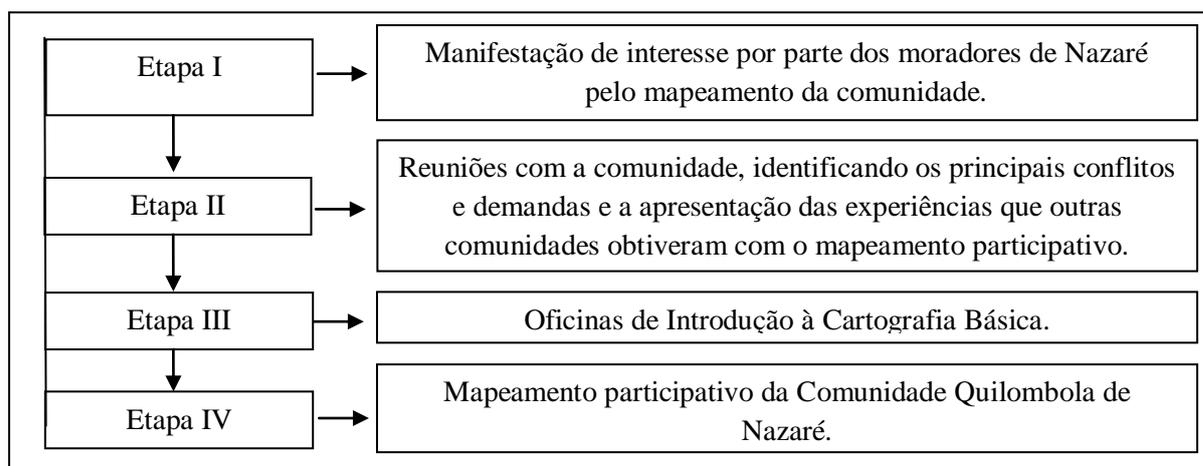
Ressalta-se que as atividades de mapeamento participativo não tiveram a intenção de oficializar uma delimitação geográfica do território de Nazaré, junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária do Ceará (INCRA), mas possibilitar a discussão de questões importantes para a comunidade, identificando temas de interesse e preocupação dos moradores.

Por isso, as representações dispostas nesta pesquisa não recorreram somente à utilização de tecnologias da geoinformação, uma vez que essas informações não se encontram no alcance dos moradores da comunidade Quilombola de Nazaré. A escolha dessa forma de exposição ocorreu por acreditarmos que o processo de “empoderamento” pode ocorrer independentemente da inserção de procedimentos tecnológicos na confecção dos mapas participativos. Ao acreditarmos que o mais importante foi estabelecer uma relação aberta e dialogal entre os próprios moradores da comunidade, uma vez que o “empoderamento” situa as pessoas no centro das discussões, para a superação dos problemas vivenciados cotidianamente.

Como destaca Andrade (2008), o fato das tecnologias estarem disponíveis para acesso e as informações cartográficas na internet em bancos de dados, não significa seu uso por qualquer pessoa. A utilização de determinadas ferramentas necessita de um treinamento especializado. Por isso, o autor acredita que disponibilizar o SIG na internet não significa efetiva participação das comunidades locais, necessitando de opções para uma real participação dos grupos envolvidos.

Na figura 4, pode ser observado um fluxograma detalhando das etapas das atividades de mapeamento participativo desenvolvido na Comunidade Quilombola de Nazaré.

Figura 4 – Fluxograma das atividades de mapeamento participativo em Nazaré.



Fonte: Chaves (2013).

Após a conclusão dos mapas de Nazaré, houve a fase de análise, abrangendo o tratamento dos dados. Assim, após a estruturação dos indicadores pode-se analisar as formas de organização social e espacial da comunidade com suporte em três perspectivas: i) inicialmente, pelo levantamento do processo histórico e da trajetória da população e com a identificação das condições sociais, econômicas, culturais e ambientais dos moradores da comunidade, uma vez realizadas as entrevistas abertas e semiestruturadas; ii) posteriormente foram abordados alguns questionamentos referentes à formação da identidade quilombola, evidenciando como a autodefinição reflete na luta pela titulação do território de Nazaré; e iii) por fim, foi efetuado o mapeamento social da comunidade. A concretização dessa fase foi fundamental, para atingir os objetivos propostos na pesquisa.

A compilação dos resultados do diagnóstico realizada sobre a comunidade, com base no levantamento de informações referente às condições de vida e as formas de organização social e espacial da comunidade a partir dos indicadores já explicitados, permitiu realizar a proposição de algumas opções que possam subsidiar melhorias na qualidade de vida dos moradores de Nazaré. Foram sugeridas propostas adequadas à realidade socioeconômica e ambiental da comunidade e do município onde ela está inserida, levando em considerações as formas de vida já empreendidas por esse grupo, buscando a sustentabilidade da comunidade.

CAPÍTULO 5

5. QUILOMBO DE NAZARÉ: ONDE A VIDA ACONTECE E FAZ SENTIDO

Nazaré localiza-se na região serrana do Município de Itapipoca, na divisa entre os municípios de Itapipoca e Uruburetama. Possui entre 640 a 750 metros de altitude, encontrando-se a 13 km da Sede municipal (Itapipoca). Esta região, onde hoje, se encontra a Comunidade Quilombola de Nazaré, foi ocupada por colonizadores e por escravos fugitivos desde o final do século XVIII.

A geografia da localidade, com altitudes elevadas, relevo acidentado e vegetação densa e de acesso difícil foi circunstancial para a manutenção das atuais condições de vida dos moradores locais. No presente, a acessibilidade ainda é laboriosa, pois não são todos os veículos que conseguem realizar o percurso; alguns deles foram adaptados para realizar o transporte de pessoas.

Logo, neste capítulo, se focalizará uma discussão no entendimento da trajetória e formação da Comunidade de Nazaré, bem como no reconhecimento das formas de uso e ocupação do território. Além disso, buscou-se com a realização das entrevistas abertas e semiestruturadas, traçar um perfil das condições sociais, econômicas, culturais e ambientais dos moradores da comunidade, possibilitando, assim, a proposição de opções para uma melhor qualidade de vida.

5.1 Nazaré: enredo histórico de origem e trajetória da população

A reconstituição dos caminhos percorridos pela comunidade até a atual conjuntura de luta pela permanência nas terras tradicionalmente ocupadas fez-se necessária para compreender como os moradores de Nazaré conseguiram, ao longo do tempo, reproduzir seu modo de vida, suas práticas culturais, econômicas e suas relações tradicionais com os recursos naturais.

Como assinalado em momentos anteriores, os grupos hoje considerados remanescentes de quilombos constituíram-se com apoio em uma diversidade de processos, que incluem: as fugas com ocupação de terras livres e geralmente isoladas, mas também as heranças, doações, recebimento de terras como pagamento de serviços prestados ao Estado; a simples permanência nas terras que ocupavam e cultivavam no interior das grandes propriedades; bem como a compra de terras, tanto durante a vigência do sistema escravocrata quanto após a sua extinção (SCHMITT, et al, 2002, p. 03).

Segundo relatos de F,C,4,B, atual presidente da Associação dos Remanescentes de Quilombola de Nazaré (ARQNA), as origens de ocupação do território de Nazaré estão relacionadas ao seu tataravô, que trabalhava como escravo na região de Acaraú e com o tempo fugiu buscando refúgio na localidade de Itapipoca. A própria F,C,4,B evidencia que ele não veio trabalhar como escravo, mas buscar refúgio da situação em que se encontrava. Com o passar dos anos, constituiu família, juntamente com outros escravos fugitivos. Cândido Sousa é da família materna, vindos de Acaraú e os Santos do lado paterno, também fugitivo, mas não se tem notícias da localidade onde residiam antes de chegarem à Itapipoca.

Na reconstituição da história do Quilombo de Nazaré, as atuais lideranças da comunidade (F,C,4,B, - F,B,3,B e M,A,Z,A) iniciaram, por conta própria, o resgate histórico da comunidade. Chegaram a declarações de moradores mais antigos de que a comunidade havia sido fundada ainda no tempo da colonização do Brasil, por um português de nome desconhecido, mas que todos chamavam de Capitão-Mor, que estabeleceu residência com outros portugueses na localidade, levando consigo uma acentuada quantidade de negros refugiados que ali se estabeleceram para trabalhar para os brancos.

A formação de quilombos a partir da fuga e ocupação de áreas distantes foi bastante comum em diversas regiões do Brasil. Mesmo após a abolição, as condições de vida e, principalmente, de trabalho, foram modificadas. F,B,3,B salienta que, segundo o levantamento feito pelos moradores, a família Alves, um dos posseiros da localidade, necessitavam de trabalhadores para as lavouras, e já estavam recrutando pessoas no Distrito de Arapari (Itapipoca) com habilidades para a agricultura. Seus familiares que já tinham experiência com as lavouras em Acaraú foram trazidos pelos brancos para trabalhar em troca de uma pequena remuneração; não mais como escravos, mas mantendo sempre a condição do branco como proprietário e do negro como trabalhador. Fugiu da condição de escravo, mas não era totalmente livre.

Ao longo dos anos, esses grupos de portugueses foram constituindo residência na localidade e dando surgimento a outros grupos familiares, conhecidos como “os setes herdeiros” pelos moradores de Nazaré. Estes ainda hoje são reconhecidos como os atuais proprietários das terras localizadas no território quilombola de Nazaré e, por meio das concessões, permitem que os moradores residam na localidade.

A respeito da denominação Nazaré ainda não se sabe ao certo o motivo. Nos relatos orais os moradores acreditam que o nome tenha sido escolhido por influência religiosa portuguesa, talvez daí, o fato de a padroeira da comunidade ser Nossa Senhora de Nazaré, que encontra nos moradores grande devoção. Uma das principais festividades presentes na

comunidade é a festa da Padroeira, que ocorre no mês de agosto, envolvendo os moradores e algumas comunidades vizinhas.

Na atualidade, o Quilombo de Nazaré é retratado como um povoado, constituído por moradores que vivem no mesmo núcleo residencial há cerca de quatro gerações, portanto são mais de 200 anos de vivência na mesma localidade. A comunidade é constituída por 51 famílias, totalizando em média 280 pessoas, dentre as quais crianças, jovens e adultos. Nessa contagem, também estão presentes sete famílias, pertencentes ao grupo familiar dos sete herdeiros. Alguns são os proprietários da terra e outros parentes que conseguiram a permissão para residir em suas propriedades e famílias que foram incorporadas ao grupo quilombola pelas relações estabelecidas ao longo do tempo e também em decorrência da instalação do sistema de energia elétrica na comunidade, que incorporou algumas famílias residentes em comunidades vizinhas.

Os laços familiares constituídos, ao longo dos anos garantem o fortalecimento da comunidade, mesmo estes passando por algumas modificações ao longo do tempo, como, por exemplo, as uniões matrimoniais que em anos anteriores eram permitidas apenas com membros da comunidade, hoje já não são mais obrigatórias, não significando, assim, a perda da unidade familiar.

As condições precárias da comunidade também contribuíram para que um grande número de pessoas migrasse para outras localidades. Alguns moradores possuem familiares em outras regiões do Estado, como Fortaleza e Maracanaú, e também em outros capitais, como São Paulo e Rio de Janeiro. Algumas dessas famílias se deslocaram por completo em busca de melhores condições de vida. Na festa da padroeira, Nossa Senhora de Nazaré, foi possível constatar que a quantidade de famílias que constituíam o grupo familiar de Nazaré era bem mais expressiva. Muitos que atualmente não moram na Comunidade, anualmente se deslocam até Nazaré para participar das novenas realizadas no mês de agosto, durante a festividade.

A reconstituição da história da comunidade de Nazaré está em movimento constante. Buscam-se os laços que se perderam e tentam na atualidade o resgate e valorização de suas manifestações culturais. Ainda existe muito medo na fala dos moradores, mas percebe-se que o desejo de continuar vivendo como sempre viveram é maior.

5.2 Identidade quilombola e a luta pela terra

Conflitos sociais no campo no Brasil não representou exclusividade de nossos tempos, mas sim uma marca do desenvolvimento e do processo de ocupação do campo no País; os grupos indígenas foram os primeiros a conhecer a avidez de terra por parte dos colonizadores. Simultaneamente à luta dos indígenas, nasceu a peleja dos negros escravizados contra as formas de trabalho empreendidas pelos portugueses (OLIVEIRA, 1989).

Matos (2005) esclarece que nesses grupos, como é amplamente conhecido, no ato legal da abolição da escravidão no Brasil, em 13 de maio de 1988, pela Lei Áurea, receberam o direito à liberdade, mas quase não foram discutidas formas de reparação aos ex-escravos e nem meios para incluí-los na estrutura social vigente naquele período. Até mesmo porque, ao conquistarem a liberdade, os ex-escravos continuaram trabalhando com seus antigos donos na monocultura, com remunerações bem inferiores às horas dedicadas ao trabalho, ou seja, as práticas opressoras continuaram ocorrendo contra a população negra, favorecendo a manutenção das formas de resistência.

Assim, como as formas de violência se mantiveram mesmo após a abolição, as fugas e a formação de quilombos e a manutenção dos existentes continuaram ocorrendo nas diversas regiões do Brasil, propiciando o surgimento de várias comunidades quilombolas. Hoje a luta do movimento quilombola contemporâneo não está mais atrelada à fuga, mas sim à manutenção das formas de vida nas terras que ocupam tradicionalmente.

As serras, local escolhido pela família fundadora da Comunidade de Nazaré, serviram como refugio para as condições de trabalho a que estavam submetidos. Ainda hoje em sua paisagem revelam traços daqueles tempos. Como demonstrado na figura 5, na Comunidade, ainda é possível ver a existência de casas de farinha e de rapadura, cultivos de café e cana, que em muito lembram as condições vivenciadas por seus antepassados. Na atualidade, o clima agradável e uma vegetação densa permite a criação de animais de pequeno porte, como galinhas, porcos, cabras e o cultivo de pequenos roçados de milho, mandioca e banana, garantindo a subsistência dos moradores de Nazaré.

Figura 5 – Imagens do engenho na comunidade de Nazaré.



Fonte: Chaves (2013).

Nessa perspectiva, procuramos entender como a identidade quilombola é apreendida e internalizada pelos moradores de Nazaré e de que forma a luta pela ocupação das terras é uma opção encontrada para afirmação como quilombolas. Assim, as informações referentes à constituição da identidade quilombola e a luta pela posse da terra basearam-se em entrevistas cedidas pelas atuais lideranças da Comunidade, pelas conversas informais e pela observação direta.

Em seu depoimento, F,C,4,B relata que, pela execução de um projeto da Secretária de Cultura, intitulado “Mapeamento Cultural”, no ano de 2003, os moradores de Nazaré iniciaram suas primeiras indagações acerca de sua ancestralidade. Foi o despertar para a autodefinição. A equipe de trabalho de Itapipoca, selecionada para percorrer as terras de Nazaré, ficou surpresa com a quantidade de negros aglomerados em um local, vivendo sem terra e sem um lugar digno para morar. Após essas visitas, os moradores da comunidade começaram a questionar sua identidade, a história de seus antepassados e suas atuais condições de vida. Ela informa-nos como tudo isso começou,

[...] a gente começou a fazer uma pesquisa oral minha irmã, junto com o senhor José Santana, mas, o Erivelton e eu, ai a gente começou a ir atrás das pessoas mais antigas, para questionar a nossa ancestralidade. O levantamento foi feito pela própria comunidade, depois desse mapeamento cultural, porque antes a gente não tinha se alertado para isso, sabíamos que éramos negros, sabíamos que nossos familiares tinham que trabalhar, todo dia para esse povo ai, que eram obrigados a trabalhar, pra receber o que eles mandavam tudo tinha que ser de metade. (F,C,4,B, 2013).

Dessa forma, no presente, a história e a identidade quilombola de Nazaré estão sendo reconstituídas e reinscritas pelos próprios moradores da comunidade. F,C,4,B nos informa de que, a decisão da comunidade pela autodefinição foi bastante conturbada. Um dos principais problemas enfrentados pela comunidade foi a paralisação dos serviços prestados aos posseiros das terras. Ela relata que hoje, no ano de 2013, a produção dos canaviais e do café antes cultivada pelos moradores de Nazaré praticamente não existe mais, porque os quilombolas sabem que não são mais obrigados a cultivar a terra, fazer a colheita e disponibilizar metade do que foi produzido para determinada pessoa. Antes eles eram obrigados, pois não tinham escolha e nem havia ninguém que combatesse essa prática, mas hoje os moradores já sabem que não são mais obrigados a trabalhar, e, caso sejam forçados, podem recorrer à Justiça.

Os conflitos relacionados à posse da terra são geradores de variados embates, não só com as comunidades quilombolas, mas também diversos grupos que lutam pela posse da terra. Buscando amenizar possíveis confrontos, as lideranças da Comunidade de Nazaré, desde o momento em que iniciaram o processo de autodefinição e reconhecimento da comunidade junto às instituições públicas federais e estaduais, estabeleceram uma relação aberta e dialogal com as famílias que afirmam ser os proprietários da terra. Segundo M,F,4,P

No início a gente tentou fazer uma conversa com eles, a gente até mandou carta pra fazer uma reunião aqui no Nazaré, só que eles não aparecem, porque tinha uma promotora que morava em Itapipoca, ai ela falou para os donos das terras que eu e minha irmã estávamos se juntando para tomar as terras, ai deu uma revolução muito grande deles, a gente tentou fazer uma outra reunião com eles, mas eles não apareceram, ai eu fiz um esclarecimento na rádio, a questão do movimento, a participação do ministério público que está a disposição da gente, falei que o nosso objetivo não era tomar terra de ninguém, mas o nosso objetivo era conseguir moradia digna de uma forma viável e outra, com as delimitações do território de Nazaré, todos os proprietários iam ser ressarcidos e a gente ainda disse que aqueles que quiseram ficar junto com a gente não ia ter problema, iriam ficar com a terra igualmente como qualquer um [...]. (F,C,4,B, 2013).

O dialogo é a principal ferramenta utilizada pelos moradores de Nazaré, em particular referente aos esclarecimentos do processo de titulação das terras. Apesar de a comunidade ainda não ter dado entrada junto ao INCRA para os procedimentos de titulação das terras, esta já obteve a certificação junto à FCP (Anexo 1), vista pelos moradores da Comunidade como fator fortalecedor da identidade, “depois da chegada da FCP a comunidade se sentiu mais segura, depois que o documento final foi apresentado várias vezes pra eles, eles tiveram mais coragem de se autodefinir”- relata F,C,4,B.

Ela ainda nos informa que o pedido de certificação junto à FCP ocorreu em 2009. A comunidade recebeu a visita, primeiramente, de profissionais ligados ao Estado para colherem as primeiras informações, posteriormente acolheram os antropólogos ligados ao INCRA e depois da Defensoria Pública. Com o término desses procedimentos, a FCP voltou à Comunidade para a realização dos trabalhos de campo, registros fotográficos e entrevistas com os moradores mais antigos. No final de 2011, a comunidade recebeu oficialmente a certidão de autodefinição pela FCP.

A identidade quilombola na comunidade é uma realidade vivenciada cotidianamente pelas lideranças. Para F,C,4,B, reconstituir a identidade da Comunidade não foi fácil, em anos anteriores. Ela acredita que o maior sonho do negro era ser branco, e esse tipo de pensamento contribuiu bastante para intimidar os moradores de Nazaré na constituição de sua identidade, principalmente porque os moradores eram identificados primeiramente pela cor de sua pele.

Os moradores de Nazaré, ao buscarem conhecer sua história e o fortalecimento de sua identidade, retiraram da obscuridade questões que há muito tempo não eram debatidas dentro da comunidade. Falar abertamente sobre a identificação como negro e a respeito das condições de vida de seus ancestrais, por exemplo, é uma das temáticas retiradas do anonimato. O surgimento dessas questões, entretanto, não é tratado da mesma forma por todos

os moradores. Muitos, ainda, se sentem constrangidos em utilizar determinados termos, como: negro, preto e trabalho escravo, isso pode ser associado, à forma como eram retratados ou identificados por moradores de outras localidades.

F,C,4,B expõe que, por diversas vezes, ao caminharem pelas ruas de Itapipoca, eram tachados como os negros de Nazaré, como a comunidade que só tinha negros. Até mesmo em momentos políticos, de esclarecimento das ações realizadas pela comunidade em relação a sua autodefinição, não eram respeitados. Ela ainda nos conta que um desses episódios ocorreu na rádio da Cidade, para onde havia sido convidada a falar sobre a existência de um quilombo dentro de Itapipoca. Ao término de sua participação, recebeu várias críticas de moradores da Sede municipal, afirmando que ela havia ido à rádio só para ser chamada de negra. Essas situações acabaram limitando e até mesmo contribuindo para que as pessoas da comunidade temessem falar sobre sua cor, a respeito de sua identidade quilombola.

F,C,4,B e F,B,3,B relatam que, no início, encontraram dificuldades na manifestação dos moradores pela autodefinição. Nas reuniões da Associação, eram elaboradas oficinas e palestras, mas os moradores permaneciam em silêncio. A associação organizou, juntamente com professores universitários, a vinda de profissionais que pudessem dar subsídios relacionados às questões da identidade individual e coletiva e, mesmo assim, os moradores continuavam receosos de se assumirem como negros e de se definirem como quilombolas. O receio da autodefinição está atrelado principalmente por temerem represálias por parte dos posseiros. Alguns tinham tanto temor que solicitaram que a Associação interrompesse a luta. Além disso, as diversas formas de preconceito a que estavam submetidos durante todos esses anos também foi um fator intensificador.

Durante a visita às residências, os moradores foram convidados a falar sobre questões referentes: a conflitos pela posse da terra, identidade quilombola e condições de vida, privilegiando indicadores de saúde, educação, cultura, renda e trabalho, infraestrutura e moradia. Das 25 residências visitadas, seus chefes de famílias ou seus cônjuges afirmaram ser quilombolas, mas não sabiam ao certo definir o que isso significaria. Alguns moradores atrelavam a atual situação da comunidade ao período da escravidão, relatando o sofrimento de seus familiares e que agora a vida estava bem melhor.

Isso ocorre, como destacam Calheiros e Stadtler (2010), pois a origem da palavra quilombo é estranha para a maioria das comunidades de negros urbanos e rurais localizadas no Brasil. Este termo é de origem umbundu, tendo o seu conceito formado entre os povos africanos de línguas bantu. No Brasil, o termo foi originalmente utilizado em referência ao

espaço e como movimento de resistência ao sistema escravocrata, sendo responsáveis pela formação de núcleos paralelos de poder, produção e organização social.

Ao serem perguntados se já haviam sofrido alguma forma de preconceito, já que antes eram vistos apenas pela cor de sua pele, hoje estes afirmaram não sofrer nenhum tipo de preconceito; entretanto, o senhor M,D,1,A menciona que nem sempre foi assim, afirmando conhecer bem a história da comunidade e das condições de opressão a que estavam submetidos. Mencionou que por diversas vezes ouviu palavras preconceituosas, mas hoje as pessoas têm receio de falar alguma coisa contra os quilombolas. Ele ainda diz que recentemente havia pegado uma carona e o senhor que estava na direção começou a intimidá-lo com palavras, e aí o senhor M,D,1,1 afirmou que não estava com medo, que era quilombola, e no mesmo momento o senhor que dirigia o veículo pediu desculpas e disse que não tinha a intenção de ofendê-lo.

Em entrevista cedida por F,C,4,B ela nos declara que “[...] hoje a gente não sofre preconceito, mas a gente sofria muito preconceito antes da gente se autodefinir, eu acho que a dificuldade muito grande é a gente se autodefinir porque depois que a gente se defini as pessoas vem pra cima da gente, dizendo nossa você é muito guerreira”. Ainda de acordo com F,C,4,B, com a elaboração do Decreto 4.447/03, dando o direito desses grupos à autodefinição, ocorreu o fortalecimento das comunidades locais. Ela retrata que,

[...] depois que a gente se autodefinimos como quilombola aí pronto, as coisas ficaram melhores, e quando a gente vai buscar alguma coisa eu vejo que tem mais interesse, só que eu vejo, que às vezes as pessoas que estão no poder público não entendem bem isso, eles ficam nos questionando, não possuem muito esclarecimento, eles relacionam não é muito da autodefinição, mas a questão que eles vem nas pessoas, eu tava conversando com a uma mulher da secretária de educação, e ela estava falando porque eu coloquei no meu endereço como comunidade quilombola, vocês dizem que são uma comunidade quilombola mas não é não, como é que vocês são descendentes de escravos e lá em Nazaré os pessoal não veste aquelas rouponas, e nem tem aquelas comidas e pra vocês serem quilombolas vocês tinham que ter tudo isso. Aí eu disse pra ela que essa questão é de autodefinição, agora o que se perdeu dos nossos, nos vamos procurar resgatar eu sei que é muito difícil uma cultura que foi matada, as pessoas que foram escravizadas quando eles foram trazidos de seus locais eram exclusivamente para trabalhar se eles cultuavam alguma coisa, se eles tinham vestimenta predominante era uma coisa que eles tiveram que abandonar, porque eles vieram só pra ser mandados e aí não tem como a gente resgatar uma história desse jeito, mas a gente tem que tentar resgatar aos poucos, a gente tem consciência que os quilombos de antes não pode ser o mesmo de hoje, a gente ainda encontra comunidades que conseguiram preservar a questão das roupas. Que nem a gente vê comunidade indígena que se caracterizam somente em dia de festa, mas normalmente eles se vestem normal que nem aprenderam. (F,C,4,B, 2013).

Pereira (1989), expressa a idéia de que essa visão estereotipada ainda permanece no imaginário de muitas pessoas. Para essas a existência desses grupos está atrelada à manutenção de uma vida pura, racial e culturalmente primitiva. Ainda salienta que essa é uma luta cotidiana enfrentada pelos antropólogos na ruptura desses pensamentos vigentes no senso comum e nos discursos de muitos estudiosos e agências governamentais com fins políticos.

Apesar de a história da formação do Município sempre ser lembrada nos momentos festivos pela interligação do índio, negro e do europeu, estes são esquecidos no restante do ano. A falta de esclarecimentos e maior articulação dos diversos setores do poder público, ao nível municipal, retarda muitas ações que poderiam facilitar, não só, os processos de identificação, mas também o despertar dos moradores para a diversidade presente no Município. Nas visitas às secretarias municipais, evidenciamos a falta de esclarecimento quanto à existência de comunidade quilombola no Município. Muitos até não entendiam o interesse de pesquisar as condições de vida desse grupo familiar. A inexistência de estudos sobre a comunidade também foi constatada.

F,C,4,B expõe que agora, como trabalha na Secretaria de Cultura Municipal, nota que a diversidade cultural no Município não é trabalhada. Ainda relata que teve uma experiência muito constrangedora no ano passado. Ela nos diz que

[...] acho que foi na quinta feira, a gente tava visitando as escolas pra ver se as aulas estão acontecendo mesmo, pra valer. A gente chegou na escola a tarde no fundamental II, e ai eu passando, assim, pelo corredor e os alunos mangando, cada sala que eu passava e ai dizia gente boa tarde ai todo mundo parava e ficava olhando, ai eu sai, ai ela falavam mangando, dizendo quer um pente para pentear os seus cabelos, eu voltei e disse não, porque o meu cabelo é assim, por mais que eu penteie ele vai ficar assim, não precisa de pente isso é uma questão da pessoa, o meu cabelo é bem característico, é enrolado, e pra mim preservar minha cultura ele vai ficar enrolado, mas se eu quiser eu posso mandar esticar e ai ele vai ficar penteado, mas, se não ele vai ficar desse jeito aqui, ai comecei a falar um pouco da história e eles ficaram calados. (F,C,4,B, 2013).

O estabelecimento de padrões estéticos em uma sociedade pode ser visto como uma forma de mascarar a diversidade étnica presente nos diversos grupos sociais. A não aceitação de tais padrões expõe a pessoa a uma situação de confronto com os padrões vigentes. Sousa (2008, p. 117) manifesta a idéia de que, no inicio dos anos 1980, a identidade étnica do negro estava determinada por seu fenótipo. “A fuga desses estereótipos surge como fuga das ações discriminatórias e os traços evidenciados na cor da pele e no cabelo desqualificavam socialmente o seu portador, as alternativas encontradas para evadir-se dessa situação são vistas nas investidas em correções daquilo que julgam ser um problema”.

De forma complementar, Sousa (2008, p. 118) exprime que, na atualidade, em alguns grupos,

[...] o cabelo crespo ou os penteados étnicos representam, respectivamente, um estigma e um signo de afirmação identitária. No imaginário popular, o cabelo é uma linguagem que ajuda a decifrar o lugar social dos sujeitos e, portanto, de sua vulnerabilidade à discriminação. O desejo manifesto pelos negros em disfarçá-lo ou negá-lo, das mais variadas formas, representa uma tentativa de camuflar o pertencimento étnico-racial, encobrendo dificuldades e dilemas pessoais de auto-aceitação e convivência com a discriminação.

Na visão de Sousa (2008, p. 119), “por influência do Movimento Negro contemporâneo o cabelo tem adquirido um caráter importante no reconhecimento das raízes africanas, sinal de resistência contra a imposição de um padrão estético europeu e como forma de denúncia do racismo”. Na comunidade de Nazaré, a valorização de seus traços fenotípicos, principalmente do cabelo, já é uma realidade.

Em entrevista, F,B,3,B, uma das atuais lideranças da comunidade, relata que o resgate das manifestações culturais é uma das opções encontradas para se trabalhar a identidade da comunidade. Ela acredita que, mediante a reconstituição dos elementos culturais, obtém-se maior envolvimento, tanto dos jovens, como dos adultos. Ela destaca que a Associação sempre almejou uma forma de trabalhar o fortalecimento da identidade com os moradores de Nazaré.

Onde a gente tinha um espaço melhor a gente foi introduzindo. A questão da igreja, a gente procurou já colocar música em estilo afro, a cantar dentro das novenas. Sofremos algum tipo de preconceito, que às vezes a igreja não aceita, porque são ritmos do candomblé e essas coisas, mas a gente foi introduzindo aos poucos. Onde a gente teve espaço para trabalhar a cultura afro assim nos fizemos, como os ritmos afro dentro das celebrações que era onde a gente poderia pegar mais gente, o espaço que a gente tinha era esse, então a gente foi usar esse. Nas reuniões da associação a gente sempre fala, porque tem o momento da associação quilombola e da associação de moradores então a gente tem o momento de formação pro povo quilombola sempre trazendo essas informações, mas o que a gente pretende é expandir mais. (F,B,3,B, 2013).

F,B,3,B acredita que a valorização da cultura dentro da comunidade fortalece a identidade quilombola, principalmente dos mais jovens, que despertam grande interesse nos ritmos, instrumentos e danças africanas. No decorrer das visitas à Comunidade, para as observações da organização dessas atividades, alguns jovens utilizavam vestimentas com estampas que retratavam bem essa valorização. Dizeres como: “*Unidos somos mais fortes*”;

“*Negros sim!*”, demonstram a força da juventude de Nazaré. Muitos jovens estão envolvidos não só nas atividades culturais da Comunidade, como também são responsáveis pelo fato de representarem a comunidade em diversas ações políticas.

Dessa forma, a associação procura, junto ao Poder Público, informações referentes às manifestações culturais africanas que, ao longo do tempo, foram esquecidas e negligenciadas pela sociedade de uma forma em geral. As atuais mobilizações empreendidas pela Associação ocorreu no sentido de inserir aulas de capoeira, tranças e penteados afro e de instrumentos musicais no cotidiano da Comunidade.

Apesar das conquistas já alcançadas, F,C,4,B relata que “o principal problema hoje na autodefinição é a terra, porque eles têm medo de alguns proprietários que se diz valente”. Durante os trabalhos de campo, alguns moradores relataram que a pressão para a utilização de determinados espaços dentro da comunidade ocorre, sempre por parte dos proprietários, que definem os espaços a serem utilizados dentro do território, como foi relatado pelo senhor M,D,1,A, que teve um desentendimento com a família que possuiu a propriedade das terras que ocupa. Essas desavenças comprometeram o fornecimento de água para sua residência, pois o posseiro construiu uma barragem impedindo o fluxo da água. Além da água, outros moradores não conseguem permissão para introduzir ou aumentar às áreas de cultivo, tendo que realizar o arrendamento de lotes próximos à comunidade.

Hoje a nossa comunidade é bem conhecida nacionalmente, pois além do fortalecimento da identidade quilombola, temos cestas básicas para as famílias, a conquista da energia elétrica e do calçamento das estradas lisas e altas e, por último, conseguimos um projeto produtivo do Governo do Estado, que é uma fábrica de confecção que denominamos de Fabrica de Costura Malharia Quilombola. “O Quilombo de Nazaré é lindo, com belas matas, árvores frutíferas, muitas palmeiras, e com água cristalina; é lindo o nosso paraíso e muito aconchegante”, fala F,C,4,B, ao final da entrevista.

5.3 Condições de moradia, serviços e infraestrutura da comunidade.

5.3.1 Aspectos do patrimônio domiciliar

No item referente aos aspectos do patrimônio domiciliar, identificou-se informações relacionadas: à existência da posse ou propriedade da terra; à situação do morador em relação à propriedade; aos bens existentes dentro da propriedade; e às condições físicas de sua estrutura.

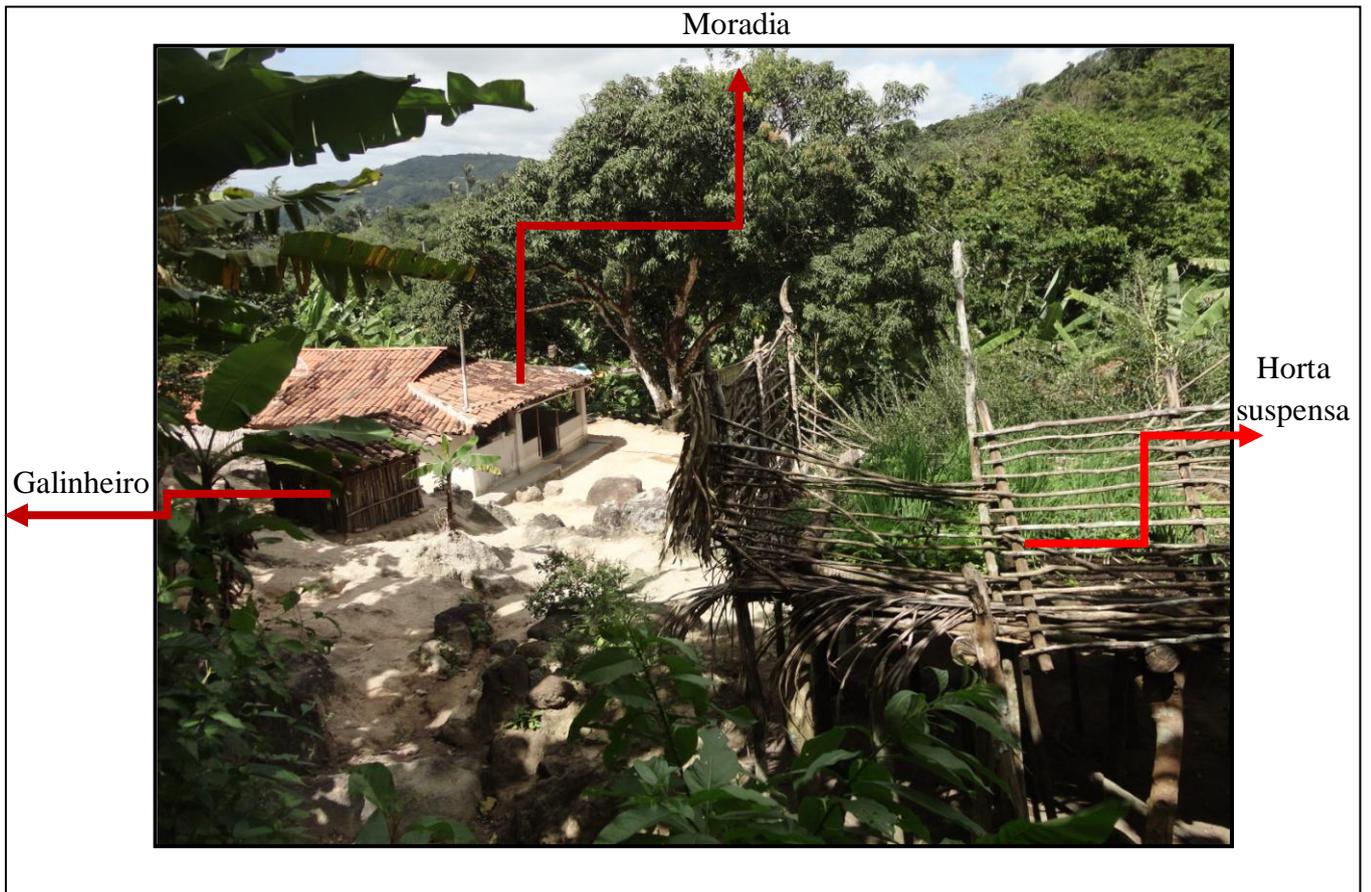
Em relação à posse ou propriedade da terra, os entrevistados demonstraram certa apreensão de falar sobre a situação das terras que ocupam. Os moradores afirmaram não possuir documentação, e que as terras foram cedidas pelos atuais posseiros, há bastante tempo. Apenas uma família que reside dentro da comunidade e se declara como remanescente de quilombo, afirma possuir o registro do imóvel, pois possui relação de parentesco com os proprietários da terra; os demais moradores estabeleceram uma relação de arrendamento com os “donos” da terra.

A prática de arrendamento é muito comum nas áreas rurais, onde os pequenos produtores, os arrendatários, conseguem a concessão de uma parte da propriedade agrícola, comprometendo-se, independentemente de seus rendimentos, o pagamento sobre seu uso; este pode ser em espécie ou em produtos. No caso de Nazaré, após a autodefinição como quilombolas, muitos proprietários já não solicitam o pagamento nem em espécie, produtos ou dias de trabalho. Os moradores acreditam que eles tenham receio de ter que devolver tudo o que foi pago pelos quilombolas durante todos esses anos.

Quando questionados sobre os hectares de que sua família dispunha, os moradores não sabiam mensurar o tamanho exato da propriedade que ocupavam. O tamanho das propriedades pode diferenciar de acordo com os espaços cedidos pelos posseiros, ou seja, o quanto ele está disposto a ceder para determinada família. Evidenciamos que não existem cercas delimitando as áreas das propriedades.

A maioria das residências possui galinheiros e chiqueiros e depósitos, que se localizam nas imediações das propriedades. Já os cultivos de alimentos, nem sempre, ocorrem dentro das propriedades, porque é uma atividade que necessita de espaço e bastante água que nem sempre é concedida pelos donos das terras, fazendo com que os moradores arrendem terras vizinhas. Na figura 6, pode se verificar algumas dessas edificações ainda dentro do perímetro das propriedades.

Figura 6 - Disposição das construções dentro das propriedades

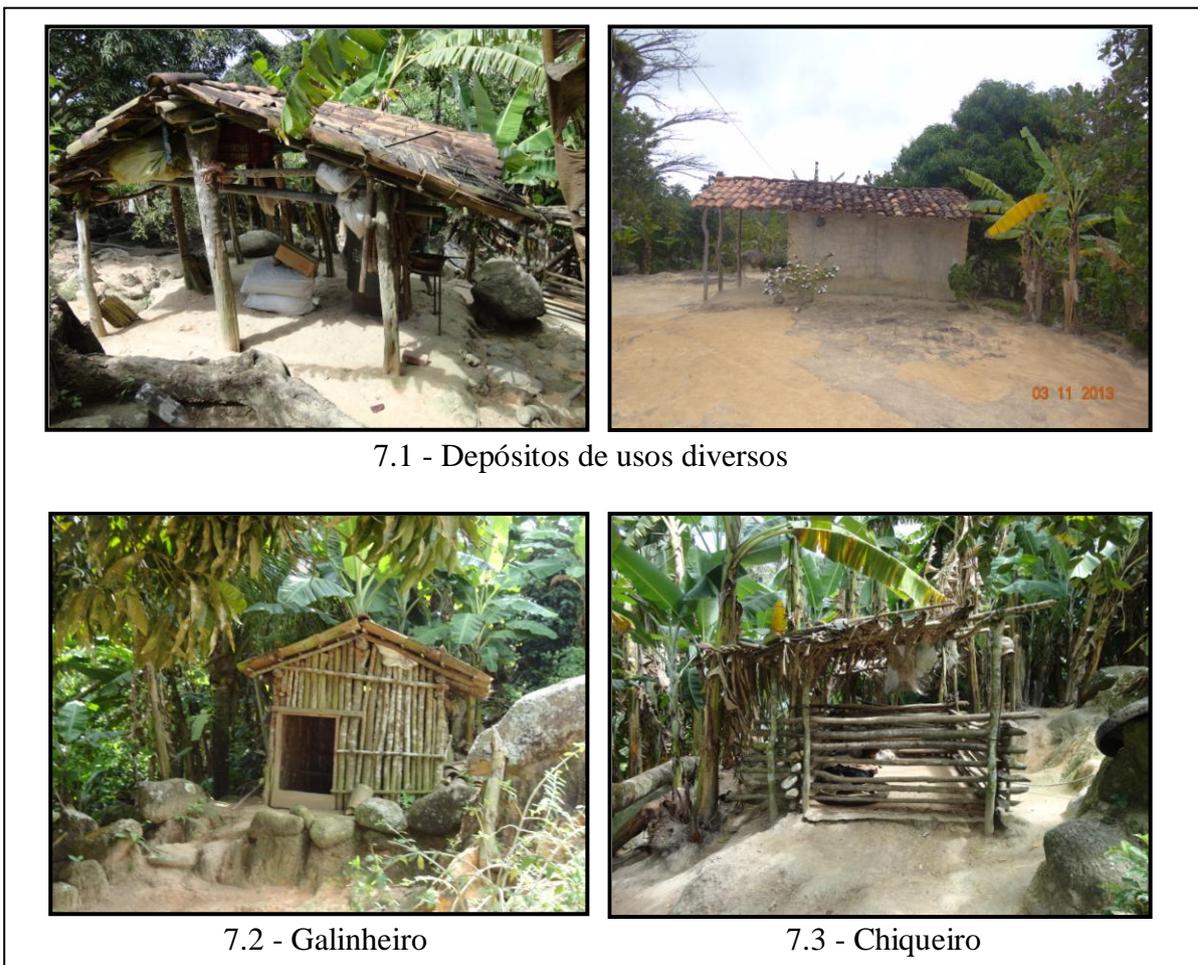


Fonte: Chaves (2013)

A presença dos galinheiros, chiqueiros e depósitos dentro das propriedades é muito importante para os moradores de Nazaré. Muitos faziam questão de mostrar o cuidado que tinham com esses ambientes, principalmente porque conseguiam complementar a renda familiar advinda da agricultura. Esses espaços ficam localizados nas imediações das moradias.

Os materiais de revestimento desses espaços podem variar bastante, como demonstrados na figura 7. Existem locais só com estacas de madeira, outros já se assemelham à estrutura das residências. Em relação aos chiqueiros, não são todos os moradores que os têm em suas propriedades, pois necessitam de muita água para a higiene do local. O burro, utilizado como animal de transporte de cargas, também não está presente em todas as propriedades, pois necessita de espaço para o pasto.

Figura 7 – Imagens das estruturas presentes dentro da propriedade em Nazaré.



Fonte: Chaves (2013).

Em relação à estrutura das moradias, observou-se que as residências possuem em sua estrutura as paredes externas revestidas de taipa, com o telhado forrado com telha de cerâmica e o chão com cimento batido ou, em alguns casos, de barro. Muitos relatam que gostam de sua residência construída com esse tipo de material e acham até mais confortável. Sentem orgulho do que conseguiram conquistar com tanto sacrifício.

Externamente, algumas diferenças são observadas, mas são os mesmos materiais de sua construção. Algumas famílias têm o cuidado maior com a casa e tentam aos poucos, e de acordo com as suas condições financeiras, realizar melhorias, trazendo mais conforto para a família. Na figura 8, evidencia-se a semelhança nas tipologias das residências, muitas vezes construídas pelos próprios moradores e seus familiares.

Figura 8 – Imagem da estrutura das residências na comunidade quilombola de Nazaré.



Fonte: Chaves (2013).

As residências são pequenas. Geralmente possuem três cômodos (sala, quarto e cozinha), separadas em sua grande maioria por cortinas improvisadas com retalhos de tecido, facilitando a sobreposição dos compartimentos, de acordo com o número de moradores. O local de maior movimentação é a cozinha estruturada em duas partes: a interna onde se acomodavam os alimentos, os utensílios e aparelhos domésticos (fogão a gás e geladeira) e a

externa, onde fica o fogão a lenha, presente em algumas moradias. Sua utilização está relacionada, principalmente, ao cozimento de alimentos que necessitam de um tempo maior de preparo, como, por exemplo, o feijão e a mandioca e que demandam maior quantidade de gás de cozinha. Ainda na parte externa, localiza-se o tanque para a limpeza das louças e das roupas. A parte externa é vista como um local de socialização, não só do grupo familiar, mas no decorrer do dia era comum a presença de vários moradores, para “colocar a conversa em dia”, tomar um café, ou simplesmente para saber como estava passando a família.

Mesmo nas moradias mais precárias, com a chegada da energia elétrica, há três anos, muitos moradores adquiriram alguns equipamentos eletrônicos, como televisor, liquidificador, principalmente, geladeira, facilitando o armazenamento e conservação de alguns alimentos, e o rádio, que fica ligado praticamente o dia inteiro na principal rádio da Cidade. Como os moradores de Nazaré chegam a passar dois meses sem ir à Sede municipal, entendem que, pelas das notícias vindas da Rádio Uirapuru, conseguem ficar informados sobre o que está acontecendo em seu município.

Antes da instalação do sistema de energia elétrica na comunidade, os moradores de Nazaré davam preferência à compra de alimentos, que possuem maior período de conservação, no caso de alimentos perecíveis, como a carne, a conservação era feita com o sal, e outros alimentos que não poderiam utilizar dessa técnica eram comprados em menor quantidade. Poucos são os alimentos perecíveis que fazem parte das práticas alimentares dos moradores.

Dentro da estrutura física das residências não existe banheiro. A inexistência, desse importante cômodo, em algumas situações, é razão de constrangimento para os moradores de Nazaré, pois ficam embaraçados com a chegada de pessoas externas à comunidade. Além disso, nesses locais, o espaço improvisado para a realização das necessidades básicas tão naturais, como pode ser observado na figura 09, fica externo à casa, onde os dejetos domésticos são lançados a céu aberto, assim como todo o esgoto produzido na residência, já que a comunidade como um todo não possui saneamento básico, comprometendo a qualidade dos recursos hídricos que percorrem essas localidades e a saúde dos moradores.

Figura 9 – Imagens da estrutura física dos banheiros construídos pelos moradores da comunidade de Nazaré.



Fonte: Chaves (2013).

Como se observa na figura 9, os materiais utilizados para a construção dos banheiros são mais rústicos, as paredes e o telhado são revestidos de palha e troncos de madeira, já o chão, assim, como as casas é de cimento “queimado”. Internamente, existe um tanque de cimento no chão, utilizado para armazenar a água, permitindo que o banheiro esteja constantemente abastecido. O transporte dessa água é feito pelos próprios moradores, que canalizam a água advinda da nascente mais próxima utilizando ferramentas e utensílios rudimentares de fácil manutenção.

Existe uma distância em média de 20 metros, entre o banheiro e a moradia. Esse distanciamento é necessário para uma maior privacidade de quem o utiliza, assim como, para o lançamento de dejetos produzidos. Em virtude da ausência de energia elétrica na comunidade, os banhos para os visitantes são tomados até às 17 horas, pois a iluminação natural ainda permite visualizar os caminhos a serem feitos dentro das matas.

Conforme levantamento do IBGE (2010), até o ano de 2009, 187 mil unidades residenciais não possuíam banheiros em suas casas. Buscando reverter esse quadro, o Governo do Estado, por meio da Secretária das Cidades, desenvolveu o projeto de construção de unidades sanitárias, popularmente conhecidos como “*Kits sanitários*”, almejando melhorar as unidades habitacionais do Ceará.

Na Comunidade Quilombola de Nazaré, projetos já foram propostos e novas reuniões estão ocorrendo no ano de 2013, para a aquisição dos “*kits sanitários*” e para a construção de banheiros dentro das residências, mas, assim como toda benfeitoria, tem que ocorrer com a autorização dos proprietários das terras. Além disso, a Prefeitura de Itapipoca, antes da instalação dos banheiros, necessita realizar a instalação do saneamento básico dentro da comunidade.

5.3.2 Caracterização dos serviços e infraestrutura da comunidade de Nazaré em Itapipoca

Em relação aos serviços e à infraestrutura da comunidade e de alguns distritos de Itapipoca, esses expressam muita precariedade. No decorrer das visitas, buscou-se informações relativas à existência ou ausência, ineficiência ou eficiência dos serviços, como: coleta de lixo; transporte; serviços básicos de saúde; educação; energia elétrica; acesso e tratamento da água; e condições das estradas.

Primeiramente, em relação à coleta de lixo dentro da comunidade, esse serviço é inexistente. Muitos moradores queimam, enterram ou lançam o lixo a céu aberto, como pode ser observado na figura 10. O volume de resíduos advindos de produtos de plástico, papel, alumínio ou outra composição, contudo ainda é de pequena escala, considerando, que os moradores não dispõem de acesso com tanta frequência a esses tipos de produtos.

Figura 10 – Imagem de lançamento de resíduos a céu aberto em Nazaré.



Fonte: Chaves (2013).

Pensando no futuro, os moradores mais antigos já desenvolvem hábitos de separar e depositar os resíduos orgânicos em seus roçados, além do reaproveitamento das garrafas PET's como utensílio para a produção de mudas, como pode ser visto na figura 11, práticas que tentam repassar para os mais jovens, mas, segundo alguns moradores, o que não pode ser reaproveitado é queimado.

Figura 11 – Alguns destinos dos resíduos gerados na comunidade de Nazaré.



Fonte: Chaves (2013).

Muitos moradores, preocupados com possíveis ausências desses recursos no futuro, já alertam os moradores mais jovens quanto às formas de manuseio do lixo, da água e

de outros recursos naturais. Em algumas residências visitadas, os moradores já relatavam que em alguns períodos já estavam sentindo a falta de água em decorrência do crescente desmatamento e o comprometimento da qualidade da água em função do lançamento de esgoto à céu aberto.

Convém salientar que nem todos os moradores associaram a ausência de água em algumas localidades da comunidade com as práticas de desmatamento, mas relataram que seria importante preservar as matas, pois gostavam muito da paisagem e de andar pelos matos. As práticas de desmatamento ocorrem cotidianamente na comunidade, mas, segundo os agricultores, os maiores praticantes dessa ação, o desmatamento é feito de forma controlada, pois eles só retiram o necessário para realizarem os seus roçados e também para a retirada da madeira, para o fogão a lenha e outras atividades.

As formas de captação e armazenamento da água na Comunidade de Nazaré são realizadas improvisadamente, já que na Comunidade ainda não existe o sistema de abastecimento de água. Praticamente, todos os moradores construíram sua rede de canalização de água, a partir da retirada de água das nascentes com o auxílio de tubos de Polyvinyl Chloride (PVC) ou em português policloreto de vinil. Na figura 12, tem-se imagens de alguns modelos dessa canalização e armazenamento dessa água. Verifica-se que os tanques são bem maiores do que os localizados dentro do banheiro. Alguns desses tanques são construídos para o cultivo de peixes e outros para o abastecimento das residências próximas, em sua maioria, do mesmo núcleo familiar.

Figura 12 - Formas de canalização da água na comunidade de Nazaré.



Fonte: Chaves (2013).

Vários moradores apontaram que, constantemente, estavam alertando seus vizinhos para não jogarem lixo próximo aos recursos hídricos, pois se utilizam diariamente dessa água para o consumo doméstico, criação de animais e para o cultivo de alimentos; principalmente porque a água utilizada para beber vem diretamente das nascentes, não passando por nenhum tipo de tratamento. Alguns mencionaram que apenas tinham o hábito de coar e armazenar a água no pote de barro por alguns dias.

A situação agrava-se ainda mais pela ausência de um agente de saúde que acompanhe diretamente as condições sanitárias e de saúde da comunidade. Uma antiga moradora da comunidade relatou, no dia em que tivemos em sua residência, que fazia 20 anos que a Prefeitura não destinava um agente de saúde para Nazaré. Ela disse que se lembrava muito bem, pois foi no ano em que seu esposo faleceu.

A presença do agente comunitário de saúde nas comunidades tradicionais é de fundamental importância para a garantia da qualidade de vida desses grupos, pois exerce a função de elo entre os profissionais da saúde municipal e a comunidade local. A própria Convenção 169 da OIT sobre os povos indígenas e tribais, no Artigo nº 25, parágrafo I, responsabiliza o governo pelo provimento de medidas necessárias para a garantia dos serviços básicos de saúde ou que o Estado promova condições adequadas para que a própria comunidade possa prestar esse serviço.

De forma complementar, nos parágrafos II e III, ainda são tecidas informações referentes às formas como se dará a prestação dos serviços de saúde, baseando-se na comunidade, e planejadas em conjunto com os moradores dessas localidades, levando em consideração suas condições socioculturais, bem como seus métodos tradicionais de prevenção, práticas curativas e medicamentos. A escolha do agente comunitário de saúde, primeiramente, deve ocorrer com a capacitação e contratação de pessoas da comunidade local.

Com a ausência desse profissional da saúde, muitos moradores realizam tratamentos caseiros com ervas naturais associados a algumas rezas. Esse tipo de tratamento é realizado principalmente pelos moradores mais antigos. Eles relatam que, quando a enfermidade não é muito grave, como o caso de gripes, mau-olhado, diarreia e ferimentos, realiza o tratamento em casa mesmo, com a deglutição de lambedores, chás e com infusões; deixam para comprar o medicamento industrial somente em casos muito graves. Os moradores que ainda hoje mantêm essas práticas argumentam que aprenderam com seus pais e que era um costume muito comum.

As condições de acesso à comunidade foram mencionadas pelos moradores. Os caminhos realizados para a chegada até a comunidade passaram por uma melhoria; da Sede

municipal até a entrada do Distrito de Arapari, a estrada é asfaltada, como poder ser observado na figura 13.1. Dentro do Distrito, as estradas já são de calçamento (figura 13.2) e, conforme vai se afastando da sede distrital, os caminhos vão ficando mais estreitos e cobertos apenas por barro vermelho ou terra batida, como demonstra a imagem 13.3.

Figura 13 – Cenários das estradas que dão acesso à comunidade de Nazaré.



Fonte: Chaves (2013).

A abertura inicial das estradas e dos caminhos até Nazaré foi realizada com a ajuda de alguns moradores da comunidade. Muitos relataram que passavam dias, semanas, batendo o mato, tentando alargar e até mesmo melhorar o acesso da comunidade. Na figura 13, é possível observar o acesso até a Comunidade de Nazaré. Muitos desses caminhos no passado eram realizados a pé pelos moradores, que chegavam a caminhar em média três horas da comunidade até a Sede municipal (Itapipoca). Hoje já realizam esse trajeto com auxílio de transporte pago.

O deslocamento dos moradores não só para as comunidades vizinhas, mas também para a Sede municipal. Foi outra problemática levantada pelos moradores. O

principal meio de transporte utilizado pelos moradores é uma camioneta Toyota, utilizada principalmente para o transporte de cargas, mas que foi adaptada também para o transporte de pessoas. Ele é popularmente conhecido como “pau-de-arara” e é utilizado em muitas localidades do Estado do Ceará, onde existe a ineficiência ou ausência do transporte público (figura 14).

Figura 14 - Meios de transporte de pessoas e de cargas utilizados pela comunidade de Nazaré.



14.1 – Camioneta Toyota

14.2 - Jumento para transporte de cargas

14.3 – Motocicleta

Fonte: Chaves (2013).

Em Nazaré, o “pau-de-arara” ainda é a principal forma de locomoção das pessoas. Poucos são os que possuem moto ou outro tipo de transporte. O jumento é utilizado apenas para transporte de carga, principalmente da banana. Em média, esses veículos chegam a transportar cerca de 15 pessoas de uma só vez, além das cargas que são levadas para a Sede municipal. Essas superlotações ocorrem em razão da pouca disponibilidade de horários de circulação.

Atualmente dentro da comunidade existem duas pessoas que realizam esse transporte. Uma já tem horário definido: sai pela manhã por volta das seis horas, retornando ao meio dia. No período da tarde, o horário do transporte pode variar, dependendo da quantidade de pessoas e das cargas a serem transportadas. O outro veículo só sai se tiver em média de seis a nove passageiros, a maioria com destino final até Itapipoca. O preço da passagem é de R\$ 8,00 (ida/volta), um valor bem elevado para a renda média de muitas famílias. No domingo, o “pau-de-arara” não circula nas imediações da comunidade.

A motocicleta é um veículo utilizado pelos mais jovens residentes na comunidade. Alguns realizam atividades como mototaxistas, mas, em decorrência das condições econômicas, poucos são os moradores que dispõem de condições financeiras para a compra e manutenção desse tipo de veículo. No período chuvoso, as condições de acesso ficam ainda mais precárias, impossibilitando muitas vezes a locomoção dos moradores.

A ausência de transporte público afeta diretamente os alunos que residem em localidades distantes das instituições de ensino que estão em funcionamento no Distrito de Arapari, ou na Sede municipal. A indiferença na atenção aos serviços básicos para a população tem reflexos negativos na própria população. Em Nazaré, a taxa de analfabetismo é bem expressiva. A maioria dos adultos com idade acima dos 40 anos é identificada como analfabetas; poucos são os que sabem ler ou escrever o próprio nome.

Esses dados são o reflexo do abandono da comunidade por parte do Poder Público; muitas das famílias visitadas relataram que seus pais não tiveram a oportunidade de frequentar a escola, portanto, também não sabiam ler nem escrever. Esse descuido com a educação das comunidades ainda é algo recorrente em Nazaré. As crianças e adolescentes também encontram dificuldades para dar continuidade aos seus estudos.

O ensino fundamental I (1º ao 4º ano) é ofertado dentro da Comunidade, onde a escola funciona como um anexo da Escola de Ensino Fundamental Básico José Gonçalves da Silva, localizada na Comunidade de São Daniel. As aulas são ministradas no salão paroquial, como pode ser observado na figura 12, sem nenhuma estrutura adequada para funcionamento, inclusive algumas crianças e até a professora reclamou das condições inadequadas para funcionamento do anexo e já alguns anos solicitaram junto à Secretária de Educação municipal a construção de uma escola dentro da Comunidade de Nazaré.

A falta de um local adequado para o funcionamento da escola reflete-se diretamente na aprendizagem dos alunos. A professora e as merendeiras que trabalham na escola relatam que os alunos reclamam das condições da estrutura física da escola. Mencionam o fato de a escola ser muito pequena, sem ventilação adequada. Por diversas

vezes, relatam que gostariam de ter um espaço só para a escola. Pode-se notar que, nas paredes, ao mesmo tempo, há gravuras, desenhos e frases que estimulem os alunos, mas também os recados da Associação e as imagens de santos e das atividades do salão paroquial, como pode ser observado nas figuras 15.3 e 15.4.

Figura 15 - Salão Comunitário utilizado como anexo da E.E.F.B. José Gonçalves da Silva.



15.1 - Entrada da escola



15.2 – Sala de aula



15.3 – Quadro de avisos da escola



15.4 – Avisos da igreja



15.5 – Quadro da escola



15.6 – Cozinha da escola

Fonte: Chaves, (2013).

Para dar continuidade ao ensino fundamental II, as crianças são obrigadas a se deslocarem até a comunidade de São Daniel, cerca de 40 minutos de Nazaré, a pé, todos os dias não existindo nenhum transporte escolar que possa fazer de forma gratuita a locomoção dessas crianças. A maioria delas, que realizam esse percurso, têm de 12 a 14 anos de idade. Muitos pais, em função dos afazeres domésticos e do trabalho na agricultura, não conseguem acompanhar as crianças nesse percurso, que fazem sozinhas, diariamente.

Ao final do ensino fundamental, novos problemas continuam aflorando. A oferta do ensino médio no Distrito de Arapari ainda é muito deficitária, não só pela falta de estrutura das escolas, mas, principalmente, pela ausência de professores, fazendo com que muitos alunos não consigam concluir os seus estudos no período letivo regular. O funcionamento inadequado da escola faz com que algumas famílias tenham que arcar com gastos de transporte para que seus filhos possam estudar na Sede Municipal, onde há uma oferta maior de escolas.

A falta de incentivo é perceptível e a ausência de perspectivas dos jovens é bastante evidente. Os que conseguem terminar o ensino médio se limitam a essa formação, não auspiciando novos interesses de continuar estudando. Os homens, em sua maioria, são incorporados às atividades ligadas à agricultura, à criação de animais e à prestação de serviços diversos, enquanto as mulheres ficam encarregadas de administrar as atividades domésticas e de cuidar dos filhos.

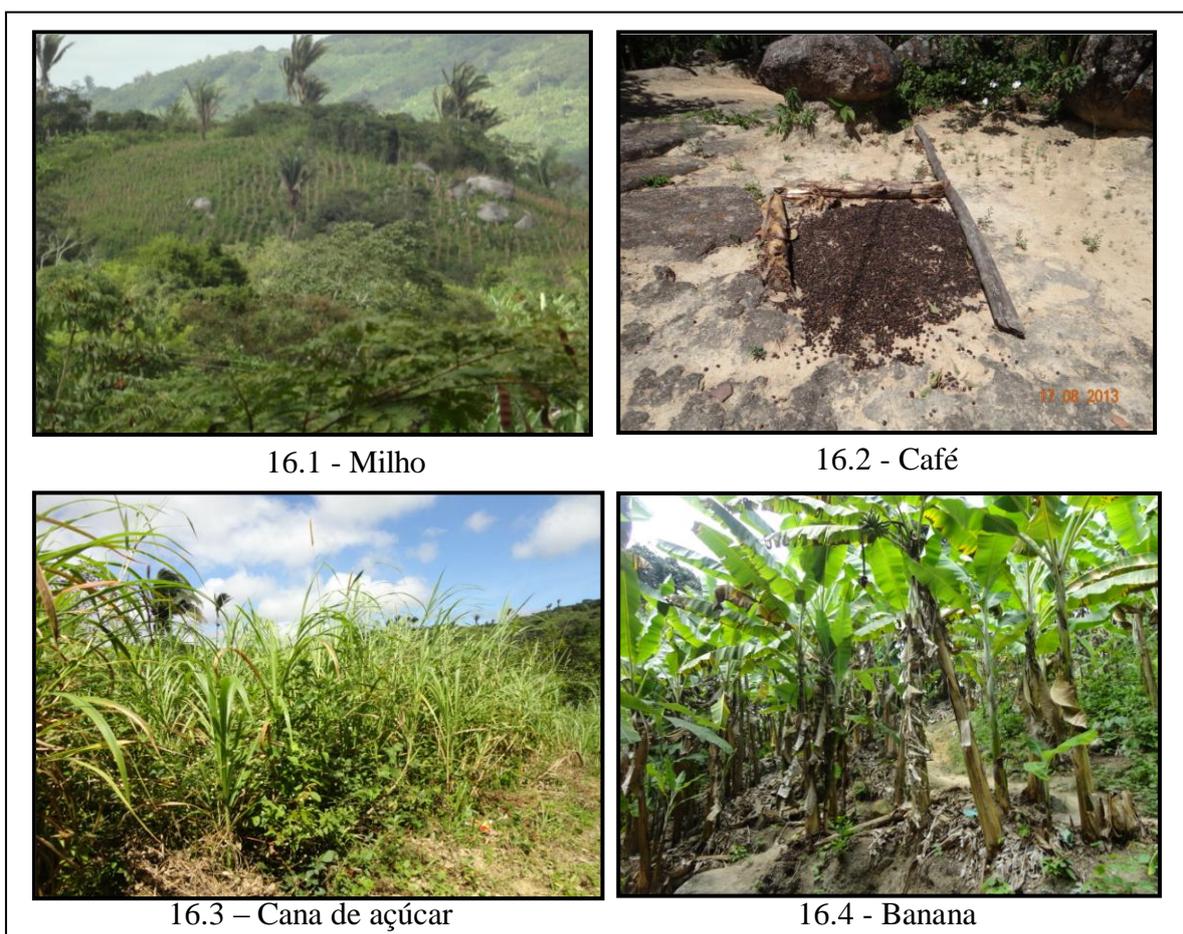
5.3.3. Caracterização das relações de ocupação e renda.

A Comunidade de Nazaré por localizar-se na zona rural e distante do perímetro urbano de Itapipoca, tem sua organização econômica baseada nas práticas do roçado, da criação de animais e do extrativismo vegetal. Logo, nos aspectos pertinentes à ocupação e à renda dos moradores de Nazaré, buscou-se identificar a principal ocupação do chefe familiar; as práticas de cultivo de alimento e de criação de animais; a eventual comercialização advinda da criação de animais e dos roçados; o desenvolvimento de outras atividades paralelas a sua ocupação principal; o rendimento médio mensal; e o recebimento de benefícios advindos de programas sociais do Governo Federal.

A atividade econômica predominante na comunidade é a agricultura familiar, desenvolvida em sua maioria pelos homens e realizada em conjunto com o grupo familiar (pai, filho, neto e assim sucessivamente). A presença da mulher nesse tipo de atividade também ocorre, mas de forma secundária.

O trabalho com o roçado começa cedo. Entre cinco e seis horas da manhã, os agricultores já estão se preparando para iniciar a preparação do terreno. Ressalta-se que durante esse processo não é utilizado nenhum tipo de defensivo químico e alguns moradores até utilizam os resíduos orgânicos advindos do consumo doméstico em seus roçados. Na figura 16, tem-se os principais alimentos cultivados nos roçados, como milho, feijão, banana, mandioca, batata, café e fava. Como pode ser verificado, a quantidade cultivada é pequena, servindo em sua maioria apenas para a alimentação do grupo familiar. Exclusivamente, os excedentes da banana e do milho são levados para Itapipoca para serem comercializados, mesmo assim, a produção é muito pequena, trazendo pouco retorno financeiro.

Figura 16 - Roçado na comunidade de Nazaré



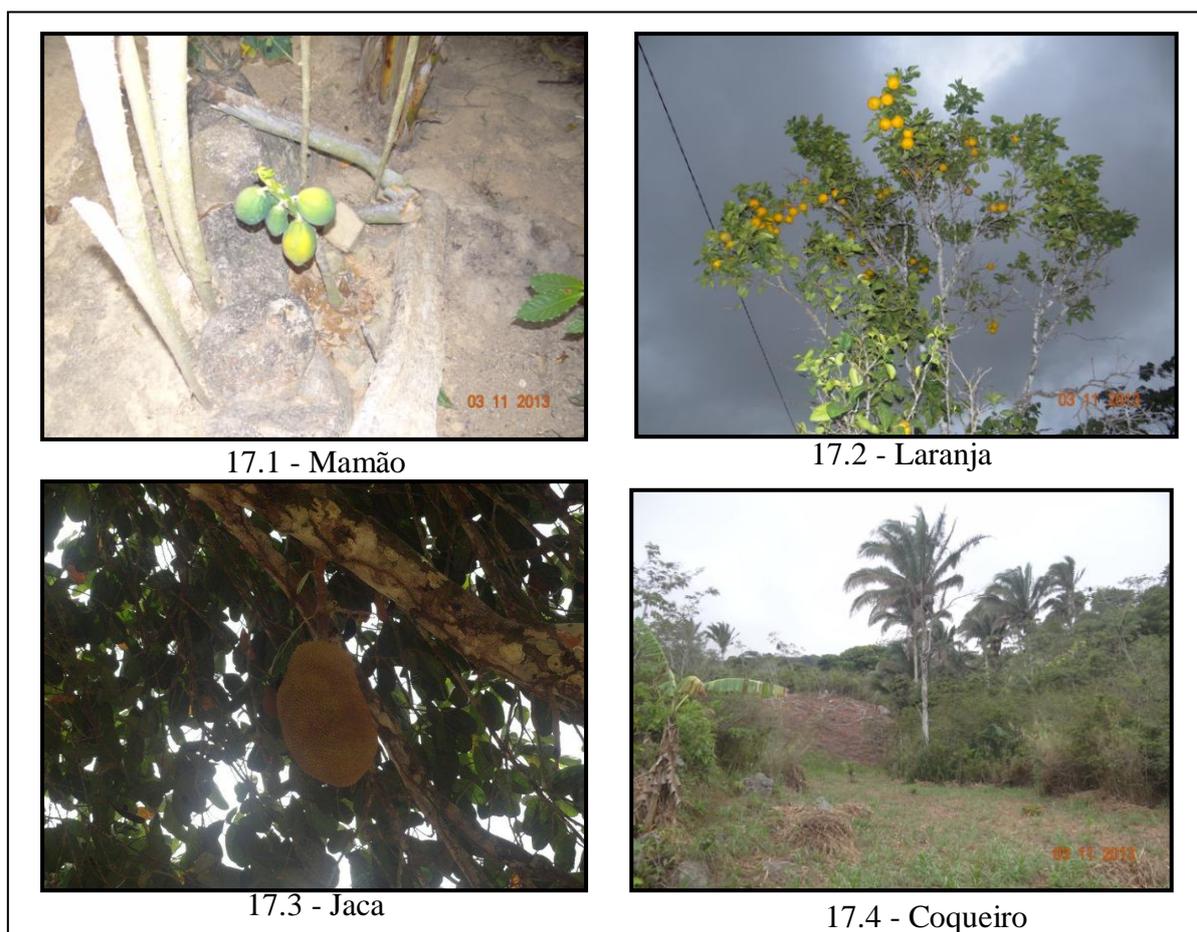
Fonte: Chaves (2013).

Os espaços disponibilizados para os roçados dentro da propriedade ficam a cargo do posseiro; muitas famílias não conseguem dentro do perímetro de suas propriedades cultivar nenhum tipo de alimento, pois os donos não têm o interesse de brocar a terra (limpar e

preparar o terreno). Não podendo roçar nas terras próximas, muitas famílias geram novas despesas, pois necessitam arrendar terras vizinhas. O arrendamento também acontece em relação à criação de animais, principalmente para cabras e jumentos.

Além dos roçados, no território de Nazaré como um todo, são cultivados diferentes tipos de árvores frutíferas, como mamão, jaca, manga, tangerina, laranja, coco. Na figura 17, é possível constatar a diversidade de frutas, presentes praticamente o ano todo. Infelizmente muitas dessas frutas são desperdiçadas, pois os moradores ainda não aproveitam desses cultivos para gerar renda para a comunidade. Muitas dessas frutas poderiam ser comercializadas nas feiras de Itapipoca e também poderiam ser realizados produtos de seus derivados, como polpas, doces, dentre outros.

Figura 17 - Árvores frutíferas presentes no território de Nazaré.



Fonte: Chaves (2013).

Em função da falta de espaço para o cultivo dos roçados e para a criação de animais, alguns agricultores desenvolveram a prática de realizar seus roçados suspensos com o auxílio de estacas de madeira. Na figura 18, é possível verificar umas dessas roças, com o

cultivo do cheiro-verde. Um dos moradores relatou que, em função da falta de espaço em sua propriedade, resolveu investir nessa forma de cultivo e, segundo ele, deu certo, pois consegue espaço para os animais e ainda para plantar.

Figura 18 - Roçados suspensos em uma das propriedades da comunidade de Nazaré.



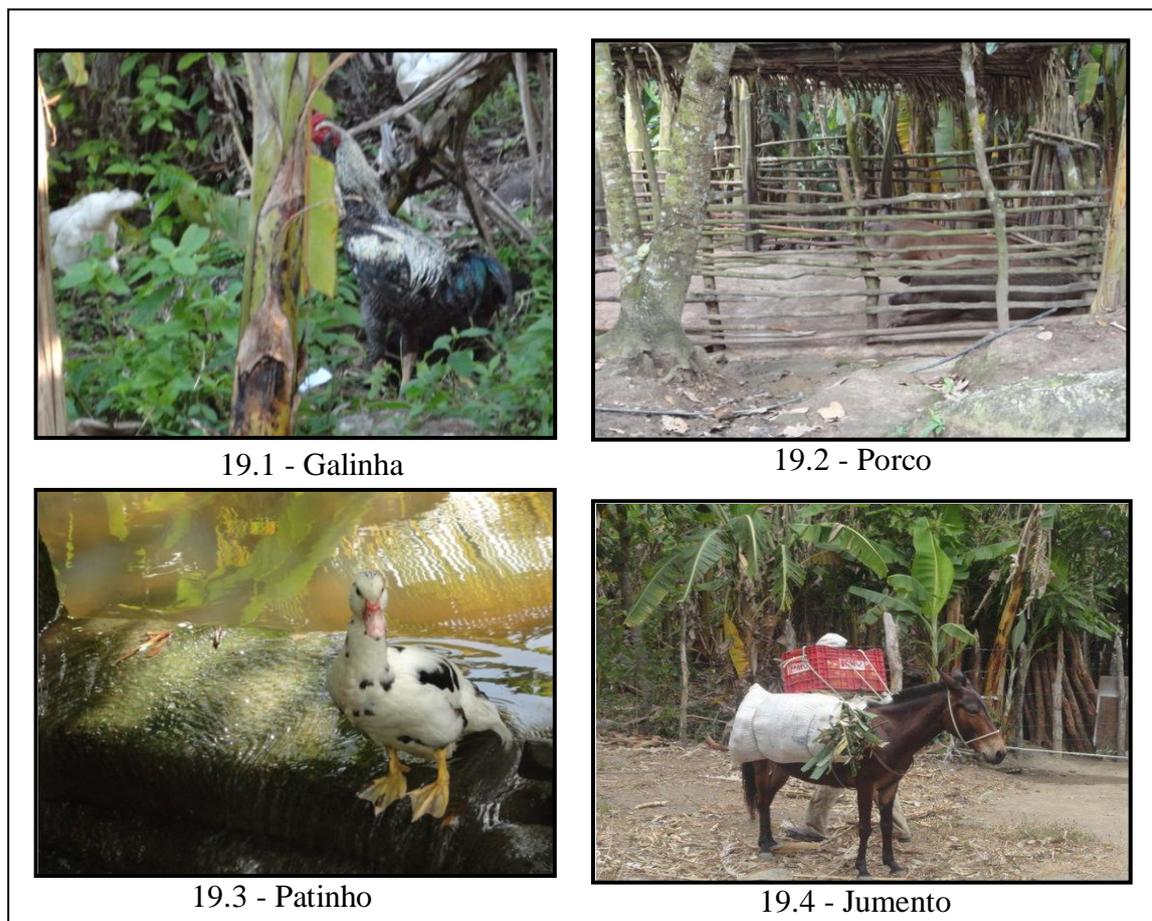
Roçados de cheiro verde

Fonte: Chaves (2013).

A criação de animais é outra prática desenvolvida pelas famílias de Nazaré. Suas criações estão relacionadas a galinhas, patos, porcos, jumentos e cabras. Dos animais mencionados, destaca-se a criação de galinhas e porcos, estando presentes em praticamente todas as residências. Como observado na figura 19, cada criação de animal possui um espaço específico na propriedade, tendo em vista o pouco espaço para o desenvolvimento da atividade.

Da criação de animais, as galinhas, os porcos e os patos, além de serem utilizados nas refeições, também são comercializados nas comunidades vizinhas e na Sede municipal. O rendimento é baixo, mas ajuda na complementação da renda familiar.

Figura 19 – Criação de animais nas propriedades da comunidade de Nazaré.



Fonte: Chaves (2013).

As práticas de agricultura familiar e de criação de animais, por serem de pequeno porte, não se traduzem num saldo positivo de renda mensal. Durante a realização das entrevistas, os moradores manifestaram insatisfação com o faturamento mensal com a comercialização dos alimentos e dos animais, pois esses não atingiam o valor de R\$ 200,00 reais por mês. Expuseram que o Seguro Safra e o valor concedido pelo Programa Bolsa-Família, disponibilizados pelo Governo Federal são muito importantes para a complementação da renda familiar.

Além desses dois benefícios, as comunidades quilombolas no Brasil recebem também do Governo Federal, por meio da articulação dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), do Desenvolvimento Agrário (MDA), do INCRA, da FUNAI, da FCP e de instituições estaduais e municipais onde comunidades estão localizadas uma cesta básica mensal por família, que contribui bastante para sua alimentação. Quando perguntados sobre as melhorias conquistadas após a criação da associação quilombola, a cesta básica foi mencionada por praticamente

todos os moradores de Nazaré. Muitos até relataram que sem essa ajuda estariam passando por sérias dificuldades.

Poucos são os agricultores que recebem aposentadoria. Das 25 famílias apenas 6, estão filiadas ao Sindicato de Agricultores Rurais de Itapipoca, recebendo esse benefício. O restante dos grupos familiares não conseguem atingir uma renda mensal igual ou superior a um salário mínimo, mesmo acumulando todos os outros benefícios disponibilizados pelo Governo. Juntando os rendimentos com a agricultura, criação de animais, Seguro Safra e o Bolsa-Família (em algumas famílias) apenas 6 famílias das 25 conseguem atingir a média de um salário mínimo (R\$ 678,00).

O extrativismo vegetal é praticado principalmente para a retirada da madeira. Na figura 20, é possível ver a extração, principalmente para a construção de residências e manutenção dos espaços dos animais.

Figura 20 – Retirada da madeira para a construção de residências na comunidade de Nazaré



Fonte: Chaves (2013)

Apesar de essa prática não ser corriqueira na Comunidade, muitos moradores, ao praticarem a retirada da madeira para a construção das moradias, já observam que em alguns locais do território afeta principalmente a existência dos olhos d'água, por isso muitos tentam realizar a retirada da madeira com bastante cuidado, em lugares diferentes e dando um intervalo de tempo para a vegetação se recuperar.

Logo, ao buscarmos o entendimento das condições de vida dos moradores de Nazaré, identificamos que, o cotidiano dos moradores, esta pautado nas relações estabelecidas no decorrer da estruturação da comunidade.

CAPÍTULO 6

6. ORGANIZAÇÃO E “EMPODERAMENTO” SOCIAL

Os primeiros estudos sobre a realidade comunitária do Quilombo de Nazaré tiveram um caráter mais exploratório, almejando inicialmente obter uma caracterização geral da área, identificando aspectos históricos e de formação da comunidade, além de informações referentes a fatores socioeconômicos, culturais e ambientais, bem como interesses e preocupações expressas pela própria população.

Assim, neste capítulo, com suporte nas informações advindas dos trabalhos de campo, entrevistas e atividades de mapeamento participativo, propõe-se compreender como ocorrem a estruturação e a organização social e espacial da Comunidade Quilombola de Nazaré, com fundamento nas relações de parentesco, religiosidade e criação das associações (moradores e quilombola), analisando qual a importância dessas organizações para a manutenção do modo de vida local e o desenvolvimento da comunidade.

6.1 Organização social e espacial de Nazaré: instrumentos de “empoderamento” social.

O modo de vida das comunidades quilombolas rurais é bastante diferente da vida das populações que vivem nas grandes cidades. A comunidade é como se fosse uma grande família, onde os homens e mulheres possuem funções definidas e a organização social é compreendida como atividade em conjunto, na busca de alcançar interesses em comum.

As origens das comunidades quilombolas contemporâneas, são exemplo de organização social, onde o grupo, para a manutenção do seu modo de vida, tem na luta pela terra uma forma de reconhecimento de sua identidade quilombola. Souza (2008) esclarece que a organização pressupõe conscientização e oferece meios para maiores articulações, que irão possibilitar formas concretas de enfrentamento da realidade. Assim, a organização social caminha na direção da identificação dos interesses e preocupações comunitárias.

No Quilombo de Nazaré, a organização social e espacial da comunidade é pautada pelas relações de parentesco, pelas manifestações religiosas e pela criação de associações (moradores e quilombolas), refletindo em importantes elementos na vida dos quilombolas de Nazaré.

Em relação à organização da vida social baseada no parentesco, nota-se que essa é uma das primeiras formas de organização vivenciadas por uma comunidade. Os laços familiares estabelecidos ao longo dos anos desempenham papel fundamental de coesão do

grupo, onde a relação parental é entendida como importante centro social, desempenhando um papel agregador do núcleo familiar, sejam em datas festivas, em situações de enfermidades, no trabalho nos roçados, na prestação de serviços e até mesmo na realização dos matrimônios.

Nazaré é formada por agricultores rurais que construíram uma organização social fundamentada no parentesco com base nos laços sanguíneos, mas, também, de indivíduos que foram agregados, principalmente, pelas relações matrimoniais na formação da comunidade. Em Nazaré, o sentimento de solidariedade e de parentesco é muito forte, todos se conhecem e se visitam. Normalmente, essas relações ficam mais evidentes nas celebrações religiosas, quando a presença de pessoas externas à comunidade é costumeira, para a participação nas novenas e nas missas no salão comunitário.

O grupo doméstico tem como instância maior a figura masculina. Este é reconhecido como o chefe de família e provedor do núcleo familiar. A demonstração desse fato esta, em que, das 25 famílias visitadas, 23 são lideradas por homens, sendo apenas duas famílias encabeçadas por mulheres, estas na condição de viúvas. Assim, nos núcleos familiares, as relações matrimoniais são mantidas na forma tradicional.

As relações de gênero, igualmente, influenciam na rotina diária das atividades e nas formas de organização da comunidade, tanto de caráter produtivo como social. Os homens são responsáveis pela família e provedores do lar. Seus trabalhos estão envolvidos, principalmente, com a agricultura. Poucas são as mulheres que desempenham alguma atividade fora do lar. Quando não desenvolvem trabalhos domésticos sem remuneração, ajudam nos roçados e na criação de animais.

A rotina diária da família, ao longo dos anos, possui algumas modificações. Primeiramente com a abertura da estrada, ligando Itapipoca à Comunidade de Nazaré. Antes do investimento em infraestrutura facilitando o acesso dos distritos a Sede municipal, os moradores de Nazaré realizam esse trajeto pelo menos três vezes por semana, a pé. Saíam de casa por volta de duas horas da madrugada, para chegar em Itapipoca as cinco horas. Três horas de caminhada a pé com os produtos cultivados para serem comercializados nas feiras do Município. Hoje, a estrutura das estradas e caminhos já permite o tráfego de veículos motorizados que realizam o transporte das mercadorias.

Na atualidade, os homens e mulheres iniciam suas atividades por volta das seis horas da manhã. Todos os dias, estão envolvidos com o cultivo nos roçados ou no trato com os animais; ficando a cargo dos homens a derrubada dos matos e a preparação do terreno para o plantio e às mulheres a responsabilidade de cuidar das crianças, da limpeza da casa e das estruturas edificadas dentro da propriedade, como o galinheiro e o chiqueiro, pela retirada de

folhas do quintal e pela alimentação dos animais. Também elas, na maioria das vezes, são responsáveis pela resolução dos problemas da família na Sede municipal. A proximidade geográfica das residências de mesmo grupo familiar garante e facilita a manutenção dos serviços domésticos. Quando na família ainda existem mulheres jovens e que não constituíram as próprias famílias, ficam responsáveis pelas atividades domésticas, no cuidado das crianças e dos idosos.

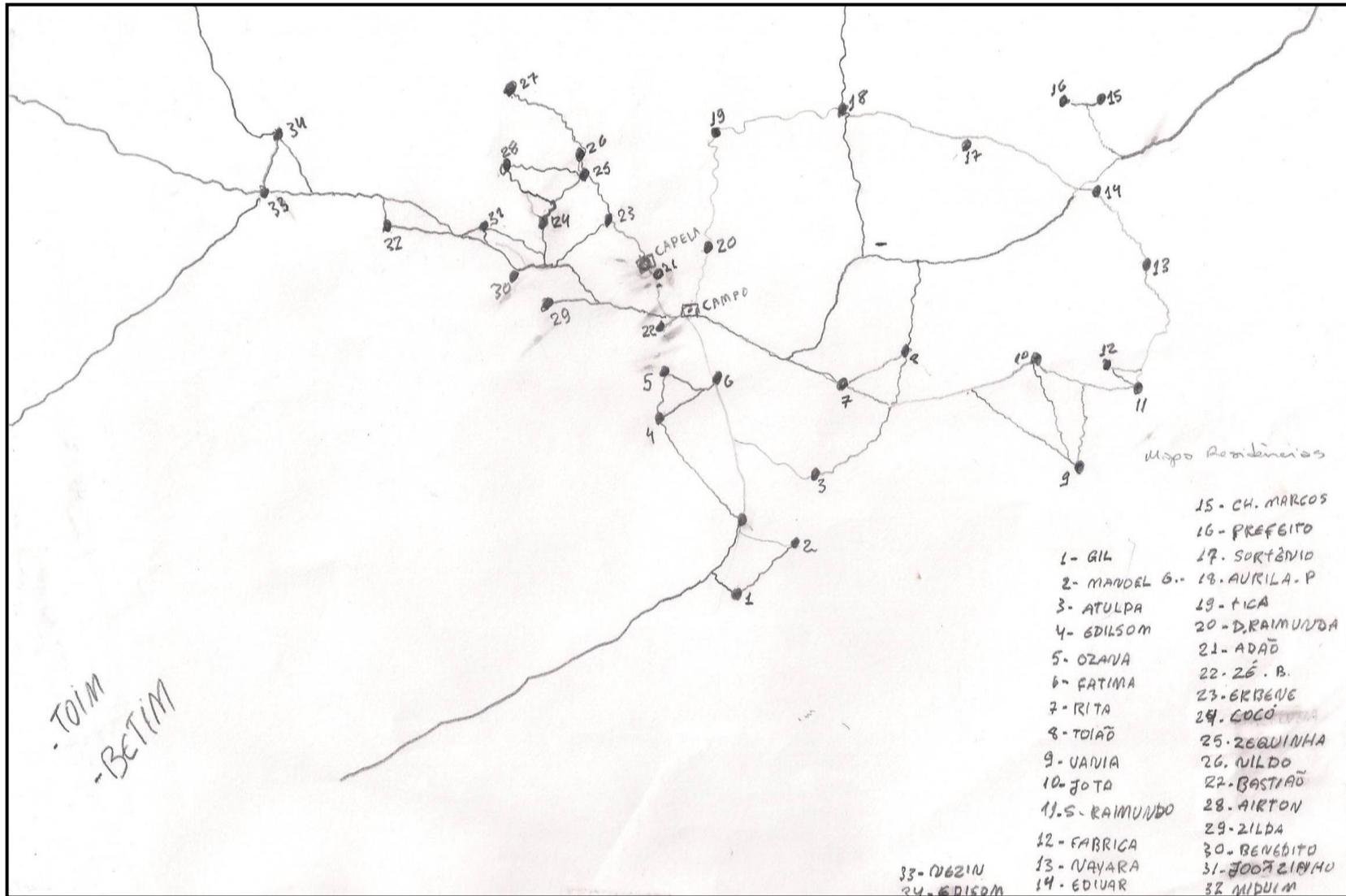
Em função da ausência de atividades noturnas, as famílias também se recolhem cedo, por volta das seis horas da noite, já estão todos em suas residências. A chegada da energia elétrica contribuiu bastante para o distanciamento das famílias, que, em momentos anteriores, como foi destacado por alguns moradores, chegavam a passar mais tempo reunidos, independentemente das lutas, que na atualidade possuem, pela posse da terra.

Em relação à estrutura familiar de Nazaré, é normalmente composta de pais e filhos, integrando muitas vezes parentes por meio das uniões matrimoniais, passando algumas vezes a residir na mesma casa, ou em outra habitação, dividindo os espaços da propriedade. Hoje, os casamentos já são realizados com pessoas externas à Comunidade, que pelos vínculos estabelecidos também se identificam com a luta dos moradores locais, pela manutenção de suas formas de vida. Nota-se que há uma tendência na Comunidade, de os grupos familiares, aqui entendidos como pais, filhos e netos, residirem em habitações próximas uma das outras, estabelecendo uma vizinhança mais ou menos definida, propondo uma organização espacial por grupo de parentesco.

Essa proximidade nas disposições das residências ocorre não só pela manutenção do vínculo familiar, mas em decorrência de o chefe de família já ter estabelecido uma relação com os proprietários das terras onde residem. Como já possuem esse laço de permissão em relação ao uso da terra, fica mais fácil para a edificação de moradias. Além disso, os recursos naturais, os roçados e a criação de animais presentes na propriedade também são divididos entre os membros do grupo familiar.

Na figura 21, pode-se observar como estão dispostas no espaço geográfico essas relações. Essa representação reflete as disposições das residências na comunidade de Nazaré. Como pode ser visto, o mapa exhibe todas as residências localizadas dentro da comunidade quilombola, pelo nome de seus moradores. Foram representadas 34 famílias, das 51 oficialmente cadastradas.

Figura 21 - Representação geográfica das disposições das residências na comunidade de Nazaré.



O mapa intitulado “Residências de Nazaré” foi confeccionado pelo grupo de trabalho formado por adolescentes e jovens da comunidade. Em sua representação, consideraram apenas o núcleo Nazaré como pertencente à comunidade quilombola. Quando perguntados pelo restante das famílias, mencionaram que elas não faziam parte de Nazaré, apesar de estarem na contagem total do número de famílias. Essa diferenciação no total da população de Nazaré ocorre por dois motivos: primeiramente, porque nessa contagem também estão presentes alguns parentes dos posseiros que se identificam como quilombolas e também famílias que, juntamente com os quilombolas de Nazaré, foram beneficiadas com a instalação do sistema de energia elétrica, realizando um só cadastro geral da comunidade.

A elaboração do mapa de localização das residências dos moradores de Nazaré forçou a comunidade a discutir questões latentes, como, por exemplo, quem se identificava como quilombola na comunidade. Por isso, quando esse grupo foi apresentar o mapa que tinha confeccionado, os moradores mais antigos não concordaram com essa representação, mencionaram que possuíam uma relação muito antiga com esses moradores e que eles também tinham o direito de estar representados no mapa. Exaltaram a boa convivência que conseguiram conquistar ao longo dos anos, por isso, discordavam do mapa criado em relação às residências de Nazaré, pois consideraram que os demais moradores já faziam parte da comunidade. O senhor M,D,1,A, um dos moradores entrevistados, mencionou que o projeto quilombola foi pensando assim, incluindo todos os moradores da Comunidade.

Na visão dos mais jovens, só tem direito de ser representado quem está envolvido na luta dos direitos dos quilombolas, estes sim, devem ser representados. M,A,Z,A, uma das jovens lideranças e também um dos integrantes da Associação quilombola, salienta que as relações de parentesco são importantes, mas o mais significativo é estar presente nas ações da Associação quilombola. Para M,D,1,A, deve ser levada em consideração na representação da comunidade a boa relação que conseguiram estabelecer ao longo dos anos, isso sim, tem um valor maior.

Assim, é notório que os laços estabelecidos, durante os mais de 200 anos, ainda são muito fortes, principalmente por parte dos moradores mais antigos. Acredita-se que, como as condições de vida em anos anteriores eram mais difíceis, os moradores residentes no território de Nazaré tinham uma relação ainda mais próxima. No decorrer das atividades de mapeamento participativo, essa relação foi bastante mencionada. Muitos expuseram que a chegada da energia elétrica foi muito importante para a qualidade de vida dos moradores, mas também foi fator isolador para muitas famílias que adquiriram equipamentos eletrônicos, como, por exemplo, televisores para suas residências.

Os moradores mais antigos afirmaram que, com a ausência de energia elétrica, diariamente se reuniam para conversar. O campo de futebol, como demonstrado na figura 22, foi construído pelos próprios moradores como um local de lazer e ponto de encontro. Essa representatividade do campo de futebol para a vida social dos moradores está presente em praticamente todos os mapas desenhados. A partir do campo, ia-se representando o restante da comunidade. Esse espaço de lazer era utilizado diariamente para os encontros da igreja, para a reza do terço, novenas, e também para os jogos de futebol. Na atualidade esse campo é utilizado para jogos eventuais e para a espera do transporte, que tem como destino inicial e final o campo de futebol.

Figura 22 – Campo de futebol na comunidade de Nazaré.



Fonte: Chaves (2013).

Além do mapa representado na figura 21, outros mapas foram elaborados em relação à disposição das residências, como pode ser observado nas figuras 23 e 24. Os seus idealizadores preferiram não se referenciar pelas imagens de satélite disponibilizadas pelo Google Earth, mas apenas pela memória e pelas referências sobre o espaço que ocupam. Vê-se que o campo aparece novamente como centro difusor dos caminhos a serem percorridos até a residência.

Figura 23 – Mapa 2 das residências de Nazaré, com base apenas na memória



Fonte: Chaves (2013).

A constante representação do campo de futebol pelos moradores de Nazaré ressalta a importância que eles atribuem aos espaços de socialização dentro da comunidade. O salão comunitário foi outro aspecto evidenciado pelos moradores nas representações cartográficas como espaço significativo para a vida comunitária. As festas religiosas são momentos de grande envolvimento da comunidade, independentemente das lutas pela titulação das terras tradicionalmente ocupadas.

O salão comunitário foi idealizado, planejado, edificado e financiado pelos próprios moradores da comunidade e por doações de pessoas externas que há muito tempo ansiavam por um local onde pudessem se reunir para fazer suas orações e realizar suas festividades. A edificação do salão comunitário possibilitou que os moradores tivessem um local não só para as manifestações religiosas, mas um espaço, onde pudessem se reunir e discutir as dificuldades e conquistas vivenciadas pelos moradores.

Muitos relatam que no passado a principal conquista da comunidade foi à construção do salão comunitário, que se deu em três etapas, em função da ausência de recursos financeiros para o custeio do material e das demais despesas com a obra.

Na atualidade, o salão desempenha diversas funções nas formas de organização social da comunidade. Geralmente, existe um dia na semana reservado às mulheres e aos homens para a reza do terço. Os adolescentes participam de ensaios do coral e as crianças da iniciação à catequese, sempre aos sábados. Como pode ser observado na figura 25, além das celebrações religiosas, o salão, ao longo do tempo, adquiriu outras funções, como: anexo escolar durante a semana para alunos do ensino fundamental I (1º a 4º), reuniões da Associação de Moradores e Quilombolas, espaço para organização de atividades dentro da comunidade, local de lazer e também para cursos e oficinas de capacitação para os moradores da comunidade.

Convém evidenciar que os espaços de lazer estão limitados ao campo de futebol e aos momentos celebrativos ocorrentes no salão comunitário. Em relação a esses momentos, muitos moradores afirmaram que gostam e fazem questão de participar das festas religiosas em outras localidades de Itapipoca, porque assim, no mês de agosto, todos os locais visitados encaminham seus moradores também para festejar o dia de Nossa Senhora de Nazaré.

Figura 25 – Salão Comunitário Nossa Senhora de Nazaré



25.1 – Entrada do Salão comunitário



25.2 – Coral quilombola



25.3 - Anexo escolar



25.4 - Cursos e atividades

Fonte: Chaves (2013).

“Durante o mês de agosto vivenciamos o maior momento celebrativo de nossa comunidade, a festa da padroeira Nossa Senhora de Nazaré, com cantos e ritmos afros que são realizados pelo coral de Nazaré”, expressa F,B,3,B.

Assim, o mês de agosto é o período de maior movimento na comunidade. No ano de 2013, a comemoração ocorreu entre os dias 8 e 17 de agosto em comemoração à X Festa de Nossa Senhora de Nazaré. Durante esse período, o envolvimento da comunidade é bastante intenso. A organização do evento é pensada com muita antecedência e as funções a serem executadas buscam envolver todas as famílias de Nazaré. As atividades são divididas de acordo com os grupos familiares, existindo famílias que ficam responsáveis pela organização do evento de uma forma em geral. Essas atribuições cabem, na maioria das vezes, às lideranças da comunidade, outras são responsáveis, pela preparação dos pratos para serem leiloados no último dia do novenário e também por fornecer alimentação para as pessoas que

estão trabalhando na organização e montagem do evento. Ainda existe o terceiro grupo, que fica encarregado de receber e hospedar os grupos externos à comunidade.

Na figura 26, pode-se verificar a estruturação do convite para a celebração dos novenários ocorridos no mês de agosto. Atenta-se para o fato que o convite traz a programação de todos os dias de celebração e a participação de cada grupo, seja como celebrante, comunidade convidada, famílias responsáveis e animação.

Figura 26 – Convite para a X Festa de Nossa Senhora de Nazaré.



PROGRAMAÇÃO DA DÉCIMA FESTA DE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ

08 DE AGOSTO (quinta-feira) HASTEAMENTO DA BANDEIRA
19:30 h: Início da festa com hasteamento da bandeira e celebração
CELEBRANTE: *Irmã Maria (N. Sra. do Amparo)*
ANIMAÇÃO: Povo em geral

09 DE AGOSTO (sexta-feira) 19:30 h. PRIMEIRO DIA DO NOVENÁRIO
CELEBRANTE: *Zé Matias*
COMUNIDADES CONVIDADAS: Patos, Quandú, São Luis e Garguê
FAMILIAS RESPONSÁVEIS: Dilza, Juscelene, Cosmo, Fátima e Francisca.
ANIMAÇÃO: Tempo dos homens e das mulheres

10 DE AGOSTO (sábado) 19:30 h. SEGUNDO DIA DO NOVENÁRIO
CELEBRANTE: *Evilardo*
COMUNIDADES CONVIDADAS: Arapari, São Miguel e São Gonçalo I, São Gonçalo II
FAMILIAS RESPONSÁVEIS: Rita, Madé, Benedito (prefeito), Joana e Gorete.
ANIMAÇÃO: Comunidades quilombolas de Conceição dos Caetanos, Águas Preta e Nazaré

11 DE AGOSTO (domingo) 19:30 h. TERCEIRO DIA DO NOVENÁRIO
CELEBRANTE: *Antônio Soares*
COMUNIDADES CONVIDADAS: Itacoatiara, Manoel Rodrigues, Mocambo de Cima e Sítio do Meio
FAMILIAS RESPONSÁVEIS: Zequinha, Iranildo, Chico Miguel, Gorete Brandão, Erbene, e Aldenir
ANIMAÇÃO: Os pais e os agricultores

12 DE AGOSTO (segunda-feira) 19:30 h. QUARTO DIA DO NOVENÁRIO
CELEBRANTE: *Padre Pascoal*
COMUNIDADES CONVIDADAS: Santa Rita, Oiticica, Prata e Cabeceiras do Mundau
FAMILIAS RESPONSÁVEIS: Chico Marques, Atualpa, Vânia, Marcos e Arimaté
ANIMAÇÃO: Catequista, Catequizandos e crismandos

13 DE AGOSTO (terça-feira) 19:30 h. QUINTO DIA DO NOVENÁRIO
CELEBRANTE: *Irmã Martinha (N. Sra. do Amparo)*
COMUNIDADES CONVIDADAS: Saquinho, Mapeguaba, Ramos e Moura
FAMILIAS RESPONSÁVEIS: Brando, Paulo, Nenzinho, Adão, Luisa e Rosa
ANIMAÇÃO: Associações e Conselho da Mulher

14 DE AGOSTO (quarta-feira) 19:30 h. SEXTO DIA DO NOVENÁRIO
CELEBRANTE: *Irmã Lidiane (N. Sra. do Amparo)*
COMUNIDADES CONVIDADAS: Queimadas, Guarbuna, Jatobá e São Daniel
FAMILIAS RESPONSÁVEIS: Aldenira, Tica, Edivar, Bosco e Joãozinho
ANIMAÇÃO: Os casais e as Mães

15 DE AGOSTO (quinta-feira) 19:30 h. SÉTIMO DIA DO NOVENÁRIO
CELEBRANTE: *Padre Chaguinha*
COMUNIDADES CONVIDADAS: Boa Vista, Fleixeiros, Coité, São Cosmo e Escalvado
FAMILIAS RESPONSÁVEIS: Lucilene, Zilda, Jota, Antônio Carlos, Gilberto e Manoel
ANIMAÇÃO: Aposentados e dizimistas

16 DE AGOSTO (sexta-feira) 19:30 h. OITAVO DIA DO NOVENÁRIO
CELEBRANTE: *Antônio José*
COMUNIDADES CONVIDADAS: Bairro da Ladeira, Sítio Costa, Carrapato e Canoas
FAMILIAS RESPONSÁVEIS: Benedita, Edison, Edilson, Sortene e Marlúcia
ANIMAÇÃO: Estudantes e Professores

17 DE AGOSTO (sábado) 19:30 h. ÚLTIMO DIA DO NOVENÁRIO
CELEBRANTE: *Padre Danisio (pároco)*
COMUNIDADES CONVIDADAS: Picos, Livramento, Santo Amaro, Ouro, Ferrão, Barrica e Palmeiras
FAMILIAS RESPONSÁVEIS: Ozana, Raimundo Virgino, Evandi, Adázio, Aírton e Zé Nilton, Edina
ANIMAÇÃO: Motoristas, Motociclistas, CRAS do Arapari, Sindicatos e Rádio Uirapuru de Itaipoca,
Após a novena haverá tradicional leilão não percam.

Desde já agradecemos a participação de todos.

Para:

Amados irmãos e irmãs. Nossos corações estão em festa ao celebrarmos Nossa Senhora de Nazaré. Padroeira da Comunidade Quilombola de Nazaré.

Neste ano queremos contar com a presença de vocês para abrilhantar nosso reencontro de fé. que ocorrerá no período de **08 a 17 de agosto de 2013**.

Serão 10 dias de demonstração de Fé, da alegria do reencontro com familiares e amigos e sobre tudo de reflexão cristã.

Não esqueça de prestigiar nosso **tradicional leilão**, dia **17 (sábado)**, após a Santa Missa.

Tenhamos uma alegre e abençoada festa.

Fraternalmente,
A Comunidade.

Ao todo são dez dias de celebração. No primeiro dia, há o hasteamento da bandeira, com a imagem de Nossa Senhora de Nazaré, encerrando-se a noite com uma missa de abertura do novenário. Do segundo ao penúltimo dia, tem-se a novena no período noturno. Diariamente, durante a realização do evento, a comunidade recebe convidados de várias localidades de Itapipoca, como também familiares de outras regiões do Estado do Ceará. O último dia é um dos mais animados, pois ocorre o leilão ao final da missa de encerramento.

Nesse dia, várias famílias ficam responsáveis pela preparação dos pratos que serão leiloados. Os alimentos são elaborados na cozinha do salão comunitário, e são os mais diversos, sempre relacionados com o cotidiano da alimentação dos moradores de Nazaré. Assim, têm-se bolos de batata e de leite, mungunzá e carnes assadas de porco, frango e pato. Além dos alimentos, também participam do leilão peças de vestuário, cestas básicas, produtos de beleza e higiene, todos doados pelos moradores ou pelos visitantes durante a realização do evento, como demonstrado na figura 27.

Figura 27 – Preparação para o último dia do novenário em Nazaré.



Fonte: Chaves (2013).

Na figura 28, há o registro do último dia no novenário. Além da comemoração a Nossa Senhora de Nazaré, esse momento também é utilizado para a realização de batizados e também para o fortalecimento de discussão sobre a situação da Comunidade Quilombola de Nazaré no município de Itapipoca. Ao final da celebração, os alimentos arrematados durante o leilão são consumidos pelas famílias no próprio local. Algumas pessoas que apresentam condições financeiras precárias são beneficiadas por outras famílias com cestas básicas.

Figura 28 – Encerramento da X Festa de Nossa Senhora de Nazaré



Fonte: Chaves (2013).

A presença de várias pessoas e também de autoridades do Poder Público municipal é vista pelos moradores de Nazaré como algo positivo, já que em anos anteriores não eram reconhecidos. Um dos moradores, inclusive, mencionou, em relação aos representantes do poder local: “eles até não podem fazer nada, mas só em eles vir até aqui, onde a gente mora e saber que a gente existe, pra mim já ta bom”.

Mesmo proporcionando para a comunidade essa grande visibilidade, não são todos os moradores que partilham da mesma instituição religiosa. Existem dentro da comunidade duas famílias que se declaram evangélicas e em várias ações que a igreja promove ou que está associada a sua imagem, esses moradores não estão presentes. Inclusive, a mesma movimentação não acontece com outras manifestações religiosas, nem mesmo espaços para proferirem a sua fé, tendo que se deslocar para as comunidades vizinhas.

Em entrevista F,B,3,B, ressalta que alguns moradores procuram conhecer mais sobre as religiões de origem africana - até alguns moradores já chegaram a visitar centro de umbanda em Itapipoca, almejando conhecer mais sobre a origem dessas religiões e como estas podem ter relações com a sua identidade. Dentro da comunidade, não existe nenhum praticante. Uma das moradoras mais antigas da comunidade, durante a visita a sua residência, relatou que realizava rezas, para espantar doenças, mas também não se tem notícias de espaços fixos para a realização dessa prática.

No curso das celebrações, os conflitos não são assim tão perceptíveis, como os presentes, em relação ao uso da terra para o plantio. Na atualidade, os conflitos estão mais relacionados à convivência dos quilombolas com as famílias que detém a propriedade da terra. Estas limitam as áreas de acesso para o cultivo, criação de animais e até a construção de algumas benfeitorias por parte dos moradores; inclusive a permissão para uso de determinados recursos naturais, como, por exemplo, a água, é gerador de disputas entre os posseiros e os moradores de Nazaré.

Andrade (2008) expressa a idéia de que, a inclusão dessas discussões por meio do mapeamento participativo pode levar tanto à criação de oportunidades de consenso como também a novos conflitos dentro e fora da comunidade. Durante a realização do mapa das formas de uso do território de Nazaré, os moradores manifestaram a insatisfação quanto às proibições de uso do território. Nas observações e no decorrer das entrevistas, eram comuns relatos referentes a essas proibições. Muitos mencionaram que na atualidade não tinham direito à terra e que ainda estavam morando apenas de favor.

O medo e de se manifestar, de falar sobre a atual situação da terra, era perceptível no olhar dos moradores. A relação que os quilombolas mantêm com os posseiros ainda hoje é de subserviência, mas, com algumas famílias, essa realidade vem sofrendo algumas modificações. Antes da autodefinição como quilombolas, havia maior proximidade com os posseiros, até mesmo porque os moradores de Nazaré tinham que entregar uma parte da produção, para compensar a terra que estavam ocupando. Alguns ainda mencionam que “eles são os nossos patrões, o que nos podemos fazer”. Após a certificação da comunidade junto à

FCP, os posseiros se distanciaram dos moradores. Até mesmo a cobrança da metade do que é produzido com o cultivo do milho e da banana, já não é realizada.

Mesmo com esse distanciamento, na representação das áreas mais importantes e também geradoras de conflito, os moradores ressaltaram os recursos hídricos e os espaços destinados para o cultivo e criação de animais, levantando vários questionamentos sobre o uso do território de Nazaré pelos quilombolas. O mapeamento dessas áreas possibilitou também, a reafirmação de discussões durante as atividades, principalmente, no grupo dos moradores mais antigos e em sua maioria formada de agricultores que, manifestaram que durante toda a sua vida, como agricultores, nunca haviam tido liberdade para o cultivo de seus roçados.

Quando perguntados por que essas duas formas de representação, proferiram frases como dizendo: “Água é vida, tudo só existe por causa da água”; “Essa água é nossa”; “Temos que cuidar, porque outras pessoas lá em baixo utilizam dessa água”. A localização geográfica de Nazaré permite que ela tenha hoje, em seu perímetro, nove nascentes ou olhos d’água, como comumente identificado pelos moradores de Nazaré, abastecendo não só os moradores das áreas serranas, como também os moradores da Sede municipal. Algumas dessas nascentes, como pode ser verificado na figura 29, são identificadas pelo nome, o qual pode estar relacionado ao morador que reside próximo à nascente ou a outra denominação importante para o restante dos moradores de Nazaré. Problemas quanto ao uso desse recurso ainda ocorrem em situações isoladas. Dois moradores, apenas, é que mencionaram já haverem ocorrido conflitos quanto à proibição da retirada de água das nascentes.

Os problemas quanto ao uso do território estão mais relacionados aos espaços destinados para o cultivo de alimentos. Muitos moradores, pela falta de espaço dentro do perímetro da propriedade onde residem, necessitam arrendar terras fora do território de Nazaré. Nas atividades de mapeamento das formas de uso do território, essas questões também foram levantadas pelos moradores, que abandonaram o receio de expor suas opiniões sobre a posse e propriedade da terra e iniciaram discussões importantes para a comunidade como: condições de vida; quem eram os proprietários das terras reivindicadas; e por que havia limitações quanto ao uso do território e dos recursos presentes em sua extensão. Muitas dessas indagações eram expostas apenas em momentos reservados e sem a presença de tantos moradores.

A importância do mapeamento participativo está justamente nessa possibilidade, permitindo com base no “empoderamento” social a superação de poder existente nas relações constituídas ao longo do tempo. O “empoderamento” como destaca Barqueiro (2012), permite a articulação de interesses na busca de direitos em comum, envolvendo um processo de conscientização para a formação de uma consciência crítica. Mesmo com a presença de alguns proprietários no momento das atividades, os quilombolas de Nazaré, não se intimidaram, como observados em momentos anteriores, mas buscaram estabelecer um diálogo com eles, sobre a situação dos recursos naturais dentro do território e também das limitações das atividades desenvolvidas com os roçados e a criação de animais.

Segundo alguns moradores, além dos espaços dentro de sua propriedade, não existem espaços definidos para o arrendamento das terras, dependendo muito das condições estabelecidas entre quem planta e cede os espaços para o plantio. Já nas áreas de plantio em Nazaré, os moradores souberam, nas imediações do território quilombola, estabelecer diferentes tipos de uso relacionados ao cultivo e à vegetação predominante. Na figura 30, pode-se observar o mapa com vários tipos de áreas utilizadas pelos moradores de Nazaré, como.

Atenta-se que na figura 30, mesmo não sendo o objetivo das atividades de mapeamento, os moradores a partir da consciência das áreas utilizadas pelos quilombolas de Nazaré, estabeleceram uma delimitação das dimensões de seu território, como pode ser observada na representação feita com as linhas tracejadas. Em relação a áreas utilizadas para o cultivo ou mata nativa, os moradores identificaram várias áreas, como:

- *capoeira fina* - corresponde a uma vegetação de pequeno porte, presente principalmente depois da derrubada de matas nativas com presença significativa dentro do território;
- *mata* - representa a vegetação mais preservada, o topo das matas, que margeiam o território da comunidade;
- *capim* - ocorre em pequenas extensões de terras, coberto por gramíneas ou alguma vegetação similar;
- *bananal* - presente praticamente em todo o território, na atualidade é a principal fonte de renda relacionada à agricultura;
- *cana-de-açúcar* - cultivo praticamente inexistente, ficando restrito ao entorno de uma moradia que possui em sua propriedade um engenho para o seu beneficiamento;
- *mangueira* - é uma árvore frutífera, esparsa em várias localidades do território;
- *bananal velho* - corresponde a espaços utilizados para o cultivo da banana que na atualidade não são mais cultivados, mas ainda permanecem gerando frutos naturalmente;
- *bambuzal* - encontrado apenas em uma localidade, próximo à entrada da comunidade.
- *roçado* - atribuem essa denominação ao cultivo de mandioca; são poucas as famílias que realizam esse cultivo, pela desvalorização do produto no mercado local e pela quantidade de mão de obra empregada para seu beneficiamento.

As organizações dos moradores, também, pode ser observada nas práticas de cultivo, garantindo a segurança e a manutenção de hábitos alimentares da comunidade. Apesar de manterem uma relação comunitária, o uso da terra não é comunal, pois o território está “dividido” entre os sete herdeiros, não podendo realizar seus roçados em qualquer lugar do território.

Em relação à agricultura, as roças são cultivadas por um núcleo pertencente ao mesmo grupo familiar. O número de pessoas envolvidas pode variar bastante, dependendo do tipo de cultivo e da área a ser cultivada. O cultivo da banana, por exemplo, é o mais

representativo e envolve geralmente pais e filhos. A preparação da terra para os cultivos de forma em geral, iniciam-se em setembro, ficando a cargo dos homens a realização dessa atividade. O plantio só ocorre com o início das primeiras chuvas, normalmente em dezembro ou janeiro, e a colheita varia de acordo com a época de cada plantio, geralmente iniciando-se de três a seis meses após o plantio. Nessas atividades, as mulheres praticamente não têm grande participação, haja vista ser um trabalho pesada.

No decorrer da realização dessas atividades, os conflitos em relação ao uso da terra, acentuaram-se, uma vez instituída a Associação dos Remanescentes de Quilombola de Nazaré (ARQNA) em 2007, buscando a garantia do direito à terra e a manutenção das formas de vida dos moradores de Nazaré.

A associação de moradores e a associação quilombola são outras formas de organização identificadas dentro da comunidade. As duas associações atuam de forma conjunta, buscando garantir os direitos de seus associados. As reuniões, também, ocorrem no mesmo dia, na primeira quarta-feira do mês, às 19 horas, no salão comunitário. As reuniões ocorrem de forma conjunta, haja vista que os mesmos moradores que integram a associação quilombola estão ligados também à representação da associação de moradores.

A criação de associação em comunidades locais no Brasil visa à melhoria da qualidade de vida de seus associados, bem como sua organização e garantias de direitos. A organização dos moradores de Nazaré, por meio da associação, possibilita um maior conhecimento da comunidade e do Município de Itapipoca. Além disso, enseja uma maior interação com o Poder Público local para a reivindicação de direitos e elaboração de propostas de melhorias das condições de vida, com o desenvolvimento de projetos comunitários.

Em relação às associações instituídas pela comunidade, associação de moradores, foi uma das primeiras formas de organização empreendida pelos moradores, assim como toda a associação tem como objetivo garantir os direitos das pessoas envolvidas.

A associação de moradores de Nazaré foi criada em 1997. Atualmente, sua atuação ocorre em conjunto com a Associação Quilombola de Nazaré. A gestão atual da Associação procura desenvolver uma parceria com as lideranças da associação quilombola, pois o perímetro de sua atuação vai além das questões reivindicadas pelos moradores de Nazaré da comunidade de Poço Dantas e Norjosa.

No decorrer das visitas às residências localizadas na Comunidade de Nazaré, poucos foram os depoimentos que dissertaram acerca de aspectos positivos de sua atuação, entretanto, os moradores mais antigos destacaram que em anos anteriores tudo era resolvido via associação de moradores, inclusive a construção do salão comunitário. Na atualidade, com

a criação da associação quilombola, as maiorias das demandas da comunidade passaram a ser regidas por essa sociedade.

A criação da ARQNA, em 2007, possibilitou grandes melhorias na qualidade de vida dos moradores de Nazaré. Mesmo não sendo a principal forma de integração da comunidade, muitos entrevistados relataram que se sentem representados pela Associação e que têm esperança nas atuais lideranças, uma vez que muitas das melhorias vivenciadas cotidianamente foram frutos de lutas empreendidas pela ARQNA.

A escolha dos representantes da associação quilombola ocorre de dois em dois anos e a votação envolve todos os moradores de Nazaré. A atual presidente já está no segundo mandato e, juntamente com outros representantes da comunidade tem procurado na juventude novas lideranças.

Após a criação da ARQNA, os moradores relataram diversas melhorias, não só na infraestrutura da comunidade, como também, na qualidade de vida dos moradores como um todo. Uma das primeiras benfeitorias ocorreu há cerca de três anos, com a instalação de energia elétrica nos domicílios, facilitando bastante a locomoção dos moradores, principalmente das crianças e dos idosos. Antes, utilizavam-se de lamparinas à base de óleo para realizar os seus trajetos, tanto em Nazaré, como para Itapipoca. Apesar dessa conquista na comunidade, ainda não existe iluminação pública, apenas dois postes centrais, um no salão comunitário e outro no campo de futebol.

O direito a uma cesta básica por família foi outra conquista da Associação quilombola, e que assegura a alimentação diária de muitas famílias. A concessão de uma cesta básica para cada família residente em Nazaré foi uma melhoria recordada por todos os chefes de família entrevistados. A cesta básica foi um item citado praticamente por todos os moradores, ao afirmarem que muitas das famílias conseguem compor a alimentação de sua família graças ao esse auxílio do Governo Federal. Outra importante conquista da comunidade foi a aprovação do projeto Cooperativa de Costura Malharia Quilombola, em 2012.

A Associação participou, juntamente com outras comunidades quilombolas do Estado do Ceará, em 2010, de uma seleção para beneficiamento de comunidades com recursos advindos do Governo Estadual para o desenvolvimento de empreendedorismo local nas comunidades. Nazaré foi selecionada para ações que possibilitem a geração de renda na comunidade e contemplassem o maior número de famílias. Na figura 31, está a construção da cooperativa, que até o presente momento estava funcionando no salão comunitário.

Diversas reuniões foram feitas dentro da comunidade, para a definição dos serviços que poderiam ser prestados pelos moradores. Em votação, a escolha deu-se pela

montagem de uma cooperativa de confecção de malharias. Como ainda não possuem o título de propriedade da terra, ocorreram ao longo do ano diversas reuniões para definição do local onde ela seria erguida. Alguns dos atuais posseiros não disponibilizaram terras para a construção, mas os moradores, em reuniões, decidiram iniciar a construção mesmo assim. Como pode ser visto na figura 30, a construção já esta bastante adiantada, faltando apenas a cobertura (telhado) e o revestimento das paredes. Eles ressaltam que até agora não sofreram nenhum tipo de represália por parte dos posseiros.

Figura 31 – Construção da Cooperativa de Costura Malharia Quilombola de Nazaré



Fonte: Chaves (2013).

Ao todo são 30 pessoas, estão participando do projeto, em sua maioria mulheres, que manifestaram o interesse de integrar as ações da Cooperativa. No final de 2012, esse grupo recebeu diversas capacitações, envolvendo não só a manipulação das máquinas, a escolha dos tecidos, mas também noções de Empreendedorismo e Administração. O investimento em projetos que gerem o empreendedorismo local ocorre não só com as comunidades quilombolas, mas também em diversas regiões do País, buscando assegurar maior autonomia na gestão do território.

A construção da cooperativa é realizada pelos próprios moradores de Nazaré. Durante as reuniões da Associação, distribuem-se as atividades a serem realizadas no mês para a sua construção. A divisão de trabalho é pautada na relação de gênero; os homens ficam encarregados de realizar o trabalho de mão de obra e as mulheres se ocupam das refeições dos trabalhadores. As famílias que não podem realizar nenhuma atividade são chamadas a ajudar de outra forma, mediante a doação de alimentos ou de dinheiro.

No decorrer das reuniões, é perceptível a existência de conflitos na definição e cobrança da participação da comunidade em algumas atividades. A principal dificuldade encontrada é a disponibilidade de alguns moradores de se envolverem nas ações, não só relacionadas à construção da cooperativa, mas também das ações desenvolvidas pela Associação Quilombola. O envolvimento dos moradores nas atividades da Associação é bem mais limitado, se comparado ao envolvimento com as ações da igreja. A participação dos moradores em questões pertinentes à identidade étnica ainda propicia muito desconforto. Alguns termos e conceituações, ainda hoje, não são bem vistos na comunidade pelos moradores de Nazaré, como: identidade, quilombo, negro, preconceito, escravidão, dentre outras definições.

Durante uma das reuniões da Associação Quilombola, foi possível acompanhar uma dessas discussões. Muitos moradores reclamaram que nem todas as famílias estavam envolvidas na construção da cooperativa. As lideranças da comunidade ressaltaram que, a cooperativa era uma melhoria para a vida de todas as pessoas, e que se fosse necessário iriam de casa em casa pedindo mais comprometimento dos moradores. Ao final da reunião, as lideranças desabafaram algumas situações que estavam observando e vivenciando entre os moradores de Nazaré. O presidente da Associação de Moradores expõe que “Nazaré ficou como comunidade grande, mas o agir comunitário ainda é pequeno”.

Pode-se notar, durante participação das reuniões, que as lideranças da Comunidade têm cobrado maior participação, principalmente nas ações da Associação Quilombola. Essa diferenciação de integração pode ser percebida durante o evento da valorização do dia da Consciência Negra na comunidade. Poucas foram às famílias, que participaram da organização e das atividades realizadas pelas associações. Identificou-se que as famílias participantes das atividades propostas pela Associação Quilombola, são sempre as mesmas.

Apesar das importantes melhorias que Associação possibilitou para os moradores de Nazaré, permitindo a garantia da manutenção de suas formas de vida nas terras tradicionalmente ocupadas, ainda não representa a Comunidade de forma integral. Muitos são os conflitos advindos da reafirmação como quilombolas; muitas dúvidas ainda existem sobre o que, é ser quilombola.

Há uma diferenciação expressiva da organização da comunidade, quando refere-se a Associação Quilombola e as ações desenvolvidas pela igreja. Apesar dessas dificuldades as lideranças da comunidade buscam o envolvimento constante dos moradores. Como pode-se observar, as principais formas de coesão do grupo esta fundamentada na relação de

parentesco. Existindo na atualidade, diferentes tipos de percepção quanto às famílias que se identificam como quilombolas. Ficando, mais perceptível entre os grupos de moradores mais antigos e os jovens que estão na liderança da comunidade. A juventude tem demonstrado a importância da autodefinição e da valorização das ações promovidas pela associação quilombola. Para M,A,Z,A, os que não se afirmam como quilombolas, sabem que mesmo mantendo uma boa relação com os demais moradores, e de morarem na comunidade não são quilombolas.

Dessa forma espera-se que as atividades de mapeamento participativo tenham contribuída para a inserção de discussões entre os moradores de Nazaré, não só em relação, as famílias que se identificam como quilombolas, mas também em relação aos espaços utilizados pelos moradores para a manutenção de suas formas de vida. Essas atividades, inicialmente foram empreendidas no sentido de compreender as formas de organização espacial da comunidade, mas pode-se evidenciar uma superação dessas perspectivas, possibilitando fortalecimento da identidade e luta pela titulação de suas terras. Pois, acredita-se que a autodefinição como quilombolas, em Nazaré é compreendida como um reconhecimento da cidadania a um grupo.

Dessa forma, faz-se necessário que os moradores de Nazaré, despertam para o investimento de ações que busquem o desenvolvimento local da comunidade, resguardando não só ações que envolvam aspectos religiosos, mas fortalecimento de sua organização social. Que as ações de mapeamento possam possibilitar ações concretas de transformação social, uma forma de reivindicação coletiva de direitos.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação de quilombos no Brasil no decorrer dos períodos colonial e imperial empreendeu-se por diversas tentativas de fugas e resistência por parte dos africanos escravizados. Na historiografia nacional, esses grupos permaneceram invisíveis durante um longo período. Na atualidade, são denominados quilombos contemporâneos e buscam reconhecimento e valorização de suas formas de organização social e espacial.

A busca por visibilidade permitiu inicialmente a distinção entre quilombos coloniais e contemporâneos, possibilitando a ressemantização desse conceito, além de colaborar para avanços na legislação brasileira, garantindo não só reconhecimento nacional, mas garantias quanto à permanência nas terras tradicionalmente ocupadas. Dentre os principais instrumentos jurídicos elaborados, destacam-se a Constituição de 1988, inserindo os quilombolas na luta por igualdade e cidadania e o Decreto 4.888/03, dando o direito a esses grupos ao autorreconhecimento.

No Brasil já foram identificadas cerca de 2 mil comunidades quilombolas em várias regiões. No estado do Ceará, o INCRA em conjunto com a CEQUIRCE já obtiveram 38 identificações com emissão de certidão pela FCP e 37 processos em fase de identificação. Essa articulação permitiu que as comunidades negras rurais localizadas em território cearense recuperassem um espaço social do negro, bem como, a conquista de notoriedade junto à sociedade civil e ao poder público.

Apesar do progresso na criação de ações normativas, essas comunidades, ainda sofrem com o abandono, por parte do poder público. Serviços básicos como: saúde, educação, habitação, infraestrutura, ainda são negligenciados a esses grupos, favorecendo com que muitas dessas comunidades estejam na linha de extrema pobreza. Esses dados estão refletidos nos resultados obtidos com a realização das entrevistas abertas e semiestruturadas com os moradores do quilombo de Nazaré.

Durante sua aplicação, evidenciaram-se aspectos relacionados às condições socioeconômicas, culturais e ambientais, haja vista que, o quilombo de Nazaré tem passado por importantes transformações, não só, relacionadas, a qualidade de vida dos moradores, mas também, na reconstituição de sua identidade, e nos conflitos que essa reivindicação tem desencadeado.

Os problemas citados afetam diretamente as condições de vida dos moradores. A ausência de serviços como: saneamento básico tem comprometido não só a saúde dos moradores locais, mas também a qualidade do ambiente onde estão inseridos. A falta desse

serviço aliado a questões socioeconômicas são determinantes para o surgimento de doenças infectocontagiosas, se tornando um problema de saúde pública e ambiental. A ineficiência do sistema educacional local também colabora para a manutenção dos baixos índices de escolaridade entre os moradores de Nazaré, e por fim, as condições de acesso a terra, são ainda mais graves, haja vista que os quilombolas de Nazaré, por não possuírem título da terra estão sujeitos às investidas de pessoas externas a comunidade. A reivindicação de uma identidade quilombola acentua os conflitos entre os próprios quilombolas e os posseiros, que delimitam as áreas de uso e ocupação dentro do território de Nazaré.

Com base nisso, constatou-se que essas famílias estão expostas a condições precárias e de extrema pobreza. Os quilombolas de Nazaré, durante mais de 200 anos, mantiveram-se da agricultura de subsistência, criação de animais, extrativismo vegetal e prestação de serviços, primando por sua organização social, alicerçada nas relações de parentesco, nas manifestações religiosas e na instituição das associações de moradores e quilombola, garantindo assim, a manutenção de suas formas de vida.

A importância dessas formas de organização esta no fortalecimento da luta pela permanência nas terras tradicionalmente ocupadas. Os laços de parentesco garantem a perpetuação da posse das pequenas propriedades, e também, são responsáveis, pelo estabelecimento das relações sociais e de trabalho existentes dentro da comunidade. Ao longo dos anos, viu-se que uma das principais mudanças está pautada na reconfiguração dessas relações, principalmente com a possibilidade da realização de matrimônios com pessoas externas a comunidade e nos fluxos de moradores, possibilitando a renovação das regras de parentesco.

Ao que se refere à religiosidade, a comunidade é majoritariamente católica, com a presença de algumas famílias evangélicas. No decorrer dos trabalhos de campo, pode-se observar que, a religiosidade, tem sido um instrumento poderoso de coesão social e de minimização dos conflitos com os proprietários das terras, bem como, com os demais moradores do município de Itapipoca. Além da reafirmação de sua fé, os momentos celebrativos amenizam as distâncias sociais, proporcionando a inserção de discussões a cerca da identidade quilombola e maior envolvimento dos jovens em momentos de resgate e valorização da identidade do grupo Quilombola de Nazaré.

Outro momento de enfrentamento e superação das adversidades foi evidenciado com a criação das associações, que de alguma forma, reforçam o sentimento de identidade do grupo, e intensificam a luta pela titulação das terras, inflamando-se assim, os conflitos com os

proprietários das terras reivindicadas, e ao mesmo tempo resgatando uma identidade que há muito tempo foi negada.

No presente, essas formas de organização têm possibilitado que os moradores de Nazaré consigam manter suas formas de vida. Contudo, salienta-se que se tornou urgente, a tomada de atitude por parte do poder público na titulação das terras quilombolas. Observou-se que essas organizações estão vulneráveis as pressões externas, principalmente advindas das famílias que detém a propriedade da terra. Uma vez que, a base econômica da comunidade, está pautada na relação com a terra, suas ações ficam limitadas, as relações estabelecidas com os proprietários das terras. Daí a dificuldade na proposição de alternativas que possibilitem a sustentabilidade da comunidade, uma vez que não possuem autonomia para o uso e ocupação das terras.

Adverte-se, ainda, que as políticas estabelecidas até o presente momento, na garantia dos direitos dessas comunidades, foram de fundamental importância para a visibilidade desses grupos. Mas, observou-se que somente o estabelecimento de decretos, leis e instruções normativas não são suficientes para a garantia da cidadania das comunidades quilombolas, sendo imprescindível a regularização das terras, através da emissão dos títulos de propriedade.

Acredita-se que não basta, apenas, que a comunidade busque a reconstituição de sua identidade, como se pode notar, ao longo do desenvolvimento do trabalho, principalmente por intermédio das lideranças, é necessária a existência de maiores ações por parte do poder público local, estadual e federal, uma vez que, as comunidades ficam expostas a pressões desses grupos.

Nesse contexto, apresentou-se aqui uma contribuição para a consolidação das reivindicações propostas pelo movimento quilombola brasileiro, especificamente o cearense, tendo o Quilombo de Nazaré como resultado de um estudo que poderá servir de base para a busca de melhorias para os moradores de Nazaré, bem como para o desenvolvimento de outros estudos que possam a vir ser realizados. Espera-se também que, por meio desse documento que reúne uma série de informações necessárias os moradores sintam-se representados e que subsidie ações para a melhoria da qualidade de vida dos moradores de Nazaré.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Yolanda Vieira. *Visões sobre a economia colonial: a contribuição do negro*. Málaga – Espanha: Eumed.Net, Universidade de Málaga, 2009.
- ACSELRAD, H; COLI, L.R. Disputas cartográficas e disputas territoriais. In: ACSELRAD, H. et al. (Org.). *Cartografias sociais e território*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento urbano e Regional, 2008.p. 13-43.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *Uma história do negro no Brasil*. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. *R.B. Estudos Urbanos e Regionais*, v. 6, nº 01, maio 2004.
- _____. *Os quilombos e as novas etnias*. In: E. C. O'DWYER. *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. São Paulo: ABA/FGV, 2002.
- _____. Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. *Série de fascículos com o uso do mapeamento participativo junto à populações tradicionais*. Manaus: PPGSCA-UFAM, FAPEAM-CNPq. 2008. 18p
- AMARAL, Sharyse Piroupo do. *História do negro no Brasil*. Brasília: Ministério da Educação. Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Salvador: Centro de Estudos Afro Orientais, 2011.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *O Brasil e a África*. São Paulo: Contexto, 1991.
- ANDRADE, E.D.V. *A elaboração de documentos cartográficos sob a ótica do mapeamento participativo*, 2008, 79f. Dissertação (Ciências Geodésicas e Tecnologias da Geoinformação). Universidade Federal de Pernambuco, 2008.
- ANJOS, Rafael Sanzio Araújo. *Cartografia e Cultura: territórios dos remanescentes de quilombo no Brasil*. VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, 2004.
- ANGROSINO, Michael. *Etnografia e observação participante*. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- ASSUMPCÃO, Jorge Euzébio. *Época das Charqueadas (1780-1888)* Época das Charqueadas (1780-1888). Releituras da História do Rio Grande do Sul. Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore. Organizadores: Sandra da Silva Careli, Luiz Claudio Knierim. Porto Alegre, CORAG, 2011.
- AZEVEDO, Dermi. A Igreja Católica e seu papel político no Brasil. *Estud. av. [online]*. 2004, vol.18, n.52, pp. 109-120. ISSN 0103-4014.
- BAQUERO. Rute Vivian Angelo. Empoderamento: instrumento de emancipação social? – uma discussão conceitual. *Revista Debates*, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p.173-187, jan.-abr. 2012. 173.

BENJAMIN, Roberto. *A África está em nós: história e cultura afro-brasileira*. João Pessoa: Grafset, 2006.

BEZERRA, Débora Andrade Pamplona. No Ceará tem negros e negras, sim! *Revista da ABPN*, v. 2, n. 5, jul.-out. 2011, p. 75-98.

BOGDAN, R.C.; BIKLEN, S.K. Notas de campo. In BOGDAN, R.C.; BIKLEN, S.K. *Investigação qualitativa em educação - uma introdução à teorias e aos métodos*. Porto: Porto Editora, 1994.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org). *Pesquisa Participante*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

BRASIL, Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*, 27ª Ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2007.

_____. Organização Internacional do Trabalho. *Convenção nº 169 sobre os povos indígenas e tribais e Resolução referente a OIT*. Brasília: OIT, 2011.

_____. Congresso. Senado. *Decreto Nº 3.912, de 10 de setembro de 2001*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 de setembro de 2001, Seção 1, p.6.

_____. *Decreto Legislativo Nº 143, de 20 de junho de 2002*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 de junho de 2002, Seção 1, p. 2.

_____. *Decreto Nº 4.887, de 20 de novembro de 2003*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 de novembro de 2003, Seção 1, p. 4.

_____. *Decreto Nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 08 de fevereiro de 2007, Seção 1, p. 316.

BRITO JUNIOR, A.F; FERES JÚNIOR, Nazir. A utilização da técnica da entrevista em trabalhos científicos. *Evidência*, Araxá, v.7, n.7, 2011, p. 237-250.

CALLHEIROS, Felipe Peres; STADLER, Hulda Helene Coraciara. A identidade étnica e poder: os quilombos nas políticas públicas brasileiras. *Rev. Katál*. Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 133-139, jan/jun, 2010.

CARRIL, Lourdes de Fátima Bezerra. Quilombo, Território e Geografia. *Agrária*, São Paulo, Nº 3, pp. 156-171, 2006.

CAXILÉ, Carlos Rafael Vieira. Abolição no Ceará (p.181-198). In: HOLANDA, Cristina Rodrigues (Org). *Negros no Ceará: história, memória e etnicidade*. Fortaleza: Museu do Ceará/Secult/Imopec, 2009.

CEARÁ. SEMACE (Superintendência Estadual do Meio ambiente). *Plano de manejo da APA do estuário do rio Mundaú*. Fortaleza: SEMACE/FCPC, 2005.

_____. PREFEITURA DE ITAPIPOCA. *História do povoado de Itapipoca*, 2013. Disponível em: <<http://www.itapipoca.ce.gov.br/novo/website/ita.php?st=historia>>. Acesso em: março de 2013.

CHIAVENATO, Júlio José. *O negro no Brasil: da senzala à abolição*. São Paulo: Moderna, 1999.

COLCHESTER, Marcus. O mapeamento como ferramenta para garantir o controle comunitário: alguns ensinamentos do sudeste asiático. *WRM Boletim n° 63*. Outubro de 2002.

CORBETT, Jon et al. Resumo: Cartografia para mudança – o aparecimento de uma prática nova. *Participatory learning and action n° 54*, 2006.

CUNHA JUNIOR, Enrique Antunes. Quilombo: patrimônio histórico e cultural. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 129, mensal – ANO XI, fevereiro, 2012.

FIABANI, Aldemir. *Os novos quilombos: luta pela terra e afirmação étnica no Brasil (1988 – 2008)*, 2008, 275 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Ciências Humanas, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2008.

FOX, J. et al. O poder de mapear: efeitos paradoxais das tecnologias de informação espacial. In: ACSELRAD, H. et al. (Org.). *Cartografias sociais e território*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento urbano e Regional, 2008.p. 71-84.

FUNES, Eurípedes Antônio. Negros no Ceará (p. 103-132). In: SOUZA, Simone de; GONÇALVES, Adelaide; et al (Org). *Uma nova história do Ceará*. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2004.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 2008.

GODOY, Arlida Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e as suas possibilidades. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 35, n. 2, 1995, p. 57 – 63.

GOLDENBERG, Mirian. *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*, 11ª ed., Rio de Janeiro: Record, 2009.

GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1992.

GOULART, José Alípio. *Da fuga ao suicídio: aspectos de rebeldia dos escravos no Brasil*. Rio de Janeiro: Conquista, INL, 1972.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. *Metodologias qualitativas na Sociologia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

IBGE. *Cidades@*: 2011. Disponível em:
<<http://www.ibge.com.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 12 de julho de 2012.

IPECE. *Perfil Básico do Município de Itapipoca*. Ceará, 2010. Disponível em:
<http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/perfil_basico/pbm-2010/Itapipoca.pdf>. Acesso em: 05 de agosto de 2012.

LAKATOS, Eva Maria. *Metodologia Científica*. São Paulo: Atlas, 2005.

LEITE, Ilka Boaventura. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. *Etnográfica*, Vol. IV (2), 2000, pp. 333-354.

LIMA, L.P.Neves Souza; REIS, D.F.C.J. Mapas sociais: gênese e aplicação na Amazônia Brasileira. *Revista Geográfica de América Central*, Número Especial EGAL, 2011, pp. 1-15. ISSN-2115-2563

_____. *Mapas Sociais: Propostas e perspectivas*, 2010, 66f. Monografia (Departamento de Geografia) – Universidade de Brasília. Instituto de Ciências Humanas, 2010.

MALCHER, Maria Albenize Farias. *Identidade quilombola e território*. Encontro Água, Terra e Teologia: para outro mundo possível, Comunicação do III Fórum Mundial de Teologia, 2009, p. 399-421.

MARTINS, J.B. Observação participante: uma abordagem metodológica para a psicologia escolar. *Semina: Ci. Sociais/Humanas*, Londrina, v. 17, n. 3, p. 266-273, set. 1996.

MATOS, Hebe. Remanescentes das comunidades dos quilombos: memória do cativo e políticas de reparação no Brasil. *REVISTA USP*, São Paulo, n.68, p. 104-111, dezembro/fevereiro 2005-2006.

MATTOS, Regiane Augusto. *História e cultura afro-brasileira*. São Paulo: Contexto, 2007.

MATTOSO, Kátia de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2003.

MENDES, Pedro Vítor Gadelha. *Racismo no Ceará: Herança colonial, trajetórias contemporâneas*, 2010, 95f. Monografia (Bacharel em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Ceará, 2010.

MILAGRES, C.S.F. et al. *O uso da Cartografia Social e das técnicas participativas no ordenamento territorial em projetos de reforma agrária*, 2011, 114f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2007.

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Bases da Formação Territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI*. São Paulo: Hucitec, 2000.

MOURA, Clovis. *Os quilombos e a rebelião negra*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

O'DWVER, Eliane Cantarino. Terras de quilombo no Brasil: direitos territoriais em construção (p. 42-49). In: ALMEIDA, A.W.B. (Org) - [et al]. *Territórios quilombolas e conflitos*, Vol. 01, nº. 02, Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia / UEA Edições, 2010.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A Geografia das lutas no campo*. São Paulo: Contexto, 1989.

PEREGALLI, Enrique. *Escravidão no Brasil*. São Paulo: Global, 1988.

PEREIRA, J. R. *Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador (DRPE)*. Brasília: INCRA/BID, 1998. 20p.

PINHEIRO, Francisco José. Mundos em Confrontos: povos nativos e europeus na disputa do território (p. 17-55). In: SOUZA, Simone de; GONÇALVES, Adelaide; *et al* (Org). *Uma nova história do Ceará*. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2004.

PINHO, F.F; MOLON, S.I. Os bastidores do diário de campo: um instrumento de pesquisa qualitativa. *X Seminário de Pesquisa Qualitativa*. FURG, de 13 a 15 de julho de 2011.

PONTES, Lana Mary Veloso de. *Formação do território e evolução política-administrativa do Ceará: a questão dos limites municipais*. Fortaleza: IPECE, 2010.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1974.

PROENÇA, Wander de Lara. O método da Observação Participante: contribuições e aplicabilidades para pesquisa no campo religioso brasileiro. *Revista Aulas*, n.4, abril/julho 2007.

RATTS, Alex. *Traços Étnicos: espacialidades e culturas negras e indígenas*. Fortaleza: Museu do Ceará: Secult, 2009.

RIBARD, Franck. A corte real dos reis de congo: territórios festivos negros em trânsito (Fortaleza – 1871/1900) (p. 95-110). In: HOLANDA, Cristina Rodrigues (Org). *Negros no Ceará: história, memória e etnicidade*. Fortaleza: Museu do Ceará/Secult/Imopec, 2009.

SERVA, Maurício; JAIME JUNIOR, Pedro. Observação participante e pesquisa em administração uma postura antropológica. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 35, n.1, p. 64-79 Mai./Jun. 1995.

SCHMITT, Alessandra; TURATTI, Maria Cecília Manzoli; CARVALHO, Maria Celina Pereira de. A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. *Ambiente & Sociedade - Ano V – Nº10 - 1o Semestre de 2002*.

SILVA, Marcos Vinicius Chagas. *Análise geoambiental: subsídios ao planejamento agrícola da serra de Uruburetama – CE, 2007*. Mestrado (Pós-graduação em Geografia) Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2007.

SILVA, Marilene Rosa Nogueira da. Os escravos na paisagem urbana. In: Suplemento vol. 8 nº 48 *Ciência Hoje*, novembro de 1988.

SILVA, Maria Ozanira da. *Refletindo a pesquisa participante no Brasil e na América Latina*. São Paulo: Cortez, 1986.

SOUSA, Antonio Vilamarque Carnaúba. *Afro-cearenses em construção: discursos identitários sobre o negro no Ceará*. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2008.

SOUZA, Marcelo José Lopes. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento (p.77-116). In:CASTRO, I.E.; GOMES, P.C.C.; CORRÊA,R.L (Org). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007

SOUZA, Maria Luiza. *Desenvolvimento de comunidade e participação*. São Paulo: Cortez, 2008.

VARGAS, Jonas. Das charqueadas para os cafezais? O comércio de escravos envolvendo as charqueadas de Pelotas (RS) entre as décadas de 1850 e 1880. 5º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, *Caderno de resumos*, Porto Alegre de 11 à 13 de maio de 2011. São Leopoldo: OIKOS, 2011.

VIONE, Gilmar Francisco. *Metodologias Participativas na construção de planos de desenvolvimento local*, 2002, 47f. Monografia (Pós-graduação Lato Sensu em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2002.

ZACCARELLI, Laura Menegon and GODOY, Arilda Schmidt. Perspectivas do uso de diários nas pesquisas em organizações. *Cad. EBAPE.BR [online]*. 2010, vol.8, n.3, pp. 550-563. ISSN 1679-3951.

**APÊNDICE 1: ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA APLICADA ÀS
FAMÍLIAS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE NAZARÉ, ITAPIPOCA –
CEARÁ.**

QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO E AMBIENTAL

Tem como objetivo realizar levantamento de dados acerca da situação de vida dos moradores da comunidade quilombola de Nazaré.

IDENTIFICAÇÃO DO GRUPO FAMILIAR

<p>1. Você é o chefe da família? (A) Sim (B) Não. Qual sua relação de parentesco (A) Cônjuge (B) Filho/Enteado (C) Pai/Mãe (D) Sogro/Sogra (E) Irmãos (F) Outro parente (G) Outro</p>
<p>2. Sexo: (A) Feminino (B) Masculino</p>
<p>3. Estado Civil: (A) Solteiro (B) Casado (C) Divorciado / Separado (D) Viúvo (E) Outro. Qual?</p>
<p>3. Faixa Etária (A) 15 – 19 (B) 20 – 24 (C) 25 – 29 (D) 30 – 34 (E) 35 – 39 (H) 40 – 44 (G) 45 – 49 (H) 50 – 59 (I) 60 – 69 (J) 70 anos ou mais</p>
<p>4. Grau de Escolaridade: (A) Não alfabetizado (B) Lê e escreve, mas nunca esteve na escola (C) Fund. incompleto (D) Fund. completo (E) Médio incompleto (F) Médio completo (F) Superior incompleto (G) Superior completo (H) Pós-Graduação</p>
<p>5. Qual o nível de escolaridade de seus pais? Mãe (A) Não alfabetizado (B) Lê e escreve, mas nunca esteve na escola (C) Fund. incompleto (D) Fund. completo (E) Médio incompleto (F) Médio completo (F) Superior incompleto (G) Superior completo (H) Pós-Graduação Pai (A) Não alfabetizado (B) Lê e escreve, mas nunca esteve na escola (C) Fund. incompleto (D) Fund. completo (E) Médio incompleto (F) Médio completo (F) Superior incompleto (G) Superior completo (H) Pós-Graduação</p>
<p>6. Você nasceu em Itapipoca? (A) Sim (B) Não. Lugar:</p>
<p>7. Atualmente mora em Nazaré? (A) Sim (B) Não, onde:</p>
<p>8. Tem parentes na comunidade? (A) Não (B) Sim. Relação parentesco:</p>
<p>9. Você mora sozinho? (A) Sim (B) Não. Quantas pessoas moram com você?</p>
<p>10. Você tem alguma religião?</p>

(A) Não (B) Sim. Qual? () Católica () Evangélica () Espírita () Umbanda, candomblé () Outro

PATRIMÔNIO DOMICILIAR

11. Algum membro da família é proprietária ou possui a posse da terra?

(A) Sim (B) Não. Quem?

12. Qual a situação da propriedade?

(A) Própria (B) Alugada (C) Arrendada (D) Empréstada (E) Invasa ou Ocupada

13. Quem possui a posse da terra?

14. De quantos hectares a família dispõe?

15. Que bens são de propriedade dos membros do domicílio?

(A) Casa de farinha (B) Chiqueiro (C) Curral (D) Galpão ou depósito para armazenar a produção (E) Galinheiro (F) Poço/Cacimba (G) Outro. Qual?

OCUPAÇÃO E RENDA

16. Qual a sua principal ocupação?

(A) Agricultura (B) Criação de animais (C) Extrativismo (D) Indústria (E) Construção civil (F) Comércio (G) Funcionário(a) público. (H) Fora de casa em atividades informais (I) Trabalho em casa em serviços (J) No lar (sem remuneração) (L) Não trabalho. (M) Aposentado(a)

17. Você cultiva algum tipo de alimento? (A) Não (B) Sim. Quais?

18. Você tem criação de animais? (A) Não (B) Sim. Qual?

19. Os alimentos cultivados na roça e as criações de animais são para a alimentação da família e para a venda?

(A) Sim (B) Não

20. Além de seu trabalho atual sua família tem outra fonte de renda? (A) Não (B) Sim. Qual?

21. Qual a renda mensal média de sua família?

(A) Menor que um salário-mínimo (B) Até 1 salário (R\$ 678,00) (C) Acima de 1 até 3 salários-mínimos (D) Acima de 3 até 4 salários-mínimos (E) Acima de 4 até 7 salários-mínimos (F) Nenhuma renda.

22. Recebe ajuda de Programas Sociais do Governo Federal:

(A) Não (B) Sim. Qual?

23. Somando a sua renda com a renda das pessoas que moram com você, quanto é, aproximadamente, a renda familiar?

(A) Menor que um salário-mínimo (B) Até 1 salário (R\$ 678,00) (C) Acima de 1 até 3 salários-mínimos (D) Acima de 3 até 4 salários-mínimos (E) Acima de 4 até 7 salários-mínimos (F) Nenhuma renda.

CONDIÇÕES DE MORADIA

24. Principais materiais utilizados nas paredes externas:

(A) Alvenaria (B) Adobe (C) Madeira (D) Taipa (E) Palha (F) Lona, Plástico (G) Outro material

25. Principal material do telhado:

(A) Telha de cerâmica (B) Laje concreta (C) Madeira (D) Zinco, amianto (E) Palha (F) Outro material

26. Principal material utilizado no piso: (A) Alvenaria (cimento, tijolo, cerâmica) (B) Madeira (C) Chão batido (D) Outro
27. Tem banheiro na moradia? (A) Sim (B) Não possui banheiro
28. Qual o principal destino do esgoto do domicílio? (A) Rede coletora de esgoto (pluvial) (B) Fossa séptica (revestida com alvenaria) (C) Fossa rudimentar (fossa negra) (D) Céu aberto, vala, rio (E) Outra forma
29. Qual é a principal forma de iluminação no domicílio? (A) Não tem (B) Elétrica (de rede, gerador, solar) (C) Óleo, querosene ou gás de botijão (D) Outra forma
30. A fonte principal de água utilizada na moradia é proveniente de: (A) Rede geral de distribuição (barragem, açude) (B) Poço ou nascente (C) Riacho, lagoa (D) Caminhão Pipa (E) Cisternas (F) Outras
31. Qual a condição de abastecimento de água em seu domicílio? (A) Sem abastecimento de água (B) Abastecimento precário, alguns meses do ano (C) Abastecimento regular, o ano todo
32. A água utilizada para beber é: (A) Fervida (B) Filtrada (C) Tratada com cloro (D) Sem tratamento (E) Outro

SERVIÇOS E INFRAESTRUTURA

33. Há coleta pública do lixo? (A) Sim. Frequência - () Diariamente () 1x semana () 2x semana () mais de 3x semana (B) Não Qual o destino do lixo? - (A) Enterrado (B) Queimado (D) Acumulação em locais público (E) Produção de adubo
34. Em relação ao transporte, qual o mais utilizado? (A) Ônibus (B) Bicicleta (C) Pau-de-arara (D) Carroça (E) Carro (F) Moto (G) Outros
35. Qual a frequência de visitas do agente de saúde ao seu domicílio? (A) Mensal (B) Trimestral (C) Semestral (D) Uma vez por ano, ao menos (E) Não teve visitas
36. Quando necessitam, os membros do domicílio tem acesso a ambulância? (A) Sim (B) Não
37. Seu(s) filho(s) frequentam a escola (A) Comunidade (B) São Daniel (C) Itapipoca
38. De que de transporte os membros do domicílio dispõem para ir à escola? (A) Transporte escolar (B) Transporte coletivo (C) Transporte próprio motorizado (D) Transporte próprio não motorizado (E) Outro

RELAÇÕES SOCIAIS E ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA

39. Você participa de atividades comunitárias na comunidade? (A) Trabalhos coletivos (mutirão) (B) Organização de eventos (igreja, pingó, festas) (C) Movimentos reivindicativos (abaixo assinado) (D) Não Participa
40. De que tipo de organização comunitária você participa? (A) Associação de bairro ou de moradores (B) Movimento ligado a igrejas (C) Sindicato de trabalhadores rurais (D) Partido político (E) Organização não governamental (F) Associação quilombola (G) Outros. Quais? _____ (H) Não participo.
41. Você e sua família se consideram representados pela Associação Quilombola de Nazaré? (A) Sim (B) Não. Qual o motivo?
42. De que forma ocorrem as decisões em relação aos espaços da comunidade?

(A) Reunião (B) Lideranças (D) Não existe (E) Outra. Qual?
43. Existe algum tipo de conflito em relação ao uso de alguns espaços da comunidade? (A) Não (B) Sim. Quais?
44. Como é a relação dos moradores de Nazaré com os outros moradores não quilombolas?
45. Existe algum tipo de limitação ou proibição para uso de determinados recursos naturais (A) Não (B) Sim. De que tipo

CULTURA E LAZER

46. Existe algum espaço de lazer na comunidade? (A) Não (B) Sim. Quais. () Quadra de esporte () Praça () Campo de futebol (D) Outro. Qual?
47. O que você gosta de fazer nos seus dias de folga?
48. Você é quilombola? (A) Sim (B) Não
49. Já sofreu algum tipo de preconceito por se declarar morador de uma comunidade quilombola? (A) Não (B) Sim
50. Após o reconhecimento da comunidade, você identifica alguma melhoria na qualidade de vida dentro da comunidade? (A) Não (B) Sim. Quais
51. Você conhece a história de seus ancestrais? Como chegaram até aqui? De onde vieram? (A) Não (B) Sim
52. Quais as festas que acontecem na comunidade?
53. Na sua opinião o que significa ser quilombola?
54. Na sua opinião existem pessoas que são muito importantes na história da comunidade?

PROBLEMAS DE ORDEM SOCIOAMBIENTAL

55. Quais os problemas ambientais que você identifica na comunidade? (A) Poluição da água (B) Disposição inadequada do lixo (C) Queimada (D) Desmatamento (E) Esgoto (F) Outro
56. Os problemas citados prejudicam as atividades desenvolvidas na comunidade relacionada a: (A) Agricultura (B) Criação de animais (C) Artesanato (D) Extrativismo (E) Outro
57. Você identifica problemas de ordem social na comunidade: (A) Não (B) Sim. Quais? () Drogas () Álcool () Insegurança () Desemprego () Outros
58. Há alguma área que deveria ser preservada na comunidade? (A) Não (B) Não sabe (C) Sim, quais?
OBSERVAÇÕES:

**ANEXO 1: CERTIDÃO DE AUTODEFINIÇÃO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA
DE NAZARÉ, ITAPIPOCA – CEARÁ.**



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA CULTURA
FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES**
Criada pela Lei n. 7.668 de 22 de agosto de 1988

Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro

CERTIDÃO DE AUTODEFINIÇÃO

O Presidente da **Fundação Cultural Palmares**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 1º da Lei n.º 7.668 de 22 de Agosto de 1988, art. 2º, §§ 1º e 2º, art. 3º, § 4º do Decreto n.º 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e artigo 216, I a V, §§ 1º e 5º da Constituição Federal de 1988, Convenção nº 169, ratificada pelo Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004 e nos termos do processo administrativo desta Fundação nº 01420.004989/2011-11 **CERTIFICA** que a **COMUNIDADE DE NAZARÉ**, localizada no município de ITAPIPOCA/CE, registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 014, Registro n.1.633, fl.050, nos termos do Decreto supramencionado e da Portaria Interna da FCP n.º 98, de 26 de novembro de 2007, publicada no Diário Oficial da União n.º 228 de 28 de novembro de 2007, Seção 1, f. 29, **SE AUTODEFINE COMO REMANESCENTES DE QUILOMBO.**

Eu, **Alexandro Anuniação Reis**, (Ass. *[assinatura]*), Diretor do Departamento de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro, a lavrei e a extraí. Brasília/DF, **19 de dezembro de 2011.**

O referido é verdade e dou fé.

[assinatura]
Martvs Antônio Alves das Chagas
Presidente Substituto
Fundação Cultural Palmares/MinC